



**Ação Indigenista:
Histórico, Conjuntura e
Desafios 1979 -2019**

**Organização:
Centro de Trabalho Indigenista**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Ação indigenista [livro eletrônico] : histórico, conjuntura e desafios 197-2019 / [organização Centro de Trabalho Indigenista]. -- 1. ed. -- Brasília, DF : Centro de Trabalho Indigenista, 2021.

PDF

ISBN 978-85-60028-13-9

1. Cultura indígena 2. Indígenas - Direitos fundamentais 3. Índios - América do Sul - Brasil 4. Índios - História I. Indigenista, Centro de Trabalho.

21-92072

CDD-980.41

Índices para catálogo sistemático:

1. Indigenismo : Brasil : Antropologia social 980.41

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

ficha técnica

Edição: Helena Ladeira e Luísa Valentini

Transcrição: Helena Ladeira, Mariana Furtado

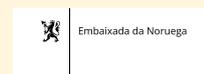
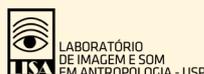
Revisão: Helena Ladeira, Mariana Furtado, Luísa Valentini

Projeto gráfico e diagramação: Larissa Yumi Ito Nissi e Manuela d'Albertas Gomes de Carvalho

realização



apoio



Ação Indigenista: Histórico, Conjuntura e Desafios 1979 -2019



Organização: Centro de Trabalho Indigenista



prefácio 7

Marta Amoroso

apresentação 9

Jaime Siqueira

abertura..... 13

Gilberto Azanha 14

Maria Elisa Ladeira..... 18

Maria Inês Ladeira..... 21

Regina Polo Müller..... 26

Sônia Lorenz 28

Hapyhi Krahô 30

Sylvia Caiuby Novaes..... 32

mesa 1

direitos territoriais 36

Alúcio Azanha 37

Paulo Machado Guimarães 38

João Pacheco de Oliveira 50

Maria Auxiliadora Leão..... 58

Jonas Pynheh Gavião..... 66

Lindomar Terena 72

Paulo Karáí Guarani 75

Alúcio Azanha 78

mesa 2

gestão territorial e sustentabilidade 81

Jaime Siqueira 82

Levi Marques Pereira 83

Dominique Tilkin Gallois 89

Adriana Ramos 97

Hiparidi Dzutsi Wa Top'tiro Xavante 101

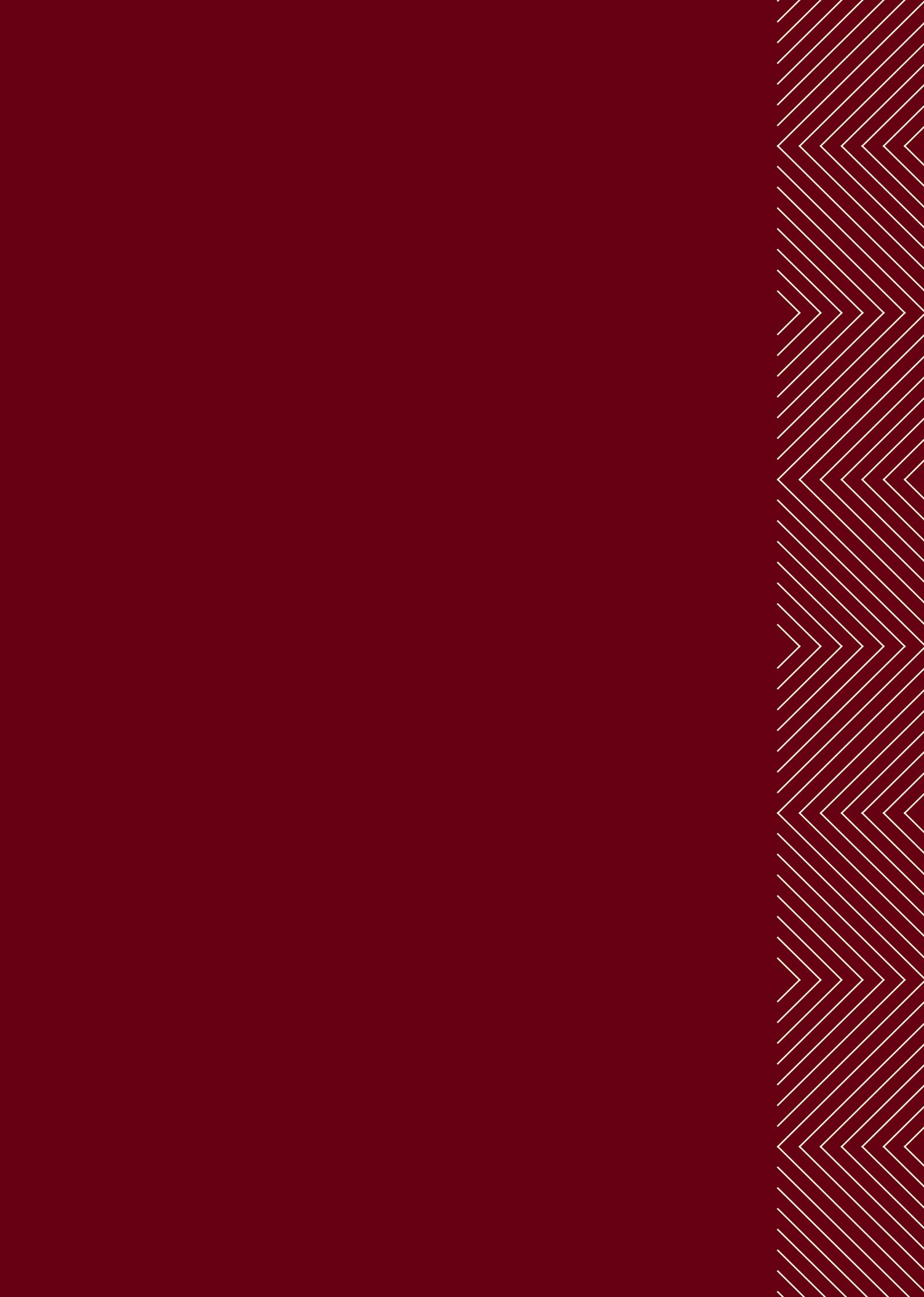
Paulo Marubo	105
Terri Valle de Aquino.....	108

mesa 3

indigenismo: da ditadura militar ao cenário atual, perspectivas do futuro 114

Angela Kaxuyana	115
José Augusto Laranjeiras Sampaio	122
Gilberto Vieira dos Santos	130
Carlos Frederico Marés.....	136
Ivar Busatto	141
Paulo Santilli.....	148
Gilberto Azanha	151

siglas 154



prefácio

Marta Amoroso

Departamento de Antropologia
Centro de Estudos Ameríndios – USP

É imensa a satisfação do Centro de Estudos Ameríndios da Universidade de São Paulo (CEstA/USP) ao lançar o presente volume, fruto de evento memorável em homenagem aos 40 anos do Centro de Trabalho Indigenista – CTI, que ao longo de três dias reuniu lideranças indígenas, acadêmicos e indigenistas em torno do debate sobre direito territorial indígena, gestão territorial e ambientalismo.

Escrever parte da biografia de uma entidade como o Centro de Trabalho Indigenista é também falar do futuro: é registrar a história da atuação de um grupo de jovens, a maioria antropólogos e antropólogas, que em 1978, no retorno do trabalho de campo nas aldeias, decidiu permanecer junto aos povos indígenas que os acolheram, denunciando as práticas de colonialismo impostas pela FUNAI – tudo, mais que nunca, tão atual –, grupo que ao mesmo tempo construía parcerias nacionais e internacionais que foram e são estratégicas na luta pela autonomia e autodeterminação desses povos. É lançar luz sobre os dez anos de luta das associações indígenas e parceiros do indigenismo – o Conselho Terena, as Associações Wyty Catê e Warã, a Comissão Guarani Yvyrupa, a União dos Povos do Vale do Javari, o Conselho Indigenista Missionário, a Operação Amazônia Nativa, a Comissão Pró Índio, a Associação Nacional de Ação Indigenista, o Instituto Socioambiental, o Instituto Iepé, e diferentes Universidades

pelo país – no período que antecedeu a publicação dos capítulos “Dos Índios” da Constituição Cidadã de 1988, texto que celebra o compromisso do Estado com a garantia dos direitos territoriais indígenas no Brasil. É vislumbrar a extensa e poderosa rede de lideranças indígenas, acadêmicos e indigenistas criada a partir de então, atuando ao longo de quase meio século na construção para o Brasil de um projeto de futuro, inspirado na sabedoria e resistência política dos povos indígenas e tradicionais.

É ouvir as vozes de mundos tão distantes e distintos, onde o CTI construiu relações, elaborou pesquisas, repercutiu e documentou histórias contemporâneas, como a dos Guarani, que iniciaram a luta pela terra em seus *tekoha* tradicionais, mas também em situações de extrema vulnerabilidade em acampamentos nas periferias das cidades do sudeste; a dos Kaiowá que se mobilizaram nas circunstâncias de confinamento e superpovoamento em que vivem, em reservas criadas no início do século passado pelo Serviço e Proteção aos Índios; a das retomadas de terras dos Terena e da decisiva participação desse povo na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB; a dos Wajãpi e o pioneiro e inspirador Programa Wajãpi do início da década de 1990; a dos Sateré-Mawé e das décadas de parcerias; a dos Kiriri e demais povos indígenas do Nordeste, das lideranças que depois de décadas vivendo nas capitais do sudeste do país retornam da diáspora e iniciam a luta pela retomada de suas terras; a dos Huni Kuin do Acre, cuja luta pela terra implicou na expulsão de antigos patrões e controle dos seringais.

O volume *Ação Indigenista, Histórico, Conjuntura e Desafios 1979-2019* compõe a série de e-books do CEStA/USP dedicada à documentação das políticas indigenistas no cenário multidiverso que constitui a presença dos povos indígenas no Brasil.

apresentação



Jaime Siqueira

Coordenador executivo do CTI

É um prazer e uma honra apresentar esta importante publicação, que retrata aspectos da história do CTI – Centro de Trabalho Indigenista, e do próprio indigenismo nesses últimos 40 anos. Apresentar este trabalho não é tarefa fácil, por ao menos três motivos: a grande diversidade das apresentações das mesas durante o seminário; a densidade e profundidade histórica de atuação do CTI e outros atores, no pano de fundo e nas interfaces com as diferentes apresentações e experiências relatadas; e, por fim, minha própria dificuldade de conseguir algum distanciamento nesse processo todo, em função de estar colaborando com esta instituição há mais de 30 anos, onde tudo já está bastante “junto e misturado”.

Mas, por outro lado, tudo isso é parte integrante, constitutiva mesmo, desta apresentação e, em última instância, do próprio ethos do CTI: a diversidade de povos e temas com os quais atua, a prioridade do trabalho de campo e a construção de relações continuadas e de longo prazo com as comunidades, e a implicação política e responsabilidade social dos antropólogos, antropólogas e indigenistas do CTI na defesa dos direitos indígenas e no fortalecimento da atuação da sociedade civil.

Afinal, desenvolver e manter ações indigenistas durante mais de 40 anos no Brasil, da ditadura militar ao autoritarismo/fascismo atual, enfrentando diferentes perseguições políticas, descontinuidades

e mudanças em relação aos apoios da cooperação internacional, e sempre conseguindo manter suas ações em campo, convenhamos, não é pouca coisa.

Para marcar essas quatro décadas de atuação, o CTI resolveu fazer um evento não apenas para celebrar essa trajetória longa e produtiva, mas também para provocar uma reflexão sobre aspectos da história do indigenismo brasileiro e os desafios colocados pelo início de um governo federal declaradamente anti-indígena.

Nesse sentido, nos dias 28 e 29 de março de 2019 foi realizado pelo CTI o seminário “Ação Indigenista: histórico, conjuntura e desafios”, em São Paulo, em parceria com CEstA, Laboratório de Imagem e Som em Antropologia da USP, Rede de Cooperação Amazônica, Ação Educativa e Embaixada Real da Noruega. A abertura do seminário ocorreu no auditório da Ação Educativa, e as outras palestras se realizaram na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH/USP). Não foi por acaso que o seminário ocorreu nesses locais: no auditório do prédio onde o CTI de São Paulo atualmente possui um escritório e nos auditórios da faculdade onde os fundadores da organização estudaram e iniciaram suas pesquisas antropológicas e as discussões para criação do CTI, em 1979.

As mesas foram organizadas de maneira a refletir, dos aspectos da história de criação do CTI e dos movimentos indigenistas no Brasil, até alguns dos temas fundamentais do trabalho indigenista contemporâneo, bem como as perspectivas de enfrentamento da situação política talvez mais adversa para os povos indígenas e movimentos sociais de forma geral desde os tempos da ditadura militar.

A mesa de abertura revelou aspectos da origem do CTI e as perspectivas de seus fundadores e antigos colaboradores em relação ao papel da instituição e sua atuação. A questão dos direitos territoriais foi tratada na segunda mesa, resgatando aspectos históricos do processo de elaboração da Constituição de 1988, dilemas e contradições das políticas públicas de proteção territorial, a importância da demarcação de terras indígenas no Brasil e as lutas locais e regionais concretas dos povos indígenas para regularização fundiária de seus territórios e enfrentamento da violência. A terceira mesa tratou dos desafios relacionados à gestão territorial e sustentabilidade nos territórios

indígenas, a partir de experiências consolidadas e densas, abarcando casos amazônicos e não amazônicos, visibilizando uma grande diversidade de iniciativas muito interessantes e bem-sucedidas. Por fim, o seminário foi encerrado com a mesa que discutiu aspectos do indigenismo desde a ditadura até os tempos atuais, resgatando importantes eventos históricos e buscando projetar alguns cenários de futuro, já levando em conta os desafios impostos pelas primeiras ações do governo federal que se instalava.

Tendo em vista a riqueza e diversidade das vinte e oito apresentações, julgou-se importante publicar esse material na forma de um e-book. Desde então, o CTI vem fortalecendo a parceria com o CEsTA/USP, por meio da qual foi realizada a transcrição de todas as falas apresentadas nas mesas. Foram acrescentadas notas de rodapé em alguns casos para auxiliar um melhor entendimento de determinadas citações. O material foi encaminhado para uma revisão das autoras e autores, após o quê tudo passou por uma edição final, cujo resultado está aqui.

Entendemos ser de extrema relevância socializar as análises e reflexões realizadas durante o seminário, não apenas no sentido de resgatar uma parte importante da história do indigenismo não estatal no Brasil, mas também na expectativa de esclarecer e defender aspectos dos direitos indígenas no Brasil, num momento tão delicado, de crise pandêmica e política, que vivenciamos em nosso país. Mas certamente passaremos por tudo isso firmes e fortes! Vida longa aos povos indígenas e suas organizações!

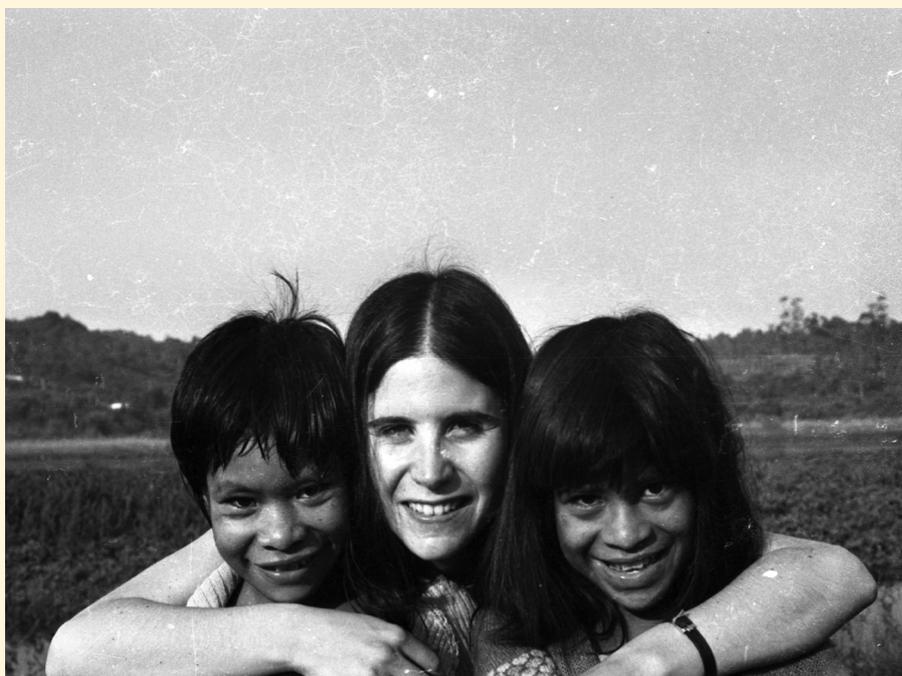
Gilberto Azanha com a liderança indígena Domingos Verissimo Terena, um dos fundadores da UNI - União das Nações Indígena (Acervo CTI, 1980)

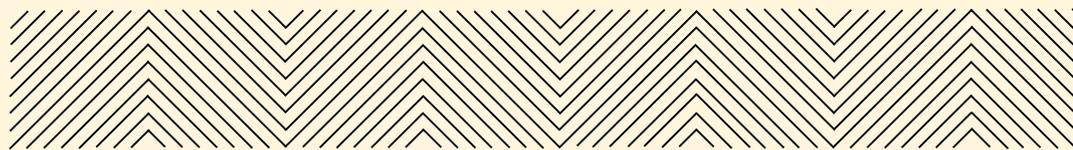


Maria Elisa Ladeira na Terra Indígena Apinayé/TO, para elaboração dos estudos preliminares do Componente Indígena do EIA da UHE Serra Quebrada (Gilberto Azanha/Acervo CTI, 1988)



Maria Inês Ladeiras na Aldeia Morro da Saudade/São Paulo (Acervo CTI, 1979)





abertura

Dia: 28.03

horário: 19h00

Local: Auditório da Ação Educativa

Gilberto Azanha | CTI

Maria Elisa Ladeira | CTI

Maria Inês Ladeira | CTI

Regina Müller | UNICAMP

Sônia Lorenz | CTI

Hapyhi Krahô | Associação Wyty Catê

Debatedora: Sylvia Caiuby Novaes | USP



GILBERTO AZANHA

Antropólogo e fundador do Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

Eu queria começar com um comentário sobre um paradoxo: como é que uma entidade que foi criada para ter data de validade, digamos assim, faz 40 anos? Eu estou dizendo isso, porque a gente sempre pensou essa nossa organização com limite de tempo. E eu vou, obviamente, explicar as razões do limite de tempo em função da nossa parceria com os povos indígenas que a gente defendia. Eu vou fazer um retrospecto, digamos assim, do histórico da fundação do CTI para explicar, justificar e também dizer para os jovens, para a moçada aí que está assumindo o CTI, qual o horizonte que a gente tem que focar quando a gente trabalha com uma instituição.

O CTI nasceu, quer dizer, virou um CNPJ, uma instituição, por um mero acaso de oportunidade. As pessoas que aqui estão, além de várias que já se foram, não queriam criar uma instituição, elas queriam criar um ambiente, uma maneira de poder trabalhar com os povos indígenas. Naquela época, 1977-78, a gente tinha muita dificuldade de ter acesso às terras indígenas. Eu digo assim, essas pessoas são pessoas que tiveram uma experiência com os povos indígenas, seja do ponto de vista acadêmico, seja do ponto de vista do Estado. Muitas delas tiveram vinculações com o Estado – momentaneamente, óbvio que isso não perdurou – e também tinham sua vinculação acadêmica. E esses dois polos da nossa vida naquela época tinham que ser equacionados para a gente poder manter nossa relação com os índios. O Estado, num certo momento, via a gente como subversivos, comunistas, maconheiros, que andavam nus com os índios, essas coisas, e a academia não tinha, naquela época, muito poder de influenciar nas autorizações de pesquisa. Então a gente era limitado em ter o contato com os povos com quem a gente trabalhava. Esse grupo de pessoas envolvia muitos antropólogos.

O que a gente queria mesmo era ter como chegar nos povos indígenas e fazer o nosso trabalho. Que trabalho era esse? Era um trabalho de pesquisa? Era um trabalho de pesquisa. Era um trabalho de denunciar o colonialismo da Funai [*Fundação Nacional do Índio*]? Certamente era. E também dentro dos limites da época: estou falando de 1974-75, pleno auge da ditadura. As opções que a gente tinha foram circunstancialmente sendo favorecidas para a gente se unir. Desde o local

¹ A Rua Mato Grosso foi o primeiro endereço do CTI, onde aconteciam reuniões e assembleias. Tratava-se da residência de amigos, o jornalista Roberto Cômodo e o cineasta Walter Rogério.

onde a gente se reunia, que era a Rua Mato Grosso, em São Paulo¹, desde a gente ter informação desse universo, então pequeno, de pessoas que trabalhavam com povos indígenas, denunciando na sua pesquisa acadêmica o colonialismo da Funai, sentíamos a necessidade de dar uma continuidade a esse tipo de trabalho, de denúncia etc., mas *com os índios*, não à distância, com mobilizações de opinião pública.

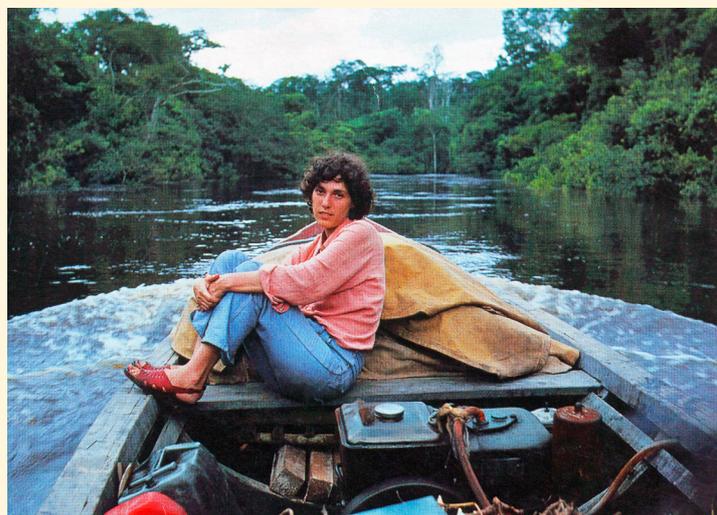
² Brot Für die Welt.

E o nosso pequeno grupo foi se estendendo à medida que a gente tinha contato. E é isso. A gente só formou o CTI porque a gente teve a condição de um apoio de uma entidade alemã, a Pão Para o Mundo² (PPM), que defendia os direitos humanos. E foi o Jurgen Sthan, da PPM, que veio oferecer um apoio através da Noemi Martinez [*antropóloga que trabalhava com os Guarani*], que a gente conhecia e estava exilada aqui e que tinha contato com ele. E, para isso, a gente teve antes de criar uma instituição que pudesse receber esse tipo de apoio, apoio para a gente se mobilizar e ir para as aldeias – não era pra fazer artigos ou pra fazer mobilização de opinião pública. A gente queria ir para a aldeia, a gente queria estar com os índios. A gente, em um primeiro momento, pegou um [*financiamento*] guarda-chuva do Fundo Samuel, que nos foi indicado por uma relação nossa com o pastor James Hight. E, a partir daí, a gente teve um apoio. Esse apoio é que constituiu esse grupo que estava com vontade de voltar para as aldeias e fazer seu trabalho lá com eles.

O trabalho já não era mais tão focado na pesquisa, mas era também de pesquisa, era ver de que maneira a gente podia combater o *estado de coisas* da repressão, da política colonialista da Funai na época. Eu estou falando isso de um ponto de vista muito pessoal, mas isso tem a ver com o tipo de relação que você traça. A gente está falando aqui de 40 anos da fundação de uma entidade. E nunca nos preocupou realmente criar uma entidade, uma instituição que tivesse um fim em si mesma. Nossa ideia era usar isso como uma ferramenta que pudesse viabilizar nossa presença junto aos povos indígenas com quem a gente tinha trabalhado, conhecido, amado, odiado e interagido. E essa trajetória nossa, desde o início, foi assim: a gente criou, fez uma ata, e o Fundo Samuel orientou a gente sobre como criar uma Organização da Sociedade Civil. Isso é uma discussão que ocorre em 1977-78. Essa palavra, “ONG”, nem existia, certo? As pessoas que nos orientavam estavam junto dos movimentos sociais de proteção de direitos, da repressão. Atuavam nas periferias da cidade de São Paulo. Esses eram

os nossos orientadores. O nosso objetivo contra a repressão, contra a ditadura, se somavam nessa linha, que é um momento muito interessante porque tudo conflui da mesma maneira, passados 40 anos.

Em suma, não vou me alongar muito, mas é só para deixar isso bem claro: o CTI, estou falando CTI, mas, na verdade, a gente nunca falou CTI, nem com os índios. Os índios foram falar CTI depois que a Funai começou a colocar esse carimbo na gente e dizer “esse CTI atua não sei onde”, colocando essa marca, entendeu? A gente antes do CTI... meu colega aqui ausente, o Beto Ricardo [*antropólogo, sócio-fundador do Instituto Socioambiental-ISA*], que colocou essa sigla. Entre nós a gente falava “Centro”. Uma coisa estranha. E o Beto colocou a letrinha dele lá, mas a gente convivia super bem com todos eles, porque tinha que somar e tinha que fazer coisas de combate a ditadura e defender os direitos. Mas assim, nossa pegada nunca foi, realmente, deixar essa marca institucional e a gente sempre considerou nas nossas reuniões, nas nossas assembleias, que essa instituição era um mero meio, uma ferramenta para a gente atingir nossos objetivos em defesa dos direitos dos índios. E quando, eventualmente, os índios já tivessem ganhado todas as lutas e não precisassem mais de nós, a gente acabava naturalmente. Essa era a nossa visão, e isso era afirmado nas assembleias. Certo? Eu quero marcar isso aqui porque eu acho que é importante a gente ter isso. Eu era o Gilberto, tinha a Maria, eram as pessoas, não o CTI. E continua até agora, o Daniel, o Conrado, o Jaime... Essa pegada de botar essa chapa institucional foi primeiro pela Funai e depois pelo conjunto das coisas aí, mas isso a gente sempre contestou e a gente sempre achou que a gente devia ter, e deve ter, um prazo de validade. Porque o nosso comprometimento com os índios significa o quê? A emancipação, a autonomia etc. E a gente só existe na medida em que eles nos pedem. Mas pedem a quem? Às pessoas que estão lá, não pedem a uma entidade abstrata. Isso é óbvio para todo mundo que está aqui. Os índios veem coração, veem pessoas. Concluindo, esse é meu recado.



1



2



3

1. Virgínia Valadão no rio Juruena em viagem para os Enawene Nawe. (Vicent Carelli/Acervo CTI, 1993)

2. Takamuin Asurini e Regina Müller subindo o igarapé Ipiaçava, rio Xingu, Terra Indígena Koatinemo (Renato Delarole, 1979)

3. Floriano Boe e Sylvia Caiuby Novaes na Aldeia do Córrego Grande, MT, 1971.
Foto tirada por Dolor Boe



MARIA ELISA LADEIRA

Antropóloga e linguista, fundadora do Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

Esse é um momento especial para nós. Vocês estão vendo aqui nesta mesa uma parte dos fundadores do CTI de 40 anos atrás. Tem outras pessoas que são fundadoras do CTI também, que estão na platéia, como a Vanessa Lea, como a Lília Valle. E tem outras pessoas que se agregaram, que se juntaram ao CTI ao longo desses 40 anos, são muitos, por isso não vou ficar nomeando todos.

E reforço o que o Gilberto Azanha colocou e que é muito importante, dizer que nós apostamos nas pessoas do CTI, nas pessoas que formam atualmente o CTI. Isso é importante, porque são eles que vão conduzir a relação com os índios, e daí vem a sua posição dentro do CTI, como o futuro. Estão todos sendo formados dentro do CTI. Se vão ficar no CTI, se vão pra outras entidades, se vão trabalhar na Funai, isso é a consequência, é o de menos. Nós, CTI, estamos formando gente comprometida com os povos indígenas. O CTI sempre teve essa visão, essa linha de atuação: a formação das equipes, de pessoas do bem.

São 40 anos do CTI e 40 anos vivendo juntos. É tempo. Eu achei, mexendo nas coisas do CTI, o primeiro projeto grande que o CTI encaminha para uma agência financiadora, no caso para a Pão Para o Mundo, a PPM, como a gente chamava normalmente. Isso em 1980. É o primeiro pacote que fizemos, para ter início o financiamento em 1981. Nunca me esqueço. Nesse projeto (inclusive queria que os novos do CTI percebessem) tinha uma gama de gente de atuações diferentes, porque não era que eles começaram a trabalhar com os índios porque estavam dentro do CTI. O CTI, como o Gilberto Azanha falou, congregou essas pessoas. Então já havia o trabalho que era desenvolvido com os Guarani, sem CTI. O nome CTI ainda não aparecia com a Maria Inês Ladeira, com a Noemi Martinez, com a Lília Valle. Tinha o trabalho que a Sônia Lorenz estava começando a fazer com os Sateré. Sabe? E fomos nos juntando todos. Tinha o Omar da Rocha e a Patrícia Kafure, que trabalhavam com os Kiriri na Bahia. O Terri Vale de Aquino, o pessoal da Comissão Pró-Índio do Acre, com o trabalho com os Kaxinawá. A Lígia Simonian, com o trabalho com os Kaingang.... A Sylvia Caiuby Novaes era da coordenação, mas todos nós (a Sylvia com os Bororo) tínhamos já um

histórico com esses índios. Então o CTI começa já com um grupo de gente com relações construídas, com confiança adquirida e conhecimento de causa junto aos povos com quem trabalhavam (a gente não falava nem povos nessa época, a gente falava “populações indígenas”).

Todos esses trabalhos (eu fiquei, assim, surpresa de ver, não lembrava disso tudo) têm duas vertentes, dois pontos marcantes, que são: a questão da terra e a questão que a gente chamava, na época, de desenvolvimento sustentável, que eram projetos econômicos, projetos comunitários. Desenvolvimento comunitário, essa palavra “sustentável” não existia. Por muito tempo, quando se referiam a nós, diziam que o CTI só faz projetos “econômicos”, porque para nós as coisas estavam juntas. Você garantia, propiciava, implementava, ajudava, apoiava, abria novas estratégias, quer seja nas cooperativas dos Sateré com guaraná, com os Kaxinawá com a borracha, ao mesmo tempo ocupando territórios; quer seja implementação de roça pra garantir uma abundância que permitisse um complemento nos rituais com os Krahô, a mudança da relação colonialista com a Funai; quer seja com os Guarani propiciando, por meio do apoio às roças, a ocupação em suas terras e com os Kaingang também. Esqueci da Iara Ferraz [*antropóloga, sócia-fundadora do CTI*], que trabalhava com os Gavião Parkatêjê, e estava começando já uma relação com os Suruí – e dentro desse projeto da PPM estava contemplado o início de uma cooperativa de castanha para os Suruí, e o levantamento, e a possibilidade de extensão desse trabalho junto aos Asurini e Parakanã.

Quer dizer, é uma gama grande de ações, não é? Não começa com uma coisa pequenininha que vai crescendo. O CTI já começa grande, e continuou grande o tempo inteiro – com dinheiro, sem dinheiro, com apoio, sem apoio, a gente vai continuando. E essa foi a nossa luta nesses 40 anos. O tempo inteiro você faz com que ele, CTI, continue existindo para garantir o compromisso e a parceria com os povos indígenas. Por um ano, por mais dois anos, fomos levando esse barco. E esse barco foi agregando uma série de outras pessoas. Fomos perdendo algumas, alguns se afastaram por motivos pessoais, de ritmo de vida, mas não se afastaram do ponto de vista do compromisso com os povos indígenas e da ética, ética que foi a marca de sermos todos jovens, numa época difícil da ditadura, em que queríamos mudar não só a política indigenista no país, mas os próprios rumos do país.

Eu fiquei surpresa quando eu peguei esse projeto da PPM, e eu quis tentar estimar o custo desse projeto hoje, 2019. Ele é um projeto de 12 milhões de cruzeiros. Eu não consigo achar o equivalente para esses 12 milhões de cruzeiros, mas o que ele mostra é que ele garantia despesas diretamente para os projetos nas aldeias. Quer dizer, o Terri Vale de Aquino, por exemplo, não recebia honorários porque ele estava vinculado à Comissão Pró-Índio do Acre, ainda começando, e ele estava nesse projeto, mas toda a implementação para a construção de barracos, do apoio para liberar os Kaxinawá do sistema de patrão, está no projeto. Para todos, tinha dinheiro de viagem, implementação para as aldeias, construção, aquisição de equipamentos. Os Kiriri, por exemplo, tinham inclusive a construção de barracões para a roça, para eles pararem de trabalhar como mão de obra barata ali no entorno e lutarem pela sua terra. Isso é um dos primeiros movimentos de luta. Eram esses dois pontos: apoio que garantisse uma subsistência, que garantisse um avanço, um bem-estar, e, ao mesmo tempo, uma questão fundamental, que é a questão da terra. Era esse binômio. Desses 12 milhões de cruzeiros, uma parte era para os projetos, são 8 milhões diretamente para os projetos, 1 milhão e duzentos mil cabia para a administração, e essa administração comportava os salários de uma coordenação, os meus, Maria Elisa Ladeira, do Gilberto Azanha, do Vincent Carelli, da Virgínia Valadão. É que não deve ter sido aprovado na íntegra. Era a proposta. Não sei dizer quanto disso foi aprovado, e uma complementação de salários pra Maria Inês Ladeira e a Lília Valle, porque o projeto para os Guarani não fazia parte, estava em anexo. Deve ser provavelmente porque o projeto era financiado por uma outra agência que não entrou no pacote que estamos colocando aqui. Mas não tinha ninguém para a administração propriamente dita, a administração efetiva do projeto éramos nós que fazíamos. Nós que íamos no banco, nós que prestávamos contas, nós que mandávamos dinheiro para onde tinha que mandar. Toda essa administração era feita pelos coordenadores. Ainda tinha, também, uma salvaguarda para viagens, tanto para os índios quanto para nós. Não tinha computador nessa época, então aqui a gente não estava pedindo máquina, a gente estava pedindo um projetor de slides e um gravador cassete. Era essa a nossa demanda ali.

O CTI começa grande, o que é importante marcar para todos é isso. E ele continuou grande nesses 40 anos, com pessoas que entraram, que saíram, que vieram contribuir. E hoje, ainda continuamos. A Sônia

Lorenz está aqui com os Sateré, a Regina Müller aqui, Maria Inês Ladeira continuou com os Guarani, eu e Gilberto continuamos com os Timbira, com os Terena, e abrimos outras frentes de trabalho e compromisso com os povos indígenas. Estou muito contente e espero que esses jovens continuem por mais 40 anos, se não no CTI, pelo menos levando, empurrando a questão indígena para frente. Sendo aliados dos povos indígenas.

É isso! Obrigada.



MARIA INÊS LADEIRA

Antropóloga e geógrafa, fundadora do Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

É uma surpresa ver que muitos que estão aqui hoje, nos ouvindo, são pessoas que participaram da nossa história desde o início, que também viveram situações e momentos iguais aos que nós vivemos. São amigos, pessoas que trabalharam conosco, ou parceiros nessa empreitada que realizamos até aqui. Para mim é uma boa surpresa. E quero dizer, olhando cada um dos amigos, que espero, sim, que o pessoal mais novo do CTI continue, por mais de quarenta anos, no que é e no que vier a ser o CTI. Depois da retrospectiva histórica que Gilberto e Maria Elisa fizeram, eu queria apenas fazer alguns comentários sobre o trabalho indigenista no CTI.

O início de nosso trabalho foi nos anos 1970 e nós do CTI, e muitos de vocês, fazemos parte de uma geração que viveu sua formação escolar e acadêmica em plena ditadura, sob as mais variadas formas de opressão. Nas escolas, era preciso hastear a bandeira, cantar o hino nacional, o ensino religioso cristão era ministrado. Na academia, na faculdade, não podíamos nos reunir em mais de duas ou três pessoas porque já éramos taxados de comunistas, o que era um “perigo”. E qualquer movimento de pessoas que contrariasse os regulamentos impostos, principalmente durante o período na universidade, era perseguido. E nós fizemos parte, então, dessa geração que buscou, logo no final dos anos duros da ditadura, se organizar, formando “entidades” e propondo uma nova forma de viver, de olhar o mundo, as pessoas e a vida. Com o fim da ditadura e a redemocratização do país, acreditamos, sim, que

poderíamos contribuir para uma nova forma de olhar o mundo e os povos indígenas. O CTI, então, se formou nesse contexto. Nessa época, estávamos muito motivados com a “abertura” e trabalhando duramente num novo modelo de sociedade que poderia advir com a Constituição Federal de 1988, de forma a contribuir para a garantia do direito à diversidade, a criminalização do racismo, o não ao preconceito, e tantas outras coisas, como está mesmo previsto no texto constitucional. E, principalmente, para que a nova Constituição contemplasse e garantisse direitos indígenas, para que o Estado brasileiro finalmente assumisse seu papel para minimizar o rombo territorial e as vicissitudes que foram impostas aos povos indígenas ao longo de sua história.

Para todos nós do CTI, para mim, isso é claro; imagino que a escolha de trabalhar com os povos indígenas ocorreu, não em função de sentimentos de pena, compaixão, ou culpa pelo estado em que se encontravam suas populações, mas sim por acreditarmos que os povos indígenas têm conhecimentos, valores, estéticas, saberes, práticas e técnicas extremamente ricas, que são parte estrutural do nosso país. E isso era, é, mais do que importante. Eu, pessoalmente, trabalhei, nos anos 1980, 1990, com um povo que vivia uma situação muito crítica, em todos os sentidos: não tinha reconhecimento de qualquer direito, nem de serem índios, nem de terem terra, nenhum dos direitos que hoje foram duramente conquistados e pelos quais estão lutando, pela sua manutenção ou pela sua melhoria. Mas, apesar das contrariedades pelas dificuldades que lhes eram impostas, eu não conseguiria trabalhar com um povo que me causasse compaixão. Ao contrário, era uma admiração profunda, que até hoje eu tenho, por esse povo e pelos povos indígenas em geral, a quem devo minha formação como pessoa. Era jovem, e todo o conhecimento que adquiri, todo o trabalho que realizei, tudo o que tenho para colaborar, de alguma forma, devo a essa formação. Todos nós do CTI, trilhamos o mesmo caminho de pensar, raciocinar e contribuir para que, finalmente, os povos indígenas consigam ter seus direitos plenamente reconhecidos.

Assim, na época, e até agora, essa emoção de trabalhar com eles é por acreditar em tudo o que representam as sociedades indígenas. E isso continua até hoje, é claro: não fosse assim, não estaríamos aqui. Mas, o que me vem à cabeça é que, passados os 40 anos do CTI, e 30 anos da promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, os novos indigenistas e os próprios indígenas e suas lideranças estão fazendo um esforço

³ O 1º ATL – Acampamento Terra Livre – aconteceu em abril de 2004, no gramado da Esplanada dos Ministérios em Brasília, para exigir a homologação imediata da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR). Foi um marco decisivo no processo de articulação das organizações indígenas em nível nacional.

supremo para não se dismantelar aquilo que foi minimamente assegurado e conquistado nesses 30 anos de vigência da Constituição. Quer dizer, o que nossa geração batalhou para ver erguido, os mais jovens, as novas gerações, estão batalhando para não verem cair tudo por terra. E esse é um desafio muito grande. E eu lembro que, naquele tempo (nos anos 70, 80), não existiam manifestações nas ruas, e nem direitos respeitados. E direitos foram conquistados, sem que o Estado cumprisse, de fato, seu papel. Foi a partir dos últimos quinze anos³ que surgiram várias formas de manifestações e as mobilizações das organizações indígenas se intensificaram em relação às pautas de saúde, terra, educação, conquistas recentes. Cabe lembrar a importância das campanhas e manifestações virtuais, protagonizadas pelos índios, que dão grande visibilidade às suas causas e fomentam o apoio nacional e internacional.

Hoje, tanto os índios, quanto os indigenistas continuam lutando para que não se desmanche, não se jogue fora tudo o que se conseguiu com essa Constituição, que prevê a valorização de toda a diversidade de modos de vida e de conhecimentos. Por isso, todos nós ficamos perplexos quando, depois de tanto tempo (após 30 anos da CF de 1988), nos deparamos com o projeto ideológico do atual governo, de descumprimento da Constituição Federal, atribuindo às Terras Indígenas um caráter novo, que fere completamente o sentido e o sentimento dos índios: transformá-las em terras para o agronegócio. Como se essas terras tivessem que servir aos interesses mercantilistas, o que também não tem nada a ver com a definição de Terra Indígena (TI), conforme está no texto constitucional. E impõe também a sua ideologia de poder, tentando, buscando evangelizar, doutrinar, despossuir mais ainda os povos indígenas de suas terras, favorecer a enorme concentração de renda e de terras privadas, e toda uma série de absurdos e abusos. Depois de tanto tempo, tentar impor a ideologia da discriminação, do ódio, da violência. E isso nos deixa, mais que tudo, perplexos. Porque, de fato, essas não são coisas que simplesmente estão nas propostas e nas medidas do atual governo; são coisas que estão sendo postas em prática realmente. Depois de 40 anos de indigenismo ficamos atônitos com o retrocesso, de ver tudo isso acontecendo hoje.

Outra coisa que me ocorre é imaginar, lembrar de todos os desgastes – tanto políticos, como no judiciário, nos meios indigenistas, dos antropólogos e dos índios, sobretudo – para obter o que já é de direito deles. Como exemplo, vou citar, só como uma pequena ilustração, um

⁴ Packer, Ian. *Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no oeste do Paraná (1946-1988)*: Subsídios para a Comissão Nacional da Verdade-CNV. São Paulo, Centro de trabalho Indigenista-CTI, 2013.105p. Alcântara; Omoto; Araujo Junior; Ramos (Organizadores). *AVÁ-GUARANI: a construção de Itaipu e os direitos territoriais*. República Federativa do Brasil – Ministério Público da União. Brasília, 2019. 185p.

⁵ Os limites de 24 mil hectares da Terra Indígena Tekohá Guasu Guavira que agrega várias aldeias Ava-Guarani, nos municípios de Terra Roxa, Guaira e Altônia, foram aprovados pela Funai, mas os procedimentos foram suspensos por decisão judicial em 2020.

⁶ Respectivamente: TI Ava-Guarani do Ocoí, homologada em 1983; Tekohá Añetete, registro de aquisição em 2007; Tekoha Itamarã, registro de aquisição em 2007.

caso que me comove. É o caso dos Avá-Guarani, que estão no oeste do Paraná, no meio do mundo, nessa região transfronteiriça. Depois de tudo que passaram ao longo de mais de um século, desde antes da ditadura, e acirradamente durante o seu período, com o desterro de suas terras alagadas pela hidrelétrica de Itaipu, apesar de toda a farta documentação sobre todas as injúrias, expulsões e mortes⁴, ainda hoje não conseguiram obter o direito de reconstituir parte de seu antigo território⁵. Os interessados nas terras ocupadas pelos índios argumentam que eles foram totalmente compensados e reparados. Isto porque, depois que tiveram suas terras alagadas, em 1983 foram identificados e homologados 231,89 hectares numa área de preservação permanente, ao redor de um dos braços do reservatório, para onde teriam sido alocadas as famílias consideradas “legitimamente” indígenas. Dezesete anos depois, “ganharam” mais 1774,71 hectares de uma terra inóspita e insuficiente para agricultura (com muitas pedras). E depois (porque essas duas terras não comportavam todas as famílias), receberam mais 242 hectares⁶. Assim, para esse povo que detinha toda uma vasta área para sua existência territorial foram destinados (no espaço de 25 anos) apenas dois mil e tantos hectares de terras impróprias, como se, com isso, tivessem sido “muito bem” indenizados, seus direitos estivessem garantidos e não houvesse necessidade de reparação. Esse é um exemplo, entre tantos. Todos os povos indígenas com quem trabalhamos passaram por essas agruras de conflitos territoriais. E essa é uma questão que temos que ter em mente. Convivemos com esse tipo de situação e vamos continuar convivendo.

E, por isso, cabe a essa geração que nos tem acompanhado, e que procuramos acompanhar dentro do (im)possível, dar um passo à frente. Porque, como dizem os Guarani, não é o mundo que dá voltas, é a gente que dá voltas no mundo. Esse caminhar nunca é à toa. Como eles dizem, gente não anda à toa. E esse andar, esse caminhar, é simplesmente pra continuar a segurar o mundo, suportar o mundo, fazer com que ele permaneça, com que ele não caia e que continue, de uma forma que possa estar abrigando todos os seres que povoam esta terra.

É só isso, obrigada! *Há'évete!*

Tuxaua Manoelzinho Michiles,
aldeia Nova Esperança, rio Marau
e Sônia Lorenz durante período da
demarcação da Terra Indígena Andirá-
Marau, povo Sateré-Mawé.
(Aurélio Michiles/Acervo CTI,1980)



Jaime Siqueira em atividades junto ao
povo Canela Apãnjekra.
(Acervo CTI, 1995)



Hapohy Krahô na fábrica da Fruta Sã
(Jaime Siqueira, Acervo CTI, 1994)





REGINA POLO MÜLLER

Antropóloga, professora do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), membro do Conselho Consultivo do Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

Recebi a orientação de que usássemos experiências concretas, de que fizéssemos uma avaliação das conquistas. Então eu peguei um pouco disso, e pensei também em colocar alguma coisa biográfica e alguma coisa etnográfica, pegar uma experiência concreta para falar desse indigenismo na minha prática, na minha vida, e como o CTI acontece na minha vida. Por que que eu não estou nesse projeto da PPM? Aproveito pra explicar. Eu sou da turma da Rua Mato Grosso e, no momento, meus colegas antropólogos, todos nós vivendo uma mesma experiência de estar com os povos que a gente pesquisava, mas também tratando de acompanhar, de estar mais próximo, e por essa paixão que a Inês falou, ou por posição mesmo ideológica, política, de estar comprometidos com o destino desses povos que a gente estudava. Eu trabalhava com o povo Asurini e estava fazendo um projeto através da Funai. Eu sou daquelas que andou pelo Estado, andava por outras vias também. Não vivi nenhum projeto, porém estava nessa fundação, por conta dessa experiência comum. Também são pessoas que estão nessa história, e não a instituição, e não o Centro de Trabalho.

Hapyhi Krahô, para mim, é uma pessoa que estava lá na nossa casa, que passava por lá. A gente vivia no sítio da Sylvia Caiuby ou, depois, em Brasília, com os índios que o Terri Vale de Aquino levava. Terminou esse projeto, que era um contrato de serviço de terceiros, com a Funai, que era dessa maneira. Os projetos que a gente trabalhou antes de se conseguir esses financiamentos eram, alguns deles, patrocinados pela própria Funai, que eram brechas que a gente tinha naquele momento, na época do General Ismarth de Araújo. Que, aliás, eu sempre acreditei nelas, quero falar também e é uma provocação para os jovens do CTI. Para mim uma das grandes conquistas do CTI foi: a gente era um punhadinho de gente, e olha o monte que hoje é o CTI. Gerações e gerações, essa formação. Se eu diretamente não usufruí, não usufruí dos projetos do CTI, pessoas formadas pelo CTI puderam trabalhar comigo. Hoje eu estou no PBA-CI [*Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena*] de Belo Monte, contando com o Kiko, que é o grande Hilton Nascimento, famoso Kiko, que é uma grande força. Não só uma formação de todas essas

gerações, mas o CTI, enquanto estrutura mesmo, para manter o casal dedicado a vida inteira exclusivamente à causa indígena e podendo, também, colaborar, como colaboraram em momentos cruciais da minha história, como foi a demarcação dos Asurini nos anos 1990, quando se fecha a demarcação. É só a aproximação do Gilberto Azanha na Funai que vai, naquele momento, contribuir pra gente finalmente demarcar. Depois da reestruturação da Funai, a gente lá em Altamira, novamente a assessoria do Gilberto Azanha, pra gente pensar a reestruturação em Altamira, a consultoria da Maria Elisa Ladeira na área de educação, também nesse grande desafio que é trabalhar em um PBA, que é trabalhar em um EIA-RIMA [*Estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto Ambiental*], que é trabalhar na execução de um PBA. Como disse um dos consultores com quem eu estava falando esses dias de como “você é uma pessoa corajosa”, eu admiti. Não foi um elogio assim, que, modéstia parte, é um lugar muito ingrato esse lugar de trabalhar em EIA-RIMAs, em PBAs, e com empreendedor, porque você não é reconhecido em nenhum lado e você sofre ingratidão de todos os lados. É um lugar bem difícil, barra pesada, e você não está do lado da academia, da denúncia, da crítica, mas você está lá, que foi a minha opção, estar lá com eles. É aí a brecha, mais uma vez, estando lá, e aí eu quero lembrar, o CTI me acompanhou nisso, com pessoas formadas, com meus colegas que puderam continuar fazendo esse trabalho, e houve a possibilidade de o CTI executar o PBA, mas os jovens não aprovaram e hoje eu deixo esse desafio para esses jovens, pra refletir, trazendo a minha experiência. Talvez vocês tivessem razão, porque é barra pesada.

A conclusão é que realmente alguma coisa pôde ser feita, mas é pensar isso. Claro que esse tema está em direitos territoriais, em política, dos dois temas, mas não está pontualmente considerado nessas discussões. E os grandes projetos? E como é que nós ficamos com essa avalanche agora, a mineração de Belo Sun? Como pensar isso? Como pensar o nosso lugar e o nosso envolvimento com esses contextos ingratos? Esse é um desabafo. E a parte biográfica, para não ficar tão pesada, que eu gostaria de falar: a minha vida foi entre o palco, o desbunde, e o indigenismo e a antropologia. Eu fiz essas passagens e estou fazendo mais uma vez, me dedicando ao que agora eles chamam de terrorismo pornográfico (na época, a gente falava que era contracultura). Porque tem que radicalizar. É o seguinte: tem que radicalizar porque o negócio está pesado, está difícil.



SÔNIA LORENZ

Arquiteta e antropóloga, membro do Conselho Consultivo do Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

Eu estou muito honrada de estar aqui com meus amigos. Muito feliz que são meus amigos até hoje. Esses cinco que estão aqui são meus amigos até hoje, amigo mesmo. Eu acho também que essa banca, esse palquinho aqui, eu vejo em termos históricos como a proto-história do indigenismo no Brasil. Isso também me honra muito. Eu acho que nós somos precursores de muitas coisas. O Gilberto Azanha falou um pouco, a Maria Elisa Ladeira falou um pouco, e eu acho que nós, por diferentes caminhos, chegamos em terras indígenas: para fazer documentação fotográfica, para fazer tese de mestrado, para fazer pesquisa. Nós chegamos nessas terras indígenas por diferentes caminhos e nós fomos encantados. Isso que aconteceu: nós fomos encantados. E, nessas terras indígenas, a gente fez amigos, estabeleceu laços de solidariedade profunda, alguns de nós estabelecemos relações de parentesco. Tinha um tuxaua Sateré que me chamava de neta, outro tuxaua me chamava de sobrinha. Acho que isso também aconteceu com vocês.

Era um momento de ditadura militar fechada. Eu também nos vejo como pessoas que não foram pra guerrilha urbana, ou pra guerrilha no interior do Brasil, ou pra um partido político, ou pra isso, ou pra aquilo, ou pra fazer um trabalho de base na periferia. A maneira da gente combater a ditadura, eu acho, eu imagino que de nós todos, foi trabalhar com os povos indígenas. Foi dessa forma que a gente resolveu combater a ditadura militar. E eu acho que, uma vez que a gente estabeleceu essas relações com os povos indígenas, que foi o que o Gilberto Azanha historiou, pra gente voltar pra lá, a gente tinha que ter não só o nosso coração, a nossa sensibilidade, a nossa inteligência, a gente tinha que ter recursos, a gente tinha que ter uma forma de alavancar as coisas para o negócio andar, porque a Funai estava em cima deles, os fazendeiros estavam cercando, tinha entrada de garimpo. Era feio. Agora está medonho, mas já era feio.

Esse projeto que eu estava pensando, que tem os Sateré-Mawé, que é com quem eu trabalho até hoje, a gente fez diferentes atividades para proporcionar autonomia. Com a seringa, com relação aos donos dos barracões dos Kaxinawá, autonomia da venda da produção do guaraná

com relação aos regatões no caso dos Sateré-Mawé, incrementar muito as roças e os rituais nos Timbira. Isso era muito importante. A Regina [Müller] fez um trabalho deslumbrante de pesquisa com os Asurini, de todo o desenho. Até hoje eu vejo aquele livro e me emociono. A Sylvia Caiuby estava lá nos Bororo, com aqueles funerais magníficos. Então, todos nós levantamos recursos pra ajudar esses povos que tinham nos encantado. Mas o que estava por trás disso o tempo todo, e agora que eu estou trabalhando de novo nos Sateré, ficou muito claro. A meta era demarcar as terras. Como fazer isso na ditadura militar? Como eles terem uma delimitação, passarem por um processo administrativo maluco até chegar a uma etapa de homologação da Terra Indígena? E muitas coisas a gente esqueceu, às vezes a gente tinha que pedir na Funai aquele calhamaço que é todo o processo administrativo da Terra.

⁷ Terra Indígena Andirá-Marau (PA/AM), povo Sateré-Mawé.

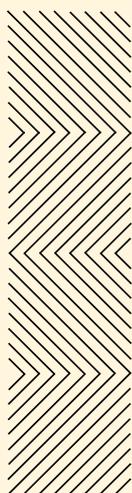
Eu estava agora recentemente na Terra Andirá-Marau⁷, nos Sateré-Mawé, numa manhã eu conversei com o tuxaua Rubens, da aldeia São Bento. A gente falou de um marco geográfico do exército que tinha na aldeia Kuruatuba, um pouco rio acima, e os meus colegas tinham me mostrado (o Maurice Nilsson, o André Michiles, o Dalton do Valle). Todo mundo foi lá fazer foto do marco e eu nem “tchuns” pra aquele marco, nem lembrei daquilo, achei estranho. Falei: vou pesquisar isso em algum diário de campo. E aí o tuxaua Rubens me contou:

Mana, eles colocaram os marcos no lugar errado, aqui no Manjuru. O que que aconteceu? Você veio lá do Marau, por terra, até o Campo do Miriti, aí varou até aqui o Kuruatuba, por terra, o tuxaua Emílio, você e o tuxaua Alexandre viram esse marco e falaram: está errado, porque a terra não acaba no igarapé Manjuru. Se a terra acabar no igarapé Manjuru vai ficar fora a nascente de todos os rios, a nascente do Andirá, do Marau, do Miriti, do Manjuru. As nascentes vão ficar fora. Depois, tem aldeias velhas, que não moram mais ninguém, mas essas aldeias estão nesse lugar, tem acampamentos de caça, é a maior mata que a gente tem, é onde mora menos gente. Então, o que que faz? A gente vai fazer o seguinte, o tuxaua Emílio vai lá pra Manaus brigar com o delegado da Funai, porque o delegado veio aqui com o exército colocar marco em lugar errado. Não existe esse desenho, essa delimitação não existe, eu não vi isso, eu estou acompanhando isso. Então vai vir o Donato, do Andirá pra Manaus, eu vou falar com o CTI, o Emílio e o Donato vão pra Brasília e vão falar com o presidente da Funai e vão bater o pau na mesa, porque eles tão colocando marco em lugar errado.

Isso quem me contou, que eu não lembrava mais, foi o tuxaua Rubens, na aldeia São Bento. Ele que me contou isso. E depois que ele me

contou, aí eu retomei essa história. Toda vez que tinha um desenho errado, eles conversavam comigo e eu conversava com o nosso super amigo, que não está mais entre nós, mas que foi fundamental para ter a demarcação dos Sateré-Mawé e dos Munduruku, que é o Xará, o Ezequias Heringer. Então, Xará querido, estamos com você. CTI, Sateré-Mawé, Munduruku, todos com você. Eu acho que a gente poderia aproveitar essa comemoração de 40 anos do CTI, que estão aqui tantos colegas antigos e novos, para falar o seguinte: a gente não pode esmorecer em hipótese nenhuma! Nas terras que já estão homologadas pode entrar esse negócio de mineração, estão cercando, as madeiras querem entrar, as serrarias querem entrar, o agronegócio quer entrar. Então, as terras homologadas estão em atenção máxima. Essa história que “ai esse governo do 17 não demarca nada”, a gente também não pode esmorecer, porque nós demarcamos terras indígenas no tempo da ditadura. Então não vamos esmorecer! Avançou muito, naquela época a gente era sozinho. Os Guarani entraram na prefeitura de São Paulo, foram na câmara dos vereadores, os Kaingang entraram na prefeitura de Curitiba, então não vamos esmorecer.

O que eu queria falar é que, pra mim, esse grupo de amigos se reuniu porque a gente se gostava, mas a gente se reuniu pra demarcar os territórios dos povos indígenas, porque sem isso não tem nada, nada, nada. E eu queria também lembrar, com muita saudade, de uma companheira nossa chamada Virgínia Valadão, mandar muito axé pra mana!



HAPYHI KRAHÔ

Associação Wyty Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins.

Como que eu vou começar? Gilberto Azanha começou na era de 1960-70. Primeiro era o SPI – Serviço de Proteção ao Índio, depois veio a Funai. Assim que chegou a Funai, o primeiro coordenador da Funai que chegou foi o Gilberto Azanha⁸. Quando ele chegou, nem estrada tinha para as aldeias, não tinha nada. Ele chegou eu tinha essa idade, 15 anos mais ou menos, e ele talvez tinha uns 20, ele era um pouco mais velho. Então a gente, vamos dizer assim... tudo que ele passou, Maria Elisa Ladeira passou também, foi o que aconteceu. E até assim, quando foi a criação do CTI foi essa polêmica grande com a Funai,

⁸ [N. E.] Em 1975, Gilberto Azanha é convidado pela FUNAI para coordenar entre os Krahô o “Projeto de Desenvolvimento Comunitário”, mas a proposta foi considerada muito revolucionária para a época e em 1976 Gilberto Azanha é afastado do cargo pelo órgão indigenista oficial. Ver <https://terrasindigenas.org.br/noticia/9283>.

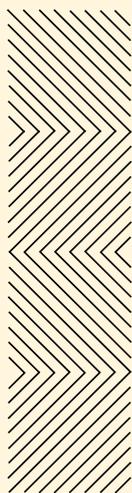
⁹ [N. E.] Em 1976, Maria Elisa Ladeira é convidada pela Funai para coordenar entre os Krahô o “Programa de Educação”.

porque a Funai não conhecia, não sabia como que era, como que não era. A gente sempre bateu na testa também. Não era como a Funai conduzia, pensava, porque a gente tinha um pensamento diferente. Tudo que a gente pedia a Funai, que era o governo, eles engavetavam e nós jogávamos a bola pra frente. Parece que ficavam só engavetando.

Para mim, o Gilberto Azanha e a Maria Elisa Ladeira⁹, foram as primeiras pessoas que chegaram lá, fazendo a abertura desse caminho, vamos dizer assim. Maria Elisa Ladeira foi minha professora também, Gilberto Azanha foi meu professor, foi ele quem me ensinou a dirigir. Nesse tempo, na Funai não tinha vez para nós indígenas. Era pai, ela que dizia e dizia “não, não, não, não”. Então nunca tinha visto gente querendo ver o que a gente estava querendo, eles nunca deram essa oportunidade, nunca. E sempre eu dizia, perguntava pro Gilberto Azanha: “Ô, Gilberto, com quem a gente pode criar um negócio diferente, pra gente poder encaminhar as nossas coisas? Porque pela Funai não dá. A Funai sempre engaveta e não quer a gente caminhando”. Gilberto sempre me falava: “Cria uma associação aí, e através da associação vai criando projeto, e a gente vai trabalhando”. Falei para o Gilberto: “Então tu não vai embora daqui enquanto nós não criarmos essa associação não, tu vai embora só depois criar ela”, que foi a Associação Mãkraré. Nessa época, ajudou a criar Mãkraré, não tinha nem o CTI ainda, nem se falava, nem sabia. Depois que ele saiu da Funai [em 1976] é que ele criou o CTI.

Depois que criou o CTI, a minha aldeia, que era a aldeia Galheiro, teve uma polêmica muito grande com a Funai, por causa do CTI. A gente segurou. Até hoje. Eu estou na Funai, mas fazendo o que o CTI me ensinou, não o que a Funai me ensinou. Sempre fazendo o que o CTI me orientou. Um pouco do que eu aprendi foi com o CTI. Então, eu quero dizer... eu estou com meus 65 anos nessa briga, sempre onde tem alguém falando CTI, eu estou lá brigando pelo CTI. Sempre eu bati na tecla, dizendo, não só com o CTI, mas hoje a gente fala que também é uma fala nova, que isso aí é uma coisa que vocês branco dá pra nós indígenas, primeiro é Krahô e agora está sendo Timbira. Então, vêm aparecendo esses nomes. Então a gente está seguindo, acompanhando essas indicações que vocês *kupen* [branco] dão pra nós. Eu tenho muito orgulho de estar aqui na frente de vocês, passando essa preocupação que eu tive, sempre tive, com meu povo.

A mesma lei que, quando o Gilberto Azanha chegou, foi criada é a mesma coisa que chegou agora. Sempre com essa coisa do governo. Sempre tem governo bom e tem governo ruim. Esse, para o índio, está sendo ruim. Não está sendo bom. E aí? É o que eu estou falando com meus parentes. Eu estive, semana passada, passando no povo Canela, falando o que eles estão achando, como é que eles estão vendo, como que eles estão olhando. Será que a gente vai dar o braço a torcer, vai ficar quieto, vai parar, nós não vamos gritar, nós não vamos fazer nada? Não, não podemos também parar com a nossa carreira. A gente começou, então a gente vai para frente. E isso é meu pensamento. Não pode vingar, mas pelo menos meu pensamento é esse, a gente não pode parar. A gente já está no caminho, então pra frente a gente vai. Eu não quero voltar de ré, quero ir pra frente. Quando a gente está parado, quando a gente estava gerando pessoas, passou muito tempo na barriga da mãe da gente pra gente nascer. A gente nasceu não foi pra voltar para trás, a gente nasceu para andar. E a gente está andando. Tudo que eu estou apresentando foi através do CTI. Então, muito obrigado pela atenção que vocês estão me dando. Só isso, e esse é meu agradecimento.



SYLVIA CAIUBY NOVAES

Antropóloga, professora da Universidade de São Paulo (USP), membro do Conselho Consultivo do Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

Muitos de nós já trabalhávamos “em” Mato Grosso, mas foi “na” Mato Grosso que a gente começou. Nossas reuniões na Rua Mato Grosso eram memoráveis e tem um dado que eu queria mencionar, e que é importante hoje, 40 anos depois: todos nós estávamos, de algum modo, também ligados à universidade. Todos nós tínhamos esse vínculo. E fazemos essa reunião 40 anos depois, também com esse vínculo. E queria lembrar que, de todas as pessoas que estão aqui, da USP [Universidade de São Paulo], quem mais acompanhou esse povo todo do CTI é a Lux Vidal. Quero dizer que a Lux Vidal foi orientadora do Gilberto Azanha, da Regina Müller, da Maria Elisa Ladeira, da Dominique Gallois, da Soninha Lorenz, da Iara Ferraz, do Jaime Siqueira; foram várias as gerações orientadas por ela. Ela não foi minha orientadora, eu fui orientanda da Thekla Hartmann. E uma das coisas que me impressiona é o quanto ela continua até hoje com esse séquito de

antropólogos que a acompanha, que dão vida pra ela e ela vive disso também. E tem uma atuação enorme no indigenismo, que a gente precisa também prestigiar. A outra grande presença aqui é a Lília Valle, certo? Mas temos lá no fundo a Nina Khan [*Marina Kahn*], que também é bom a gente não esquecer. A Detão [*Maria Bernadete Franceschini*] ali no meio, verdade. Mas eu só queria mencionar que todo dia eu leio de manhã o boletim do ISA – Instituto Socioambiental, eu o recebo diariamente, eu começo o dia lendo o boletim do ISA e o boletim da Fapesp [*Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo*].

É muito impressionante a sensação, 40 anos depois, de que a gente está vivendo o mesmo filme que se repete, de uma forma provavelmente mais trágica. Mais trágica, porque se a gente pensar nas diferenças do que vivem os povos indígenas hoje e do que viviam 40 anos atrás... Ao mesmo tempo que tem coisas absolutamente idênticas, como a cobiça pela terra deles, o que foi enfatizado nas várias falas, tem também algumas coisas que são muito diferentes, eu acho, e que são piores. Eu acho que o contexto internacional é pior e nós contávamos mais com a opinião internacional a nosso favor e que agora, na minha opinião, é mais difícil. Acho que a presença da tecnologia é muito maior, para o bem e para o mal, a presença das redes sociais, do que elas permitem de comunicação, mas do que elas permitem também de *fake news* e coisas piores, até.

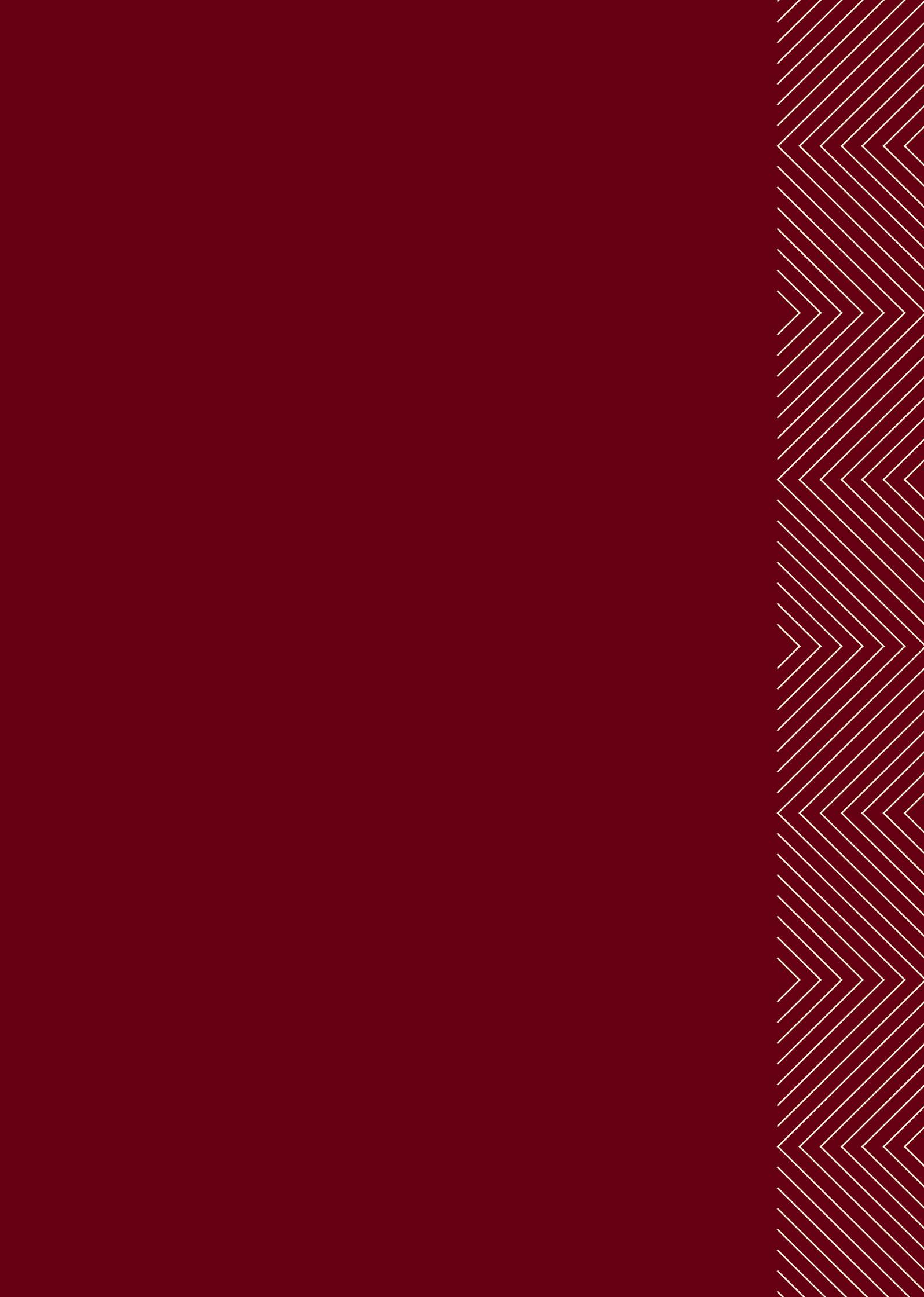
Há uma diferença muito grande com relação aos povos indígenas. O Jaime Mayuruna hoje é um aluno do mestrado na USP, e como o Jaime tem *n* outros que, 40 anos atrás, não tinham ainda chegado à universidade. Os povos indígenas mudaram a mais não poder, eu acho. As inúmeras entidades que surgiram, entidades dos povos indígenas, organizadas por eles, acho que isso é também uma grande diferença. As lutas têm que continuar, com novas tecnologias, novas armas, mas com muita garra, que eu acho que isso é o que, das coisas que eu me lembro com muito gosto, é o que sempre nos animou muito. E eu acho que é isso que tem que continuar.

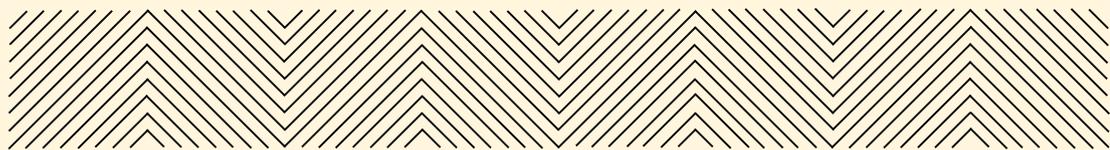
Equipe CTI reunida durante o planejamento estratégico em Pirinópolis (Carlos Aparecido/Acervo CTI, 2020)



Equipe CTI reunida durante o planejamento estratégico em Brasília. (Acervo CTI, 2017)







mesa 1

direitos territoriais

Dia 29.03

horário: 9h às 11h

Local: Sala 24 | FFLCH/USP

Paulo Guimarães | Advogado

João Pacheco de Oliveira | Museu Nacional

Maria Auxiliadora Leão | CTI

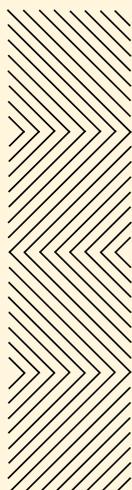
Lindomar Terena | Conselho Terena

Marcos Tupã | CGY

Paulo Tupinikim | APOINME

Jonas Gavião | Associação Wyty Catë

Debatedor: Aluísio Azanha | CTI



ALUÍSIO AZANHA

Cientista social e advogado, assessor jurídico do Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

Como parte das atividades de comemoração dos 40 anos do CTI, iniciamos os debates do dia, cujo tema são os direitos territoriais dos povos indígenas. A história do CTI, desde sua fundação até os dias de hoje, é marcada pelo compromisso de atuação no campo dos direitos territoriais dos povos indígenas. Todos os profissionais que fazem parte do CTI ou que algum dia fizeram parte – muitos, inclusive, estão aqui presentes – contribuíram de uma forma ou de outra na luta pelo reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas. E não é à toa que essa bandeira permanece sendo a principal razão de existência do CTI e a principal finalidade de sua atuação política no campo indigenista. É o que sempre uniu e continua unindo e instigando pessoas das mais diferentes formações e gerações, com as mais diferentes visões, a se dedicarem a um propósito comum de trabalho e fazer dessa aliança um compromisso de vida. Claro que a centralidade que os direitos territoriais desempenham na atuação política institucional do CTI e dos seus parceiros e colaboradores é reflexo da própria centralidade que as territorialidades representam para a vida e o futuro dos povos indígenas, e da vital importância que o tema representa na agenda política dos povos indígenas e de suas organizações.

Mais que reflexo, é um diálogo. Ouvir os povos indígenas sempre foi e continua sendo o princípio básico mais fundamental que orienta a atuação do CTI e das pessoas que trabalham na instituição. É a partir do diálogo com as perspectivas dos povos indígenas e com suas visões de mundo, com seus enfrentamentos, com seus dilemas e suas reivindicações, que o CTI e as pessoas que trabalham na instituição vêm desenvolvendo há 40 anos suas ações, com a finalidade de contribuir com a autodeterminação e com a autonomia dos povos indígenas. Portanto, nada mais coerente com a história do CTI do que aproveitar as atividades de celebração de seus 40 anos para realizar uma reflexão sobre a implementação dos direitos territoriais dos povos indígenas ao longo desse período.

¹⁰ A Medida Provisória 870/2019 estabelece a reorganização das competências e estruturas dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, e foi editada no primeiro dia do governo Bolsonaro. Ela previa a transferência da competência sobre as demarcações de Terras Indígenas da Funai para o Ministério da Agricultura e a transferência da Funai para o recém-criado Ministério da Família, Mulher e dos Direitos Humanos. A MP foi objeto de uma ampla mobilização por parte do movimento indígena contrária a sua aprovação no Congresso Nacional. No texto-base da MP aprovado pelo Congresso Nacional, a Funai retornou ao Ministério da Justiça com todas as suas atribuições – incluindo a competência sobre as demarcações das Terras Indígenas.

Ao mesmo tempo, esperamos poder contribuir também para traçarmos rumos, repensar estratégias para enfrentar esse difícil momento político no qual mais uma vez os povos indígenas, seus direitos e, de tabela, seus aliados, são alvos de ataques pelos seus inimigos históricos. E, para tanto, contamos nessa mesa com as valiosas contribuições de especialistas, militantes, estudiosos e importantes lideranças indígenas, para refletirmos sobre as estratégias de mobilização política das comunidades indígenas e suas organizações na luta pelo direito à terra; os avanços e retrocessos ao longo dos 30 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988; as disputas nas interpretações judiciais e administrativas na aplicação do artigo 231 da Constituição Federal de 1988, considerando também as diferentes realidades dos povos indígenas no Brasil; e, sobretudo, para refletirmos sobre a atual conjuntura política e sua interface com as medidas já previstas e adotadas pelo atual governo, com propósito de dar cabo ao arcabouço jurídico-institucional responsável pelo reconhecimento dos direitos territoriais. Nesse sentido, a Medida Provisória nº 870/2019¹⁰ é um exemplo, ao decretar o esvaziamento da Funai, com a transferência de suas competências na área da demarcação de terras indígenas para um ministério subordinado aos interesses ruralistas e incrustado de seus asseclas. Mas isso já é um tema para os palestrantes, então, sem mais delongas, passo a palavra aos convidados.



PAULO MACHADO GUIMARÃES

Advogado, Presidente da Comissão Especial de Defesa dos Direitos Indígenas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Nacional.

Bom dia a todas e a todos. Inicialmente gostaria de registrar minha surpresa, minha emoção e meu agradecimento ao convite que o CTI, por intermédio desse meu eminente colega Aluísio Azanha, me fez.

A propósito, no meu entendimento, Aluísio Azanha é a expressão dessa nova advocacia que atua no campo indigenista, e agora mais renovada, inclusive com eminentes advogados indígenas. Sua atuação me proporciona muita alegria e satisfação, principalmente pela forma aguerrida, competente e muito eficiente com que Aluísio vem se conduzindo nas matérias administrativas – e, neste particular, Maria

Auxiliadora [*Maria Auxiliadora Leão, membra do conselho consultivo do CTI*] é a testemunha mais qualificada, mas também nas demandas judiciais, em apoio a vários povos e organizações indígenas.

Eu fico muito satisfeito em estar presente neste seminário dos 40 Anos do CTI, considerando esse plenário tão qualificado, com a presença da professora Manuela Carneiro da Cunha, do professor Guga [*José Augusto Laranjeiras Sampaio*], também registro aqui a satisfação com a presença do companheiro Giba, secretariado do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), e também com as presenças de Fany [*Fany Pantaleoni Ricardo, antropóloga e sócia fundadora do ISA*], Ivar [*Ivar Busatto, indigenista, coordenador-geral da Operação Amazônia Nativa – Opan*] a quem saúdo, dentre muitos e muitas presentes.

Tivemos a oportunidade de acompanhar o embate que se deu entre 2015 e 2016, com a articulação da direita no Congresso Nacional, que conseguiu criar e instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), destinada a apurar fatos envolvendo a Funai e o Incra [*Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*], e que depois foi renovada com a sua versão dois. O CTI foi objeto da ira dessa articulação conservadora, tendo a bancada parlamentar ligada ao agronegócio à frente.

Na realidade, sob a justificativa de se pretender enfrentar alegados abusos e ilegalidades praticados pela Funai e o Incra, no processo de identificação de Terras Indígenas e de Terras ocupadas por quilombolas, tinha-se como foco um ataque à atividade científica, que os antropólogos estavam a desenvolver e desenvolvem, e que são, efetivamente, na minha percepção jurídico-processual, os peritos desse grande processo de identificação, da afirmação do que vêm a ser as “terras tradicionalmente ocupadas” pelos Povos Indígenas, como as terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de Quilombos, ou Quilombolas.

O CTI foi envolvido nesta CPI, nas pessoas de Gilberto Azanha, Maria Elisa Ladeira, Maria Inês Ladeira, mas avançando também sobre Maria Auxiliadora [*Leão*], e o próprio Aluísio [*Azanha*]. E eu fui, digamos assim, honrado com a oportunidade de acompanhar, junto com Aluísio e a Direção do CTI, essa questão.

Mas também, para minha alegria, fui convidado pelo então Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), o Professor Antonio

Carlos Souza Lima, para dar, também, um apoio jurídico à ABA, para a qual vários antropólogos estavam igualmente convocados.

Primeiro, a Prof^a Flávia Cristina, que foi na realidade a única antropóloga que prestou depoimento nesta CPI, teve um desempenho excelente, muito segura, muito precisa, e na sua primeira intervenção desmontou todos os pressupostos equivocados e falsos com que a CPI justificava sua existência.

Essa circunstância, considerando que em seguida o próprio Presidente da ABA, Professor Antonio Carlos Souza Lima, prestaria seu depoimento, fez com que a Presidência e a Relatoria da CPI alterassem a tática até então adotada, de ouvir as pessoas sugeridas pelos e pelas parlamentares integrantes da Comissão. Quando o professor Antonio Carlos de Souza Lima já estava presente na CPI, para prestar seu depoimento, sua participação foi adiada. Posteriormente, o depoimento do Presidente da ABA foi novamente adiado, de forma que a CPI nunca ouviu e viu o depoimento do professor Antonio Carlos, exatamente porque perceberam que o depoimento do Presidente da ABA poderia ser até muito mais devastador do que o depoimento da professora Flávia Cristina.

E as coisas foram se desenvolvendo de uma forma realmente curiosa. Eles, os parlamentares que controlavam a maioria dos integrantes da CPI, adotaram a orientação no sentido de conduzir a CPI, para agregar informações que interessavam a eles, sem qualquer contraditório, sem qualquer oportunidade para que as diversas opiniões, em especial das pessoas naturais e jurídicas acusadas na justificativa da CPI ou nos Requerimentos apresentados, pudessem se manifestar.

Por que que eu destaco esse episódio da CPI, cuja conclusão foi contestada por todos? O ISA também foi objeto de ataque dentro dessa CPI. Basicamente, o Cimi, o CTI, o ISA e a ABA, foram as entidades atacadas.

A Funai, na realidade, foi, como o Incra, apenas o mote para esse confronto visando o desgaste contra a atividade relacionada à afirmação dos direitos indígenas, mas tendo como eixo a atividade científica dos antropólogos e das antropólogas.

Isso ficou muito nítido no relatório dessas duas CPIs. Foi a primeira oportunidade, pelo menos de que eu tenho registro, em que setor da direita no Congresso Nacional mirou os antropólogos. Identificou efetivamente a necessidade de constranger a atividade do conhecimento científico indispensável para o conhecimento e a identificação dos limites das terras indígenas e dos quilombolas, considerando seus usos, costumes e tradições.

E, para mim, isso tem uma razão muito específica e fruto de todo um processo político e jurídico – ou melhor, um processo político sobre as disputas jurídicas, que vinham sendo travadas no decorrer dos último 40 anos ou 50 anos.

Por isso que me pareceu, e eu vou ficar pontuando permanentemente aqui, na minha percepção, a relevância dessa iniciativa que o CTI nos proporciona, de realmente pararmos e revermos um pouco todo esse processo.

Se tomamos como marco a Constituição de 1988, a promulgação do texto constitucional em 5 de outubro de 1988, vamos ter que dar um passo atrás para iniciar a análise e avaliar os embates que se travaram de fevereiro de 1987 até outubro de 1988, na Constituinte, para compreender os interesses políticos e ideológicos que se desenvolveram no



Mulheres Timbira durante a Marcha das mulheres, ato político em Brasília. (Juliama Noletto/Acervo CTI, 2019)

processo constituinte, seja sobre as riquezas naturais existentes nas Terras Indígenas, notadamente o minério, mas fundamentalmente o conceito sobre o que vem a ser terra tradicionalmente ocupada.

Na realidade, o que estava colocado até então, aproveitando o texto da Constituição de 1967-1969, era terra ocupada. Terra ocupada de acordo com os usos, costumes, crenças, tradições de cada povo. Esta compreensão do que vem a ser o espaço territorial dos povos indígenas, em 1987, foi objeto de confronto no processo constituinte.

As forças de direita, articuladas naquela ocasião – e todos aqui vão se lembrar bem desse nome, que ainda persiste na política atual – no “centrão”. O Centrão de hoje tem origem ali, nessa articulação da direita no Congresso, em que se conformaram para alterar o Regimento Interno da Constituinte, para conseguir vislumbrar soluções normativas a seu favor.

No caso dos povos indígenas, por incrível que pareça, essa manobra da direita veio a favorecer a articulação dos povos indígenas, inclusive com articulações também à direita.

Eu jamais poderei negar, até por respeito intelectual, a contribuição do então Senador Jarbas Passarinho. Ele foi, efetivamente, uma pessoa, um parlamentar, que assumiu o texto final da Emenda, para superar o pior texto que a história legislativa pôde produzir, elaborado pelo também Senador Bernardo Cabral, então Relator da Comissão de Sistematização, que de uma tacada só reduzia todas as Terras Indígenas, e deixava os índios entre absolutamente incapazes e plenamente capazes. Quer dizer, foi a coisa mais dantesca que poderia ser produzida. E esse cidadão vem, em função das circunstâncias da minha entidade, a Ordem dos Advogados do Brasil, ainda sendo enaltecido. Mas fez um trabalho pavoroso. Ele deve ter negociado com todo mundo, não conseguiu segurar o acordo com ninguém, e aí desagradou a todo mundo.

Mas nesse processo, e nele, o papel absolutamente contundente da mobilização dos povos indígenas e seus aliados, fez com que as forças fossem reequilibradas.

O que surgiu na mesa de negociação foi exatamente essa expressão que vigora até hoje – terra tradicionalmente ocupada – que é

exatamente a combinação de terra ocupada com o termo *tradicionalmente*, que vinha da Convenção 107 da OIT.

Mas o que eu quero destacar nessa rápida intervenção é que os interesses anti-indígenas, que na ocasião atuaram na Constituinte, pretendiam aprovar como garantia constitucional, como espaço territorial, as terras de posse imemorial, onde os índios se encontrassem permanentemente localizados, que era a expressão, a formulação que o Centrão defendia.

Eu me lembro que foram mais de 5 horas de negociação entre as lideranças partidárias e o centrão. Eu não vou me lembrar do nome de um deputado federal do PFL [*Partido da Frente Liberal, atual Democratas (DEM)*] do Ceará, um senhor bem idoso, mas com uma garra política-ideológica impressionante. Na mesa de negociação, do nosso lado também, só os povos indígenas para proporcionar isso. Plínio de Arruda Sampaio, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com origem na Democracia Cristã, Haroldo Lima, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Jarbas Passarinho, que dispensa comentários.

Esses três parlamentares foram os que, na mesa de negociação, fizeram o confronto na defesa dos Povos Indígenas, alinhados com o texto que as entidades indigenistas e o movimento indígena estavam defendendo.

Ainda no processo de negociação final, entre os líderes partidários, o Centrão conseguiu inserir algumas, digamos assim, cisões no texto, como a questão do interesse nacional. Daí a possibilidade de “atos de relevante interesse público da União” terem validade nas terras tradicionalmente ocupadas por índios, porém, também como reflexo da negociação, mediante previsão em lei complementar. Essa previsão de lei complementar foi a percepção aguda de Plínio de Arruda Sampaio, pela sua formação jurídica como promotor público, que foi, ao exigir como condição a previsão nesta lei complementar, tendo sido apoiado por Haroldo Lima e Jarbas Passarinho.

Foram retrancas, que surgiram no curso da negociação final, muito tensa, que ocorreu na sala de reunião da então Liderança da Maioria, localizada atrás do Auditório Nereu Ramos, onde as Lideranças Indígenas encontravam-se posicionadas e em regime permanente de mobilização, recepcionando todos e todas parlamentares que ingressavam e que saíam da sala de negociação.

Esses interesses, portanto, agrários ou ruralistas e anti-indígenas, saíram, com a aprovação do texto acordado e submetido a votação no Plenário, se considerando derrotados.

Quanto às mineradoras, o próprio Jarbas Passarinho, quando admitiu apoiar o texto que defendíamos, afirmou que: em relação à mineração, estou de acordo com a solução adotada por Bernardo Cabral, quanto ao resto da Emenda, subscrevo e se vocês quiserem continuar defendendo outro texto sobre mineração em terras indígenas, para mim não tem problema, mas eu não vou defender”. Ele foi franco e honesto. E não se permitiu concordar com nada que os militares, por exemplo, questionavam sobre o texto sem nos consultar, sem submeter, sem ouvir, sem interagir. E nesse sentido é incrível. Tinha lá as razões históricas dele, talvez relacionado à memória de uma derrota numa eleição, segundo alega, porque Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga fizeram uma série de acusações contra ele. Então, naquele momento, talvez ele estivesse admitindo uma flexão tática em relação à Igreja Católica, já que Dom Erwin, então Bispo da Prelazia de Altamira (PA), tinha celebrado uma missa em memória de sua esposa, que havia falecido.

O fato histórico relevante, me parece, é que, em razão desse confronto, a partir de 1989, os interesses político-ideológicos em relação às Terras Indígenas – que ou objetivamente foram derrotados ou, por não terem conseguido o que pretendiam – passaram a desenvolver, fundamentalmente na década de 1990, outras formas de buscar recuperar seu objetivo estratégico, qual seja, impedir que as demarcações das terras indígenas fossem implementadas, pelo menos nas dimensões que os Povos e as Organizações Indígenas pretendiam, como defendem até o momento, e como também é defendido pelas entidades indigenistas.

Vamos verificar, no curso das duas décadas posteriores à promulgação da Constituição Federal, inúmeras tentativas legislativas, como inúmeros confrontos judiciais, além de intensa pressão sobre o Poder Executivo.

Mas as soluções não foram se revelando eficazes.

¹¹Terra Indígena Yanomami (RR/AM).

¹²Terra Indígena Alto Rio Negro (AM).

Todos nos lembramos que, durante o Governo Collor, com a Eco-92 [Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento], demarcações foram feitas, a demarcação da Terra Indígena Yanomami¹¹, como as Terras no Alto Rio Negro¹² foram corrigidas.

Os interesses militares sobre as Terras Indígenas, que se impuseram no Governo Sarney, por intermédio do Projeto Calha Norte, com os Decretos 94.945 e 94.946 (ambos de 23 de setembro de 1987), adotavam a estrutura do Grupo de Trabalho Interministerial e as figuras das colônias indígenas e áreas indígenas, dividindo os índios entre aculturados e não aculturados, introduzindo a concepção político-administrativa das demarcações das terras indígenas em “ilhas”, cercadas por Florestas Nacionais.

O texto de Bernardo Cabral correspondia a esta concepção. Na realidade, após o ataque encetado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, articulado pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, com apoio da [mineradora] Paranapanema, em agosto de 1987, os militares conduziram duas movimentações simultâneas. Impuseram sua política indigenista no Governo Sarney, expresso nos referidos dois Decretos 94.945 e 94.946¹³, e impuseram a redação adotada por Bernardo Cabral, como Relator da Comissão de Sistematização, atendendo aos interesses militares, das mineradoras e dos ruralistas, ou seja, das forças políticas e econômicas com projetos antagônicos à defesa e o respeito aos Povos Indígenas.

¹³ O Decreto n.º 94.945/1987 veio regulamentar o processo administrativo de demarcação de terras indígenas, em substituição ao Decreto 88.118/83. Sua principal inovação foi conferir uma maior participação e poder do Conselho de Segurança Nacional nos processos de demarcação de terras indígenas situadas na faixa de fronteira. O Decreto n.º 94946/87 estabeleceu uma equivocada distinção entre tipos de áreas indígenas, conforme o grau de aculturação atribuído a sua população. Segundo o decreto, a colônia indígena seria demarcada para os índios aculturados e as áreas indígenas seriam destinadas para os indígenas não aculturados ou de aculturação incipiente. A avaliação do grau de aculturação caberia à Funai.

¹⁴ Terra Indígena Raposa-Serra do Sol (RR).

Anos depois, esta concepção de demarcação das terras indígenas em “ilhas” veio a ser recuperada no confronto sobre a demarcação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol¹⁴, uma ação popular proposta em 1999 que, em abril de 2005, o STF [*Superior Tribunal Federal*] reconheceu sua competência para processar e julgar, por envolver conflito federativo entre a União e o Estado de Roraima, sendo o mérito do processo (Ação Popular) julgado em 2008 e 2009.

Como se pode perceber, as teses desses interesses anti-indígenas vão e voltam o tempo todo.

No decorrer da segunda metade da década de 1990, e fundamentalmente na década de 2000 a 2010, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), na minha percepção, passou a ser um polo de aglutinação desses interesses políticos e ideológicos, com mudança qualitativa na sua forma de intervenção.

Eles passaram a se debruçar de uma forma mais profunda sobre o tema da demarcação das terras indígenas e começaram a arregimentar

profissionais, tanto na área jurídica, como na área antropológica e das Ciências Sociais, para que pudessem fazer o confronto no processo administrativo destinado à demarcação das terras indígenas, derivando para impugnações judiciais. Partiram do pressuposto, em especial a partir de 2003, de que a Funai estava dominada por antropólogos e antropólogas, militantes de esquerda e ambientalistas, sem qualquer compromisso com o “desenvolvimento econômico do país”.

Essa Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, portanto, passa a observar de uma forma atenta o desenvolvimento da tramitação dos processos administrativos de demarcação e começa a desenvolver, aí sim, uma nova etapa do confronto dos interesses políticos e ideológicos contra os direitos territoriais dos povos indígenas, combinando objetivamente proposituras e articulações no Congresso: projetos de lei sobre demarcação de terras indígenas; projetos de lei de acesso à exploração mineral; a questão da própria dita possibilidade de arrendamento para a atividade agrícola em terras indígenas; propostas de emendas à Constituição, para submeter a demarcação à deliberação do Congresso Nacional; com impugnações judiciais aos processos administrativos de demarcação de Terras Indígenas, questionando a atuação e o comprometimento dos antropólogos envolvidos e das antropólogas envolvidas, além de integrantes de entidades indigenistas, com larga e reconhecida experiência no relacionamento com diversos povos indígenas, a exemplo da Opan, do Cimi, do CTI, do Projeto Kaiowá-Ñandeva. Ou seja, vão construindo uma narrativa, segundo a qual: “Ah, se eu não posso derrubar o eixo central do que é a terra tradicionalmente ocupada, contido na Constituição, vamos tentar quebrar pontos que podem ser considerados secundários, mas que obstruem o andamento das medidas administrativas adotadas, ou mesmo conseguir reverter alguns casos, criando precedentes favoráveis para outros casos”.

E, fundamentalmente, chegamos ao momento atual com a forte impressão de que a tática da judicialização contra a demarcação das terras indígenas, ou mesmo contra a posse da terra pelos Povos e Comunidades Indígenas, têm indicado, a estes interesses econômicos sobre o espaço territorial dos Povos Indígenas, ser uma alternativa mais promissora, na perspectiva de dificultar ou mesmo impedir que a determinação constitucional contida no artigo 231 da CF [de 1988] seja implementada.

Acho que, na década de 1990 e especialmente nas décadas de 2000 até agora, temos vivenciado o desenvolvimento desses interesses político-ideológicos contrários aos interesses dos povos indígenas, que são os mesmos derrotados em 1987-88, que já passaram a desenvolver o confronto no Poder Judiciário, absolutamente conscientes de que podem ter ganhos e que também podem ter derrotas.

E é curioso. Eu trago aqui uma reflexão. Como sabem, eu tive o prazer de assessorar juridicamente o Cimi de 1982 a 2010. E essas questões relativas ao confronto judicial, e eu sei que esse é um dilema que se coloca tanto na assessoria jurídica que o CTI desenvolve, e que os companheiros, colegas e Direção do ISA, também se enfrentam: se, diante de situações políticas em que a administração da Funai não consegue avançar com a demarcação, ou quando o processo sai da Funai e fica parado no Ministério da Justiça, é o caso de judicializar ou não é o caso de judicializar.

No próprio Ministério Público Federal (MPF), várias vezes, conversando com Deborah Duprat e com outros Procuradores da República, essa é sempre a grande pergunta: diante de um impasse administrativo, vai ou não vai ao Judiciário? E nós sempre, pelo menos no Cimi, naquela conjuntura, já transcorridos nove anos, adotamos uma postura nitidamente cautelosa, explicitamente cautelosa. Não porque não acreditássemos que pudéssemos ter êxito nos embates judiciais, mas porque, enfim, são instâncias recursais, têm juízes, têm confronto, é o contraditório. É chamar a parte contrária para um confronto em um espaço legítimo que eles também têm. Esta dúvida tática no confronto judicial, a Confederação Nacional da Agricultura e os interesses políticos que lhe são aliados não têm.

E isso é uma disputa dura e, tenho absoluta certeza, nós temos condições de ter profissionais altamente qualificados para o desenvolvimento desse confronto. A própria Advocacia Geral da União (AGU) tem advogados muito experientes e até dedicados. Claro que, em algumas unidades da Federação, podem não ter, ou ter outros que possam adotar outras posições mais problemáticas. E o Ministério Público Federal, que, como todos nós sabemos, já não é tão unido na defesa de determinadas teses, já tem os seus Procuradores da República, que já, em grupo, já processaram criminalmente, por exemplo, as 34 lideranças do Povo Xukuru, em Pernambuco. E por aí tem

outras experiências, como em Mato Grosso do Sul e em Mato Grosso e outros locais do país.

Concluo essas minhas observações sobre esse tema, observando que estamos no curso de um confronto, no qual os interesses políticos e ideológicos derrotados em 1987-88 estão vivos, articulados, atentos e agindo de uma forma às vezes eficiente, às vezes de forma truculenta e agressiva, até com práticas criminosas, e muitas vezes equivocadas, como é o caso da CPI.

Mas a CPI é parte de um processo de acúmulo de forças deles. Não é um processo de acúmulo nosso; ali, os aliados dos Povos Indígenas e as próprias Organizações Indígenas, estávamos atuando na defensiva.

Os interesses anti-indígenas tinham o controle da Comissão. Nós mesmos, nos sentávamos, todos os colegas, os dirigentes do Cimi, ISA, CTI e ABA, e falávamos: bom, e qual é o espaço de interlocução que nós temos na CPI? Deputada Érika Kokay, Deputado Nilto Tatto, Deputada Perpétua Almeida. Eram 2, 3, 4... se tínhamos 4 votos era muito. E era mesmo. Estas e estes Parlamentares tiveram, justiça seja feita, uma atuação aguerrida. Exemplar. As coisas não foram piores porque interagiram ali, no meio de campo. Agora, conforme afirmado, os parlamentares da base ruralista e do agronegócio tinham o controle das CPIs, como eles têm o controle, historicamente, na Comissão da Agricultura da Câmara dos Deputados. Tanto é assim, que toda a movimentação e acompanhamento de proposições legislativas de interesses dos povos indígenas, ninguém acompanha na Comissão da Agricultura. Deixa passar, eles vão detonar. Mas, nas outras Comissões, a disputa é mais acirrada. Aí tem espaço.

Então acho que nós estamos diante desse confronto. Ele recrudesce. O que aconteceu no Supremo com o julgamento da demarcação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol¹⁵ foi um momento que, me parece, representou um dos fortes confrontos que esses interesses tiveram.

¹⁵ [N. E.] Decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal na Petição 3388-RR, conhecida como o caso da Terra Raposa-Serra do Sol.

Eles foram para o Supremo Tribunal Federal fazer a disputa sobre as teses deles, aliados com os militares. E cometeram erros. Porque, se não fosse a agressão que eles praticaram contra os povos indígenas na área em Raposa Serra do Sol, e a tecnologia dominada pelos índios, com celular, gravando os tiros que os capangas dos arroteiros deram... e

aquilo viralizou na época. Nem todos se lembram, mas aquele episódio provocou um desgaste profundo nos arroteiros, no Supremo Tribunal Federal, como na própria opinião pública.

Depois daquele episódio, os caras chegavam “eu sou o advogado dos arroteiros”, o Lawrence Manly Harte, e não tinham mais espaço, perderam todas. Mas aí os militares habilmente se descolaram deles, e foram negociar outros interesses seus. E o papel do ministro Menezes Direito foi crucial nisso, porque ele combinou a concepção do ativismo judiciário, na formulação daquelas condicionantes – que inicialmente eram 18, e o Ministro Celso de Mello agregou mais uma décima-nona.

Na realidade, aquela decisão foi um ponto fora da curva. Felizmente, depois, o Supremo, no julgamento do processo no qual, os títulos imobiliários incidentes na Terra tradicionalmente ocupada pelos Pataxó Hã-hã-hãe¹⁶, se manteve a declaração da nulidade destes títulos, mantendo sua jurisprudência mais tradicional¹⁷. Mas, de lá para cá, temos visto oscilações na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Hoje mesmo, nas decisões mais recentes, estão indicando: não, suspende uma decisão liminar, mas admite-se uma audiência para eventual conciliação.

Considero, não obstante, que ainda há espaço no Supremo Tribunal Federal, por incrível que pareça. Talvez por eu me definir como um otimista contumaz, acredite ter algumas interlocuções qualificadas no Supremo Tribunal Federal, que permitem um balizamento. E aí, enfim, eu acho que nada é melhor, neste contexto, do que prosseguir nos esforços de debate e interlocução.

E concluo, me desculpando pelo tempo que excedi, observando que é realmente satisfatório ver a capacidade de mobilização que o CTI demonstra. Esta capacidade de mobilização precisa ser intensificada. É este o caminho.

Os Povos Indígenas, articulados entre si e com setores sociais, políticos e até econômicos aliados, dominando cada vez mais, como vêm dominando, todo esse processo de articulação e afirmação dos seus direitos.

¹⁶ [N. E.] Reserva Caramuru-Paraguaçu e Terra Indígena Fazenda Baiana (BA).

¹⁷ [N. E.] Decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal que julgou procedente a Ação Civil Originária n.º 312-BA, reconhecendo a ocupação tradicional do povo Pataxó-Hã-hã-hãe e declarando a nulidade dos títulos imobiliários incidentes na Terra Indígena Caramuru-Paraguassu.

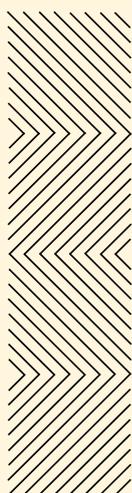
E nós todos lutando para preservar, inclusive, a integridade física das lideranças, que com a eleição do atual Presidente da República, desencadeando reações de ódio, deixando seus apoiadores absolutamente acobertados para todas as loucuras possíveis. E aí a integridade física de lideranças como Lindomar, Babau na Bahia, e outras lideranças, está em questão.

Não podemos, absolutamente, ignorar esses riscos reais que estão em curso nesse momento e realmente, na minha percepção, só tem um jeito: é manter a articulação; manter a presença; manter o processo de mobilização intenso.

No confronto na imprensa, no confronto no Judiciário, no Legislativo e sobre o Executivo.

Fico mais uma vez muito grato e cumprimentando Gilberto Azanha, Maria Elisa Ladeira, Maria Inês Ladeira, Aluísio Azanha, Jaime Siqueira, a todos e todas do CTI por esse brilhante trabalho que vêm desenvolvendo.

Que venham mais 40 anos, mais 50 anos!



JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA

Antropólogo, professor do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

De início, quero destacar que estamos não só nas discussões de conjuntura, mas na celebração de 40 anos do CTI. Esse é um fato muito importante e que nos deve inspirar para uma atitude menos negativa e pessimista do que aquela que a conjuntura atual nos tem sugerido. Frequentemente, despertar e olhar para as redes sociais e jornais é um pesadelo que nós vivemos a todo dia. É muito bom, assim, estarmos aqui a celebrar os 40 anos do CTI, saber da longevidade de outras organizações indigenistas (a Opan fez 40 anos também), acompanhar as mobilizações indígenas recentes. Isso nos enriquece a todos e fortalece o nosso rumo.

Depois que o Jaime Siqueira entrou em contato comigo, eu fui olhar em papéis antigos e logo de entrada encontrei algo que emocionou

bastante. Era um cartão celebrativo, em razão dos seus 20 anos de fundação (20 anos atrás, portanto!). O personagem colocado na capa era uma das fundadoras, Virgínia Valadão, que havia falecido pouco antes e que recebeu, assim, da parte de seus colegas, uma homenagem muito afetiva e exemplar. Me parece injusto – e, em termos históricos e etnográficos, enganador – que as pessoas passem para a história como senhores e senhoras veneráveis, de cabelos grisalhos e tudo mais... Enquanto nós, seus colegas e companheiros, assim como todos na época, os víamos em momentos característicos de sua ação como jovens, bonitos, idealistas, pessoas com muita energia e vontade. Essa foto da Virgínia pensativa, sentada na popa de um barco, subindo os rios da Amazônia, com muita floresta em torno, podia ser o cartaz de um belo filme do neorealismo italiano, narrando a epopeia de jovens valentes e idealistas, mergulhados na Amazônia, dedicando-se aos indígenas e beiradeiros. A foto nos transmite com fidelidade um pouco do fascínio que moveu o CTI e parte de uma geração universitária que, ainda na primeira metade da ditadura militar, dedicou-se a conhecer, estudar e lutar pelos povos indígenas. Essa sensação de buscar no interior do Brasil uma força radicalmente renovadora, de criar um outro prisma e uma outra esperança para pensar a tarefa de uma geração, sua contribuição específica. Isso me emocionou muito e compartilhar essa iluminação é a minha forma de juntar-me a essa comemoração. Eu ia preparar um pequeno powerpoint para projetar, mas não cheguei a fazer isso, depois posso mostrar aos que conviveram e que gostariam de recordar, o meu cartãozinho guardado.

Outro aspecto que devo comentar é que nunca fui um membro direto do CTI, embora em muitos momentos tivesse uma história semelhante e entrecruzada com Gilberto Azanha, Maria Elisa Ladeira, Virgínia Valadão, Iara Ferraz e outros/as. Durante alguns anos, trabalhei em projetos vinculados a povos indígenas ainda na década de 1970. Eram os chamados “projetos de desenvolvimento comunitário”, que eram da Funai, mas realizados por uma divisão específica dirigida por indigenistas dedicados (como Olympio Serra e Isa Pacheco). Quando o indigenismo oficial resolveu abortar essas experiências, eu continuei junto aos Ticunas prosseguindo com a minha pesquisa e ajudando na sua luta pela demarcação de territórios e por uma educação diferenciada. Tal como eles, criei uma associação civil, chamado Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões, que se transformou depois no Museu Magüta, e que foi uma importante base de apoio ao movimento

indígena (na época representado pelo CGTT – Conselho Geral da Tribo Ticuna). Isso representava, claro que com diferenças, uma experiência comum e compartilhada com os antropólogos do CTI.

Nos anos 1990 me convidaram para realizar uma avaliação do CTI – eu já era professor do PPGAS [*Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*] do Museu Nacional. Não lembro exatamente o ano, mas creio que era também, nessa época, coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA. Era uma avaliação solicitada pelas agências que apoiavam os trabalhos do CTI. Recordo de ter lido e examinado extensamente muitos relatórios, ter conversado longamente com os antropólogos e colaboradores, isso me deu uma visão muito abrangente da entidade. E uma das coisas que eu gostaria de sublinhar, uma marca muito especial desse grupo, reiterada em campo e na cidade, era a sua condição de antropólogos. Eles eram basicamente jovens antropólogos que se dedicavam a trabalhar com povos indígenas específicos, que dominavam a etnografia e tinham uma relação intensa com aquelas pessoas e comunidades. Conheciam os indígenas não de uma limitada interação, de execução de uma pesquisa acadêmica, mas sim em variados contextos – no cotidiano, como amigos e companheiros de trabalhos e lutas. Os planos de atuação, as suas estratégias e táticas, decorriam dessa vivência. Eram pessoas que também se qualificavam, até para os indígenas, enquanto antropólogos.

Uma vez, conversando com Rubem Thomaz de Almeida (Rubinho), um paulista da mesma geração que nos anos 80 fez o mestrado no Museu Nacional, eu perguntei a ele: “Mas por que os Guarani sempre falaram de você como antropólogo, isso tem alguma significação?” Ele disse: “Não, em princípio não, para eles antropólogo não queria dizer nada. Mas logo ficou tendo e vai ter sempre. Eu sou muito diferente das ações da Funai e eu também não sou vinculado ao indigenismo da Igreja. Então, eu acho que antropólogo é o termo mais adequado que me cabe”. Este compromisso com a condição de antropólogo, expressa num olhar etnográfico e numa ética particular, sempre marcou os projetos elaborados pelo CTI e a sua forma de atuação também. Me parece um comprometimento bastante singular e a registrar.

A defesa dos direitos dos povos indígenas envolve uma complexidade maior. Não é um coletivo indiferenciado, é fundamental trabalhar com os ritmos, as memórias, as experiências históricas de cada povo,

aldeia, família. Entender as complexas alianças que eles fazem em âmbitos locais e extra-locais, que nem sempre são as esperadas e julgadas recomendáveis, mas que muitas vezes acabam se mostrando necessárias para vencer, conquistar terra e manter as lideranças vivas.

Para os indígenas, de forma alguma é novo o cenário trazido pelo governo Bolsonaro, com ameaças às lideranças indígenas e o não reconhecimento de direitos estabelecidos. É algo que está sempre presente na história do Brasil e continua a ocorrer no âmbito local (apesar de claramente ilegal). O mesmo sucede com comunidades quilombolas e camponeses. O Cimi tem feito levantamentos exemplares em relação à violência, identificando a cada ano as mortes e invasões. É uma guerra declarada, realizada sistematicamente, repetida a cada ano, com impunidade quase total. Quase uma constante, apesar das leis e de governos. É uma característica da história brasileira: belas normas, mas na calada e no cotidiano o que funciona é a política repressiva e mais cruel. Não se pune os infratores, porque têm suficiente respaldo para mobilizar grandes advogados, redes políticas poderosas e com isso eles se tornam protegidos. Dentro de uma visão de longa duração nas políticas brasileiras quanto aos indígenas, talvez essa seja a dualidade que vemos sempre aparecer: como as leis funcionam de um ponto de vista doutrinário, ideológico, e como elas funcionam no terreno, quando os portadores de direitos são índios, ou negros, ou pobres, ou imigrantes.

Eu gostaria, dentro desse cenário e do tema da nossa mesa, que é a questão territorial, de fazer um breve balanço. Talvez pela boa sensação de comemorar os 40 anos do CTI, talvez pela felicidade de encontrar aqui muitos amigos que eu não vejo há muitos anos, eu preferia buscar hoje um sentido menos negativista. É fundamental termos uma perspectiva histórica quanto ao reconhecimento dos territórios indígenas.

Os índios, em geral, morrem no silêncio, raras vezes anunciados por notícias de jornal, em que são classificados, de modo muito genérico, como perturbadores da ordem, invasores de propriedades e coisas assim. Toda a história do país foi escrita assim. O indigenismo tutelar com o qual Gilberto, Maria Elisa, Rubinho e eu nos defrontamos preconizava a salvação dos índios a partir da ação do Estado. O que se viu é que a ação do Estado era absolutamente deficitária, lacunar, comprometida, e que esse indigenismo não poderia, de nenhuma maneira,

ser um farol para as nossas atividades. Nos encaminhamos em outras direções e com outras perspectivas. A atuação concreta do SPI em termos de definir Terras Indígenas foi mínima. Pífia. E sempre destinada a áreas muito pequenas no Amazonas e no Mato Grosso do Sul.

Depois da criação do Parque Indígena do Xingu, sinais inovadores surgem a partir da década de 1970, com a mobilização da sociedade civil em relação a direitos civis e coletivos. Foi este movimento que levou à constituição do CTI e de outras entidades, várias, pelo Brasil afora. Isso também tocou, efetivamente, a própria agência tutelar. Muitos jovens saídos das Ciências Sociais entraram na Funai, trabalharam dentro da agência indigenista. Ocorreram importantes identificações de terras indígenas. Dentro da “Funai dos coronéis” (expressão usada na época para destacar a extensa presença de militares em cargos de direção da agência), havia do outro lado alguns que eram como nós, no sentido de procurar lutar pelos direitos indígenas, com uma visão de que a presença do Estado era apenas uma maneira de chegar até onde estavam os indígenas e colaborar na defesa de seus territórios. Apesar disso, quando se vai ver os números, em 1981, num primeiro levantamento com finalidade absolutamente propagandística feito pela Funai, as terras indígenas eram estimadas em 13 milhões hectares. Isso era anunciado como um grande resultado pela Funai! Menos de 5% delas estavam definidas e reconhecidas. Era um cenário

terrível. Um cientista político chegou a prever que até o ano 2000 os índios estariam extintos no Brasil.

Esse cenário foi drasticamente modificado. A abertura política, o fim da ditadura militar e a Constituição geraram impulsos importantes. O avanço no reconhecimento dos territórios indígenas faz parte do processo de derrocada da ditadura militar. Os índios foram muito importantes nesse processo. Imaginar figuras como Mário Juruna que, perante a mídia e a sociedade brasileira, repetia sem cessar que “o governo mente”,



Povos indígenas da Terra Indígena Vale do Javari/AM reunidos na aldeia São Luis, do povo Kanamari, para pactuação das Diretrizes Prioritárias de Gestão Territorial e Ambiental. (Rafael Nakamura/Acervo CTI, 2019)

o presidente, os organismos públicos mentem. E, por isso, ele dizia: “Preciso do meu gravador porque ele (a autoridade) me diz uma coisa em um dia, no outro dia já me fala tudo diferente...”. Mário Juruna virou um personagem popular tão conhecido, que foi caricaturizado em programas humorísticos. Virou uma figura pública nacional, o primeiro parlamentar indígena! Também dentro desse processo, foi crucial a mobilização feita no plano local pelas assembleias indígenas, organizadas pelo Cimi em muitos lugares do Brasil. O fundo da panela começou a pipocar... Não eram somente as cidades, eram os próprios indígenas. Logo se tornou comum ver as caravanas de índios indo para Brasília, para as agências regionais da Funai, lutando por seus direitos e reivindicando a demarcação de suas terras.

Nos arquivos da Funai, mas especialmente no Setor de Identificações, se pode ver uma grande quantidade de processos administrativos criados por iniciativas indígenas e de certo modo apoiados por alguns indigenistas. Após a abertura democrática, esses processos progressivamente começaram a dar frutos. Em 1987, durante a elaboração da primeira listagem das Terras Indígenas, feita junto com o Cedi – Centro Ecumênico de Documentação e Informação (que deu origem ao ISA), já estimávamos em 70 milhões de hectares. Quer dizer, subiu de 13 para 70! Imaginem a imensidade das violações quanto aos direitos dos povos indígenas durante os governos militares. Juntamente com Terri [Aquino], encontramos em algumas gavetas as marcas de uma facção criminosa dentro da Funai, responsável pelas “certidões negativas”, para liberação de financiamentos bancários para áreas sem envolver vistorias diretas nem trabalhos antropológicos.

A partir dos anos 1990, os números se estabilizaram. O total de territórios indígenas no Brasil ultrapassa 100 milhões de hectares, na maioria definidos na Amazônia. Definidos não significa que eles estejam de fato protegidos ou que tivessem uma perspectiva de sustentabilidade, este é um outro ponto. Mas, em outras áreas do Brasil, essa situação é dramática. A pressão internacional em relação à defesa da Amazônia ajudou, e muito, no sentido de que os governos democráticos tivessem que deixar de lado as pressões de setores militares, empresariais e de políticos regionais, e realmente chegassem a demarcar largas áreas indígenas na faixa de fronteira ou no Brasil Central. Foi isso que mudou radicalmente o jogo, e as estatísticas passaram a ser muito diferentes do que eram no período da ditadura militar.

Não podemos, porém, nos restringir a números; vamos pensar também em produção de consciência no plano local. Já nos anos 1980, quem percorria as aldeias indígenas via que as lideranças falavam em demarcação de terra. Isso era uma bandeira geral, alimentou uma série de estratégias, lutas e mobilizações. A cooperação internacional, na década de 1990, também teve um papel importante, viabilizando projetos de fiscalização, manejo e sustentabilidade, assegurando caminhar mais em uma outra direção.

Ou seja, não é apenas definir terras indígenas, é importante que essas terras sejam usadas para a sobrevivência desses povos. Não como sempre foi em Mato Grosso, por exemplo, um estado onde o uso das Terras Indígenas pelos interesses privados já é uma realidade de muito tempo – não só arrendamentos, mas violências e chantagens exercidas sobre os indígenas, obrigando-os a só ter acesso a minguados recursos e serviços essenciais em troca da utilização de suas terras.

Hoje a existência de entidades indígenas organizadas no âmbito local, fortemente estruturadas, a liderança significativa de entidades regionais e nacionais, como COIAB, [*Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira*], APOINME [*Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo*], APIB [*Articulação dos Povos Indígenas do Brasil*], já estão criando um outro cenário. O fato é que o índio é, realmente, um ator político dentro do Brasil de hoje. Mesmo que as abordagens acadêmicas enfatizem bastante as especificidades culturais, não há qualquer dúvida sobre essa sua grande importância atual do ponto de vista do poder econômico. Para a Confederação Nacional da Agricultura, para os ruralistas, eles sabem perfeitamente que uma das ameaças cruciais, talvez a ameaça primordial pra eles hoje, é a questão das Terras Indígenas, ladeada pelas dos quilombolas e das populações tradicionais.

É esse o grande objeto de disputa atual no Brasil, que levou à eleição desse presidente. O qual iniciou a sua meteórica ascensão na corrida presidencial com sua chegada apoteótica em Mato Grosso do Sul e Roraima. Não sei quem viu os registros jornalísticos da chegada de Bolsonaro, quando candidato, em Campo Grande. Era como se fosse Júlio Cesar retornando das Gálias à frente do exército romano vencedor. O mesmo sucedeu em Roraima.

Durante o mandato de Lula e Dilma, muitos projetos e normas estavam sendo arquitetadas dentro do Congresso Nacional, da AGU e mesmo circulavam no STF, através das “condicionantes”. As mesas de negociação do ministro Cardozo [*José Eduardo Cardozo, jurista, advogado e político filiado ao PT*] também eram produto de hesitação e falta de firmeza na aplicação das leis. Tais processos marcam a luta indígena atual, os índios já estão muito calejados em relação à questão de favores do Executivo ou das boas ações do governo.

Concordo totalmente com o Paulo Machado que, neste momento, nós temos que nos articular no plano internacional, apelar para a solidariedade e a fiscalização das cortes internacionais em relação aos direitos e aos preceitos constitucionais. É importante, também, levarmos em conta o muito que foi conseguido em termos de reconhecimento legal e ocupação real dos territórios pelos indígenas, assim como das redes de articulação e instrumentos de luta que foram estabelecidos nas últimas décadas. Não há lugar para desânimo nem espírito trágico. Essa conjuntura vai passar, novos territórios étnicos serão viabilizados, a sustentabilidade dessas terras será ampliada e as organizações indígenas ficarão mais fortes. Um indicador muito importante foi a presença da Sônia Guajajara como candidata à vice-presidente da república. Isso mostra como a sociedade nacional passa a identificar os indígenas como portadores de uma voz própria, renovadora e aglutinadora.

Reitero que estou falando enquanto alguém que pensa por meio de um processo histórico de larga envergadura, não apenas de uma conjuntura. Eu sei que o ponto de vista do militante, mais frequentemente, é outro: vamos lutar por cada centímetro, a próxima luta pode ser a definitiva, ali tudo se perde ou se ganha. Eu concordo plenamente com a necessidade de uma vigilância permanente, o exercício da crítica e disposição para as mobilizações. Mas é necessário manter a perspectiva histórica, não abrir mão das memórias, alimentar as esperanças. Precisamos caminhar dialeticamente com as duas visões. Sobretudo nessa conjuntura atual, com uma retórica de racismo e intolerância, que está no núcleo central desse governo, apoiado por procedimentos paralegais.



MARIA AUXILIADORA LEÃO

Antropóloga, membra do Conselho Consultivo do Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Bom dia a todos da Mesa.

Gostaria de colocar, em primeiro lugar, que devo voltar às falas de ontem e também às do Paulo e de João Pacheco, pois afinal estamos falando sobre direitos territoriais indígenas e todos nós, no fim, vamos acabar entrando um na fala do outro.

Eu queria também agradecer muito ao CTI, neste momento que marca o seminário dos 40 anos, o convite feito a mim, pois, apesar de ser do CTI, eu não comecei na década de 70. Já entrei nos anos 90, após sair da Funai, instituição a que retornei em 2007, após 11 anos. Então, aqui, na hora de falar sobre direitos territoriais indígenas, eu também vou trazer a questão do Estado, porque foi dentro do Estado que fiz minha trajetória, e eu acho que é através da ação do Estado que se concretiza o direito dos povos indígenas ao território por eles ocupado. Existe todo um procedimento administrativo que leva a que esses direitos territoriais, que estão consignados na Constituição de 1988 e nas anteriores, sejam reconhecidos, e é a ação do Estado que leva os índios, os povos indígenas, a terem suas terras garantidas ou não.

Eu queria muito colocar, também, a importância desse seminário dos 40 anos do CTI, porque o CTI nasce, ou é criado, em um momento extremamente crítico, em 1979.

Na década de 1970, lembrando o que o João Pacheco também já falou, o Cimi começa junto com os índios as grandes Assembleias. Os índios começam a exigir, começam a lutar e a exigir a demarcação dos seus territórios. E o CTI foi extremamente importante na consolidação e na garantia desses territórios junto aos povos com quem eles trabalharam, e também com a gente dentro da Funai. Naquele momento, nós tínhamos uma parceria muito grande, não só com o CTI, mas também com as Universidades, com o Cimi, com a Opan – quer dizer, com as pessoas e as entidades que estão aqui presentes. Eu acho que é importante lembrar isso: nós estávamos em um momento crítico.

Nós tínhamos... e aí eu volto, que a história é extremamente importante. Nós não podemos falar do hoje sem pensar em todo um processo histórico, que vem logicamente de um SPI que acaba, e de uma Funai que começa sobre as bases do SPI. Nós estamos ali, 1973, nós temos o Estatuto do Índio; 1967-69, uma Constituição, que, no seu artigo 198, diz que as terras imemoriais devem ser demarcadas, e nós temos um órgão paralisado, voltado basicamente ao assistencialismo. Estamos falando de uma década onde se consolidam os grandes projetos econômicos, a entrada da colonização na Amazônia, a disputa com os índios isolados, a retirada dos índios de seus territórios tradicionais, o contato com os povos isolados e as terras indígenas sendo perdidas. Ao mesmo tempo em que a Constituição (de 1969) garante, ao mesmo tempo, o órgão de Estado, ligado ao Ministério do Interior, vai desconstruindo tudo. Quer dizer, vai matando os índios ou permitindo que esses índios sejam mortos através dos contatos no processo de contato com a nossa sociedade e não garantindo as terras.

E é exatamente nesse período, no final da década de 1970, com a mobilização dos índios, com a mobilização dessas populações, aí a gente tem que lembrar a mobilização dos Xavante, as grandes Assembleias Xavante, a criação da UNI em 1980, então isto tudo começa a fervilhar, a mobilizar e a Funai começa neste momento, também, a contratar antropólogos, que estão saindo da Universidade apenas com as suas graduações, mas que estão dispostos a entrar no órgão de Estado e dar continuidade ou início a uma luta junto com os povos indígenas. Então eu acho que é importante esta época, porque também se começa a pensar, não mais em áreas reduzidas como as até então demarcadas pelo SPI e pela própria Funai. Internamente se inicia um movimento que começa a pensar em “como vamos, juntos com as populações indígenas, demarcar estes territórios”. Então a palavra de ordem na década de oitenta, quando eu entrei na Funai, exatamente em 1980, era “como a gente vai fazer para demarcar os territórios indígenas.” Essa era nossa grande questão. Como garantir essas terras para os índios.

Eu acho que nós tivemos... como todo indigenismo, como toda questão indígena no Brasil é feita de avanços e recuos e retrocessos, foi exatamente essa história.

Em 1980, a gente começa essa luta, na tentativa de demarcação das terras, está aí a Fany Pantaleoni Ricardo, o Cedi, trocávamos informações

e documentos, era passar documentos, passar documentos do Cimi, que estava mais próximo, para o CTI, para as não-governamentais que estavam atuando junto aos índios. Mais tarde, o Iamá [*Instituto de Antropologia e Meio Ambiente*] entra, é Rondônia, são os grandes projetos, as estradas passando, e nós, dentro da Funai, também como um foco de resistência. Quer dizer, qual foi a estratégia? Nós tínhamos os militares, de um lado, com toda pressão em cima, principalmente, dos antropólogos que estavam entrando. É importante lembrar que, 79/80, também foi criada a SBI (Sociedade Brasileira de Indigenismo), que acabou quando todos os integrantes saíram da Funai, porque eram indigenistas e antropólogos, e os coronéis resolveram demitir todo mundo. Então a gente entra, esta nova leva, logo após toda esta derrocada. E eu acho que isto foi importante, porque nos impunha fazer alguma coisa, como levar adiante as mudanças políticas, como demarcar, como garantir as terras indígenas. Porque na Constituição, tanto a da década de sessenta, como as anteriores, você tem os capítulos, você tem a lei, mas, como que isto se dá na prática? Como que nós passamos daquilo que é a garantia legal à garantia de fato? Não é só de direito, de fato!

Então, o que estrategicamente foi realizado na década de oitenta foi identificar grande parte das terras indígenas da Amazônia Legal. Isto foi extremamente importante quando foi promulgada a Constituição de 1988, porque não tem terras demarcadas fisicamente e homologadas, se você não tem o primeiro passo, que é a identificação desses territórios junto com as populações indígenas, se você não tem isto, você pode ter o melhor Presidente da Funai, o melhor Presidente da República, mas não vai ser concluído, não vai ter a conclusão deste processo, porque o procedimento administrativo é um rito que precisa ser cumprido. Então os antropólogos que estão dentro da Funai têm a função de concluir esse procedimento.

Como foi feito isto, na década de oitenta? Muitos antropólogos não estavam em campo, muitos tinham entrado na Funai naquele momento, e eram exatamente os parceiros externos quem nos dava a base, quem nos dava o respaldo para que a gente pudesse fazer os relatórios, e pudesse ter essa regularização concluída, ou não concluída, porque a maioria dos procedimentos administrativos só foi concluída posteriormente. Eram os pesquisadores, eram os antropólogos que estavam nas terras indígenas, que estavam trabalhando com os índios, seja através das Universidades, nas suas pesquisas,

ou dentro das organizações que se criavam, dentro das organizações não governamentais, com quem fazíamos parcerias não formais em muitos casos, mas que estavam ali nas TI presentes e muitas vezes vinham para dentro da Funai, em muitos momentos, para fazer os trabalhos em conjunto com a gente.

Eu acho que isto é importante, porque nós falamos muito no pós-1988 e nas terras que foram demarcadas, e esquecemos os antecedentes.

Nós conseguimos o PPTAL [*Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal*], a Alemanha entra assumindo com grana os projetos, um projeto brasileiro, que nasceu, que foi gestado dentro da Funai, do qual o CTI participou de uma forma praticamente total. A Virgínia Valadão, junto com o Banco Mundial (Bird), que estava à frente, a Maria Elisa Ladeira, o Gilberto Azanha, que, à época, estava também dentro da Funai. Então a gente conseguia, nesse momento, com a participação do todo. Não éramos somente nós que estávamos, que tínhamos ido, para o Estado, mas também os antropólogos que estavam fora do Estado, que nos apoiavam, ou melhor, apoiavam as populações indígenas, que estavam ali com toda a sua luta. Então eu acho que nós temos que pensar esse indigenismo, essas garantias territoriais, temos que pensar nessa questão, avanço e recuo, e não esquecer que o órgão de Estado tem um papel preponderante, pois, se ele não funcionar, dificilmente, com toda a luta, nós vamos poder, os índios vão poder colocar em prática, ter sua ação garantida.

Nós estamos falando aqui de demarcação, nós temos que falar mais de regularização e garantia territorial, porque nós caminhamos junto com os índios para o procedimento de demarcação, mas isso se conseguiu a partir de 1992 com as terras que já estavam lá - inclusive Collor, que, a partir da mudança legal, reconhece todas as terras, ou melhor, diz que todas as terras que foram identificadas antes de 1992 e que os índios concordassem, que tivessem tido a participação dos índios, que os índios dessem o seu aval, poderiam ser demarcadas e, só por isto funcionou também o Projeto de Proteção e de Demarcação das terras, porque se não tivesse tido isto, nós não teríamos tido tantas terras na Amazônia Legal para demarcação. Aí chegamos num ponto crítico. Sim, as terras estão demarcadas, mas a regularização fundiária, ou seja, a parte toda de invasão, de retirada de invasores, isto não acontece. Tem uma defasagem, você não entra no mesmo ritmo, então

o Estado brasileiro acelera a parte de demarcação física, temos inclusive bastante homologações das terras, mas elas não estão realmente garantidas aos índios. Essa é uma luta que continua, porque o órgão de Estado – eu acredito que a fiscalização, o monitoramento é junto com os índios, mas tem que ter uma parte que é “comando e controle”, que é a fiscalização mesmo realizada pelo Estado, que é a retirada de invasores, é não deixar as terras indígenas serem invadidas. E isto, o Estado, realmente, a Funai, como órgão de Estado, não conseguiu avançar o suficiente até os anos 2000/2007. Depois eu vou falar sobre isso.

Então, nós temos um avanço na década de noventa nas demarcações, mas isso não é acompanhado pela garantia territorial. E aí continua a luta dos povos indígenas. Essa começa a ser a grande questão. Ora, nós temos nossos territórios demarcados, mas nós não temos a garantia desses territórios. É nessa época também, entre 80/90, que o próprio Estado brasileiro abre as terras indígenas, principalmente em Rondônia e Mato Grosso, às madeireiras, então temos, ao mesmo tempo, os índios, com suas Associações ou fora de suas Associações, lutando pela posse, pelo direito de ter suas terras garantidas, e o Estado brasileiro sem uma ação efetiva. Praticamente começa uma estrangulação do órgão de Estado realizada pelo Estado; ele é estrangulado a partir dos anos 90, o orçamento diminuindo, os antropólogos saindo da Funai, não houve novas contratações, e chegamos aos anos 2000 praticamente com a Funai sem dar conta realmente de sua missão institucional e toda a luta anterior parece que acaba, pois você não faz demarcação de terra sem os antropólogos para realizar. Acho que isto é importante ser colocado, pois ouvimos muito que na década de noventa teve grande demarcação e homologação das terras indígenas e que a partir do ano 2000/2003/2004 não se fez grandes coisas... Primeiro eu gostaria de marcar também que a homologação, que todo mundo dá como a etapa final, é apenas a ratificação daquilo que é o reconhecimento pelo Ministro da Justiça, Declaração das Terras Indígenas, e da demarcação física. O Presidente da República ratifica, mas o que é a base, o que é mais importante é o procedimento que começa com a identificação da terra, que vai ao contraditório, que vai ao Ministério da Justiça.

Na hora que o Presidente da Funai publica o relatório antropológico, e reconhece a terra indígena é o primeiro passo do direito territorial. Quer dizer, naquele momento, se leva à sociedade, se

leva ao conhecimento da sociedade, que os povos que ali habitam ou a população que ali habita tem direito sobre esse território. Quando o Ministro da Justiça faz o reconhecimento, que ele declara, ele está declarando, enquanto Executivo, uma Terra Indígena. Já passou pelo contraditório, já houve as defesas de um lado e de outro, e aí ele (o Ministro da Justiça) declara que o Estado brasileiro reconhece aquele território como indígena. Aí você tem um processo que é físico, que é a demarcação, e que, posteriormente, vai à Presidência da República, que vai ratificar aquilo que já está pronto. Quando o processo chega para homologação do Presidente da República, todo o procedimento administrativo já foi concluído e a terra indígena, reconhecida.

E o que nós temos é que, a partir de determinado momento, de determinada fase, a falta de antropólogos na Funai, tudo dentro do Estado brasileiro, leva a que este procedimento pare. E só vai ser retomado, então, a partir de 2006/2007/2008 e, depois, há uma paralisação novamente.

Então, o que nós temos é a construção desse direito e a partir de determinado momento – como Paulo [Guimarães] já tinha colocado – é a desconstrução do próprio direito, através da ação dos fazendeiros, do agronegócio, dos madeireiros, da mineradora e você vai desconstruindo... e a judicialização das terras indígenas que a gente não pode deixar de pensar e, eu quero avançar um pouco, pois sei que só tem 15 minutos... e o que acontece é o seguinte, é que a partir também dos anos 2000, nós temos, e aí eu quero pegar sua fala [a Paulo Guimarães], eu acho que a própria Funai, à medida que contrata novamente – seja por concurso, que foi conseguido em 2007/2008, seja por um concurso provisório, não permanente, que levou antropólogos para dentro da área de regularização, para a área de proteção – nós mudamos o eixo, e isso realmente levou, novamente, ao recrudescimento do conflito da própria sociedade.

Até a década de 90, até o final dos anos 90, o foco foi a Amazônia Legal, então se conseguiu demarcar parte significativa das terras da Amazônia, mas nós tínhamos, nós, nós antropólogos, nós indigenistas, o Estado brasileiro tinha que ter um compromisso com os povos indígenas do Nordeste, de Mato Grosso do Sul, do Sul e do Sudeste, que tiveram suas terras reconhecidas, não reservadas, em pequenas glebas na época do SPI, e que dali pra frente a Funai praticamente volta os olhos para a Amazônia, não só porque os grandes projetos estavam lá, todos os

organismos internacionais, era a Amazônia que estava em foco, e os índios, os povos indígenas do Nordeste, do Sudeste, do Sul e Mato Grosso do Sul, eles ficam totalmente ilhados, essa opção - que não foi, foi uma estratégia também - nós simplesmente resolvemos que era importante voltar os olhos para esta população. Ora, neste momento se entra no enfrentamento, pois a Funai está indo diretamente de encontro aos grandes proprietários de terra, ao agronegócio, e, foi lá, dentro do Congresso Nacional, que este embate se deu. Não é à toa que, de 2007 em diante, pelo menos uma vez por mês, todos nós da Diretoria de Proteção e a Presidência da Funai éramos chamados a responder dentro do Congresso Nacional. Então quando se fala depois, aí vem a proposta da PEC [*Proposta de Emenda Constitucional*] 215 e nós estamos, quer dizer, a questão de passar, tirar da Funai, tirar do Executivo a demarcação, a identificação, e a garantia dessas terras e passar para o Legislativo. Eu acho que aí foi a grande pauleira e o grande embate e acho que a participação dos índios, a defesa, a ida muitas vezes ao Congresso, foi extremamente importante. E que também barrou, conseguiu barrar, e quando a gente chega na CPI da Funai/Incra o que está em jogo é isto. Para mim, se você pensar quem está, quem são os indiciados, onde foram os focos: Guarani, principalmente Guarani, Mato Grosso do Sul, os Kaiowá, Morro dos Cavalos (SC), então quer dizer, a Bahia, Tupinambá. Então isto mostra, quer dizer, Rio Grande do Sul, Mato Preto, foi exatamente a expressão desse confronto, quando o Estado brasileiro resolve dizer o seguinte, a questão indígena não acaba na Amazônia Legal, nós temos povos indígenas, populações indígenas em todo o Brasil, e essas populações têm, constitucionalmente, direito a seus territórios.

E isso, hoje, se torna, levando um pouco, caminhando o debate por este ângulo, é fácil ver essa tentativa de desconstrução total do direito, do direito indígena, do direito à terra, do direito ao território, do direito dos índios, inclusive, serem sujeitos de seu destino, de sua própria história, porque eu acho que, na hora que eles começam a intervir diretamente no território - dizendo o seguinte: “nós temos que levar aos índios o desenvolvimento, nós temos que arrendar as terras indígenas” - estão realmente entrando na parte mais significativa, na essência, estão dando início à desconstrução de todo o direito territorial, porque o Estado está intervindo diretamente dentro das terras indígenas.

Eu queria falar um pouco mais sobre a questão dos índios isolados, eu acho que esta garantia do Estado, essa perspectiva agora dessas terras

também serem usadas, ocupadas, e do monitoramento – dessa tentativa, a partir de 2007/2008, de realização do monitoramento territorial em conjunto com as populações indígenas, das parcerias que foram feitas para fiscalização, que foram e ainda são, acredito que são, extremamente importantes para não só o direito territorial, mas a garantia destes territórios. Eu acho que amanhã, hoje à tarde, quando se falar em gestão ambiental, gestão territorial, nós vamos ter oportunidade de entrar um pouco mais nisso, que é essa garantia aos índios através da própria sustentabilidade das suas áreas, mas eu acho que é muito importante separar o que é a gestão dos índios dentro de suas terras, dentro de seus territórios e o que é o dever do Estado, o dever legal.

O Estado brasileiro tem um dever e este dever é regularizar as terras e garantir, mais do que regularizar os territórios indígenas, garantir esses territórios. Porque eu não acredito que sejam os índios que tenham obrigação de ir para a frente e se indispor ou entrar de corpo aberto com os invasores de sua terra, isto é uma função do Estado, a fiscalização dessas terras, o poder de polícia é dever do Estado. Ora, é muito fácil dizer que “os índios têm que defender, já que têm a terra garantida, demarcada, então eles que defendam esta terra”. Eu pergunto: como isso é possível? Por isso coloco que são duas as funções que o Estado brasileiro tem e que deve ser uma luta dos índios, e de todos nós que apoiamos as lutas indígenas: a garantia territorial, através dos procedimentos administrativos para sua demarcação, e a questão da fiscalização das terras indígenas.

Hoje, me assusta muito quando se desmembra a Funai, passando para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a demarcação das terras indígenas, todos os estudos; quer dizer, quebrando a Diretoria que era a Diretoria de Proteção, porque você passa a regularização para um Ministério e você deixa no outro Ministério toda a parte de monitoramento territorial. São dois Ministérios diferentes, e acho que está na hora não só da união, mas de se ter alianças novamente, quer dizer, dos índios com algumas pessoas que restaram dentro da Funai, de levar para frente determinadas demandas. Porque sem o Estado, sem uma Funai fortalecida ou que pelo menos tenha antropólogos lá dentro fazendo o seu dever de casa, dificilmente nós vamos ter as terras indígenas garantidas. Isto, com certeza. Agora, acho também que, neste momento, os índios, a luta dos índios, as Associações, essa expressão dos índios em termos dos povos indígenas

como protagonistas também é outro lado que eles querem terminar, eles querem tirar o protagonismo das populações. Eu acho que isto é uma luta de aliança, é uma luta que a gente tem que estar junto. Acho que não é o momento, como diz Pacheco, de esmorecer. Eu acho que, como disse o Paulo, nós temos, a partir de agora, que saber que novas estratégias usar, porque as da década de oitenta já passaram, as da década de noventa também. Nós estamos em outro momento, que eu acho extremamente perigoso, e onde as populações indígenas estão extremamente vulneráveis.

Esta é uma das fases em que temos que parar para pensar e analisar como agir daqui para frente. Não é paralisar. Ao contrário, temos que ir para a frente. Muito obrigada.



JONAS PYNNEH GAVIÃO

Associação Wyty Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins.

Eu vou pedir que vocês tenham paciência de ouvir, porque é preciso falar a história. Como Aluísio falou, meu nome, eu sou Jonas, na minha língua é Pynneh, e eu não queria falar etnia, eu sou do povo Pyhcop Catiji, que deram o nome para nós de Gavião. E eu não voo, eu voo no avião com medo.

Quando eu me encontrei com pessoas, comecei a lutar em defesa do meu povo, eu comecei a estudar na minha própria língua, pela Missão Novas Tribos do Brasil. Eu era proibido de estudar na escola da Funai, porque eles tinham regras. Primeiramente, eu tinha que estudar a minha língua, para depois estudar a língua portuguesa, que até hoje eu não consegui aprender toda, porque é muito difícil. É muito difícil a gente dizer que a gente está sendo colocado nessa palavra “índio”, porque nós somos diversificados, nós diferimos uns dos outros, nós temos nossas línguas, cultura, o jeito de ser social muito diferente. Só que a palavra “índio” coloca nós todos numa farofa só, sei lá, eu vou falar assim. E a minha luta começou em 1993, mas eu tinha começado a lutar pelo interesse do meu povo em 1984. E eu não conhecia o CTI. Os nossos caciques, nossas lideranças, eles quem conheciam o CTI (conheciam a Maria Elisa [Maria Elisa Ladeira], Iara Ferraz, Mara

Lúcia [*Mara Lúcia Manzoni Luz, antropóloga*], que eles andaram fazendo trabalho com esse Projeto Grande Carajás) e eu comecei a conhecer esse outro mundo. Eu achava que só existia meu povo naquela localidade, que não existia outros povos, só existia os não-indígenas. Só que, quando eu fui conhecer o CTI, na pessoa da Maria Elisa, e depois o Gilberto, e depois fui conhecendo mais gente, a minha preocupação cresceu, e eu fui conhecer o pessoal das Instituições que foram criadas. CTI, ISA, Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre), Iepé [*Instituto de Pesquisa e Formação Indígena*], eu fui conhecendo todo mundo.

Eu comecei a brigar porque a educação estava na Funai e a educação saiu da Funai e foi pros governos estaduais. E, como a gente queria continuar estudando, a gente perguntava para o estado, reivindicava os problemas, e eles diziam, não é o estado o responsável. A gente ia no estado e o estado dizia que quem era responsável era a Funai. Era como uma bola de sinuca que não parava em lugar nenhum, para alguém dizer para nós como é que funcionava ou quem tomava responsabilidade sobre a educação. E eu fui conhecer o pessoal do Cimi também, né. Eles tomaram conta de formar, capacitar, orientar e, também, por esse lado, o CTI. O processo andou, eu estou vendo a Ciça aqui, que foi minha professora, e eu fui estudando, me formando, entendendo, e a gente conseguiu, na nossa luta, na nossa discussão, que o estado assumisse seriamente cumprir seu papel. A minha luta iniciou a partir dali, sobre educação.

Eu vou falar da terra onde eu vivo, eu sou da Terra Indígena Governador, município de Amarante, no Maranhão, que é uma terra muito pequena, que é uma preocupação muito grande. Antigamente, as nossas terras eram livres, a gente era liberto, não tinha espaço limitado, e eu vivo em uma terra onde eu enfrento os problemas e desafios de madeireiro, de caçador, de pescador, de coletores de fruta. A gente é atacado nesse sentido. Ontem, eu escutando a fala de Maria Elisa [*Ladeira*], Gilberto [*Azanha*], do pessoal que formou a mesa e que falaram, pensei: eu preciso dizer para nós que estamos aqui, vocês que vêm lutando, que vêm defendendo essa minoria, sermos fortes. Ser político forte, porque essas instituições que foram criadas estão sendo atacadas pelo que a gente está vendo.

Quando foi criada a Constituição Federal de 1988, deram o prazo para o governo demarcar todas as Terras Indígenas no Brasil no período de

5 anos, o que não aconteceu. Mais ou menos, a Constituição Federal está com 30 anos que foi construída e deu 2 artigos que garantem os nossos direitos, e não foi porque a sociedade brasileira gosta de índio e deu esses dois artigos, não. Foi a luta dos povos indígenas. Eles conseguiram colocar esses dois artigos, garantindo o direito desse povo que hoje está aqui. E a gente não foi os primeiros, eu não sou um dos primeiros guerreiros que defendi, mas nós tivemos nossos guerreiros que defenderam, que lutaram, e nós continuamos resistindo, falando, defendendo. O povo, uma sociedade, se ele não tem terra, ele não tem como discutir uma educação digna, uma moradia digna, uma alimentação digna, ele não tem como discutir isso. E a gente sabe que no Brasil tem muitos povos indígenas que ainda não têm terra.



Corrida de tora dos povos Timbira em ato político em Brasília.
(Jaime Siqueira/Acervo CTI, 2006)

A Maria Auxiliadora [Leão] falou dos índios isolados. Como é que está sendo pensado para esses índios isolados que ninguém sabe que língua que esse povo fala, como é que eles vivem, qual a situação deles e como eles se organizam? É preocupante, tem que ser pensado algo em relação a isso. E pensar como é que a gente vai estar fortalecido para encarar essa situação atual que está acontecendo em relação aos povos indígenas. Não só um povo, mas com os povos indígenas a nível do Brasil. E a gente sabe que as conquistas que os indígenas conseguiram estão sendo desmoronadas. Os políticos, a casa que garante os direitos dos povos indígenas, vêm discutindo, criando portaria, criando decreto que não resolve problema de ninguém. É decreto criado, mas não diz, não fala, não responde. E se a gente não estiver em frente para usar esse decreto, essas portarias

criadas, a vida dos povos indígenas não vai funcionar, não vai ter uma resposta para essa sociedade.

Nós indígenas precisamos aprender, precisamos entender, para a gente poder defender, falando sobre nós, sobre o quê que nós queremos. Atualmente, a gente está vendo, eu pelo menos estou vendo, que está tendo impacto muito grande de aproximação de construção de barragem, aproximação de plantio de soja, de eucalipto. Para os ricos, é desenvolvimento. Para nós, que vivemos de um outro jeito, de um outro modo, é uma destruição. É muito difícil para nós, indígenas, dizer para vocês direito o que nós queremos. Que bom que nós temos essas instituições como aliado para falar, explicar melhor o que nós estamos querendo, estamos desejando. Ajudam a explicar o que nós queremos e isso é muito importante. E eu quero pedir que vocês não sejam frágeis, vocês têm que ser fortes. A gente vem vendo que na ditadura aconteceu massacre, aconteceu extermínio, mas até hoje a gente está aqui colocando, posicionando, dizendo, falando sobre os nossos parentes, nossos ancestrais, nossas famílias que estão lá na nossa comunidade esperando uma resposta positiva, digna, para nós continuarmos caminhando, continuarmos lutando. E a gente vem discutindo como é que nós queremos viver dentro da nossa terra, e a gente vem discutindo como é que nós queremos ser consultados.

Todas as leis estão sendo desmoronadas. A Convenção 169 [da Organização Internacional do Trabalho – OIT] garante nossos direitos e nós temos que ser fortes nela. E ser forte com o artigo 231 e artigo 232 e artigo 210, que garante nossos direitos. Com a Constituição nós temos que caminhar, e sermos fortes com ela. Eu estou dizendo isso porque a gente fala, explica, e a gente não consegue se expressar direito. Os presidentes que entram querem mostrar que têm competência e habilidade, e mudam todos os direitos e criam novas demandas e mudam a equipe de pessoas que a gente conhece e que vê que eles têm luta, que eles têm interesse de defender, mas eles mudam todo mundo. E como as pessoas precisam do seu salário, do seu dinheiro para poder sobreviver, têm que cumprir o que o chefe manda, porque senão vão embora. Eu venho percebendo isso e é muito ruim eu falar mal, quando eu falo eu tento falar para não machucar ninguém, mas os políticos, o governo, eles não têm pena de ninguém, eles falam derrotando nós indígenas, que nós indígenas somos doidos, não pensamos, não raciocinamos e não temos contribuição para o país

e por isso não precisamos de terra. Esse novo governo quer que nós indígenas sejamos iguais aos não-indígenas. Por isso ele fala que não há mais nenhum milímetro de terra para os povos indígenas, demanda dele, no mandato dele. É muito difícil ele dizer isso. Ele pode fazer isso, para a gente ser igual os não-indígenas, mas quando você me olha, tu não vai me olhar igual você, tu vai me olhar como indígena. Então, ele não pode fazer isso. A educação, a saúde, essas leis que eu estou falando, elas são da conquista dos povos indígenas, são da luta dos povos indígenas e ele não pode desmanchar.

Eu fui indicado pelo Luís [Luís Donisete Grupioni, antropólogo, secretário executivo da RCA] pra eu participar da discussão da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e lá eu vi, eu percebi, que o governo brasileiro em si, a sociedade brasileira em si, eles não têm interesse de apoiar as causas indígenas. Ali, naquele documento, os países que apoiam os problemas do Brasil é que dizem: “Ó, governo do Brasil, você vai ter que fazer isso para os indígenas, senão eu não te dou mais dinheiro”. O outro governo fala a mesma coisa: “Faça isso para os indígenas, se não você não vai mais ter apoio nosso”. Aí o governo brasileiro faz o mínimo para os povos indígenas, mas não faz o completo, o total, que podia fazer, que é obrigação, que não faz. E pra mim é muito difícil. Ontem a moça que falou se identificando que é da Alemanha, eu poderia dizer para ela: então a Alemanha não dá mais o dinheiro para o governo brasileiro, para nada, porque aí eles recebem e só destroem. Acabam com a cultura das minorias. Mas que bom que até hoje a gente está aqui, eu estou aqui, falando em nome do meu povo, não completamente dizendo o que eu quero dizer para vocês, mas a gente está na resistência. A gente está lutando até hoje. A gente está nos 518 anos de contato aqui no Brasil, e até hoje eu falo a minha língua e eu tenho meu jeito de ser, social, meu, lá na minha comunidade. E lá na minha aldeia eu não falo essa língua, eu falo a minha língua. E isso é importante, isso me faz ser forte, isso me faz uma pessoa com orgulho de ser parte daquela sociedade que é meu povo.

No Brasil, na região, eu sou de uma instituição. Eu sou indígena e faço assessoria para essa associação e o objetivo da nossa organização é pra defender interesse na demarcação, na saúde, na educação, fazer intermediação com os políticos do estado, do município. A gente tenta fazer essa articulação, essa discussão política para o nosso povo. E o objetivo da nossa organização é esse. Ela ajuda a gente a ter acesso

para conversar com os vereadores, com os prefeitos, com os políticos grandes, porque eu, minha pessoa em si, eles não vão receber, mas eu mandando documento como minha instituição, eles vão me receber para eu poder falar em relação ao meu povo, à situação do meu povo, à casa do meu povo. Atualmente, com esse ataque que vem acontecendo, com esse novo governo que está aí, ele mostra que ele tem ódio de índio. A gente sabe disso, a gente vê isso, a gente presencia isso.

E, pra encerrar minha fala, na quarta-feira teve mobilização dos povos indígenas a nível do Brasil. Por quê? Porque a gente tá usando essas armas, essas tecnologias, essa comunicação, que antes a gente não tinha, mas hoje atualmente a gente tem. Então nós indígenas nos articulamos também, nós nos conhecemos. Por quê? Através da orientação, ajuda, do CTI, do ISA, do Iepé, da Comissão Pró-Índio do Acre, a gente tem a organização do Nordeste também que estão ali, então a gente, através das nossas organizações, a gente se conhece e faz a nossa política, a gente faz a nossa organização. Porque nós indígenas começamos a nos conhecer, para a gente poder brigar, lutar pelas causas, pelos objetivos em comum que afetam todos nós. Em cada região. E é uma dificuldade pra nós, porque os governos, os governadores de cada estado, têm o pensamento do estado, ele tem seu objetivo para o estado, e a gente tem os gestores que são os prefeitos, que estão lá nos municípios, que têm seu pensamento, que têm sua ideia, que têm seus planos e suas propostas. É uma dificuldade e nós precisamos acompanhar através dessas comunicações intelectuais, que elas estão abrangidas, porque hoje em dia até em algumas aldeias, em algumas comunidades, a gente tem a rede de internet, que a gente pode estar falando rapidamente e articulando com nossos parentes. Organização grande que vem articulando em nome do povo indígena, que a gente está junto, que a gente vem sempre fortalecendo, é a APIB. A gente vem apoiando para que ela seja forte. E as instituições apoiadoras, que facilitem, porque nós que somos das organizações, a gente vive de projeto. Então, se a organização não tiver projeto para apoiar, para aprender, a sociedade, nós que estamos ali, a gente não tem como ajudar.

Na nossa discussão da Wyty Catê, era para a gente fazer uma proposta com a nova discussão da estrutura da Funai. Fazer proposta. Quanto é que cada Terra Indígena custa, para a Funai colocar no seu orçamento, discutir com o Governo Federal para atender às nossas necessidades

que nós não conseguimos fazer sozinhos. E, nessa nova estrutura, tiraram a Funai e os funcionários da Funai. Agora, com essa nova administração, colocando uma parte para agricultura, uma parte pro Incra, quebrou as pernas de todo mundo. Não tem defesa, não tem interesse, e a gente tem esse desafio. Nós indígenas, junto com vocês. Eu estou vendo o auditório cheio, que bom que não é todo mundo que tem raiva de índio. Vocês estão aqui para apoiar e ajudar a gente.



LINDOMAR TERENA

Conselho do Povo Terena e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Meu nome é Lindomar, sou Terena de Mato Grosso do Sul, faço parte do Conselho do povo Terena e também da Coordenação da APIB. Eu, da minha parte, vou ser breve. Os companheiros já falaram. Quero falar um pouquinho sobre essa questão do nosso território, dos desafios que nós temos enquanto povo indígena. A gente acredita que está vendo, na verdade, o tamanho do desafio que nós temos pela frente enquanto povo na busca dos nossos direitos. Agora, eu também fico me perguntando às vezes: quando é que esteve fácil? Quando é que um território indígena foi demarcado sem que os povos indígenas se mobilizassem? Qual foi o governo que demarcou por conta própria? Se não foram os povos indígenas que reocuparam seus territórios e o governo brasileiro, o judiciário brasileiro, não tinham outra coisa a fazer a não ser confirmar aquilo que os povos indígenas estavam fazendo? Então, nós vivemos um cenário muito preocupante, mas, ao mesmo tempo, um cenário que faz com que os povos indígenas do Brasil se unam, e faz com que os nossos aliados estejam cada vez mais fortes, nesse momento tão conturbado que nós estamos vivendo.

Acredito que a luta nossa, pela demarcação dos nossos territórios, vai ser muito árdua, porém eu consigo vislumbrar, consigo enxergar vitórias e êxitos para nossos povos. Consigo ter esperança de que o nosso povo há de ver seu território demarcado, há de ver nossos territórios na posse do nosso povo. Por quê? Porque o território é o alicerce de tudo para os povos indígenas. Sem o território nosso povo indígena não tem a educação diferenciada; sem o território nós não temos uma saúde de qualidade. Por isso que a luta dos povos indígenas começa

pelo nosso território, pela demarcação do nosso território. E o nosso território, uma vez que está ausente da nossa mão – está ausente da mão do nosso povo, uma vez que há uma cerca que nos impede de pisar no nosso território, em uma nova vida, uma nova terra – a gente não consegue ver uma perspectiva de vida, uma perspectiva de futuro para o nosso povo.

Então, eu acredito assim: apesar de tudo isso, os nossos povos indígenas no Brasil irão, sim, fazer o enfrentamento na busca pelo nosso território, na busca por aquilo que nós entendemos que está na Constituição brasileira. Aquilo que os povos indígenas têm feito de buscar seus territórios, de lutar pelos seus direitos, está amparado pelas leis brasileiras. E, às vezes, por lutar por nosso território, muitas das nossas lideranças são perseguidas, são criminalizadas, são indiciadas pelo Estado brasileiro – simplesmente por cobrarem seus direitos. Alguns membros do Ministério Público, não todos, pois o Ministério Público hoje é um grande companheiro nosso, mas tem procuradores que estão operando para outros interesses, que não são os de defender o direito, que não é defender a Constituição.

Eu sou de Mato Grosso do Sul, do Povo Terena. Lá tem também o povo Guarani, que tem muitos acampamentos hoje à beira da estrada, sem uma solução por parte do Estado brasileiro. No estado do Mato Grosso do Sul, recentemente o Povo Terena fez lá várias retomadas de terra, obrigando o governo a ir para lá, e aí propondo uma mesa de diálogo, que não trouxe resultado nenhum, onde houve simplesmente perda de tempo. Várias reuniões para que regularizasse a situação, tudo foi em vão. Porém, o que não foi em vão foi a retomada do nosso povo. Então, Taunay-Ipegue, uma terra que foi estudada pelo antropólogo Gilberto Azanha, do CTI, como a Terra Indígena Buriti e a Terra Indígena Cachoeirinha, grande parte dessas áreas estão hoje de posse do Povo Terena. Por quê? Porque o governo foi lá e falou: “Não, é do povo Terena. Eu confirmo, é isso mesmo”? Não! Foi porque o Povo Terena foi lá e arrebentou aquela cerca que impedia e que do outro lado só tinha gado e gado e gado, e hoje está lá o nosso povo, de posse dessa terra. Terra Indígena Buriti¹⁸ é a mesma coisa. Na Terra Indígena Buriti nós perdemos um guerreiro, como dizer? Matado pelas forças do Estado, lá onde houve agentes da Polícia Federal. E depois a própria Polícia Federal investigou essa situação, e no final fez um relatório com mais de mil páginas: “Não tem culpado, a gente não con-

¹⁸ [N. E.] Terra Indígena Buriti (MS), povo Terena.

seguiu identificar quem é o culpado”. E as situações que envolvem as lideranças indígenas que estão buscando seu direito? Aí, não demora muito tempo, essas lideranças já estão sendo indiciadas, condenadas.

A gente está hoje incluso no programa de defensores dos direitos humanos, porque a gente lá vive uma situação de ameaça. O Gilberto Azanha esteve lá um tempo com a gente. Agora, recentemente, eu estava na cidade – cidade pequena, todo mundo se conhece, então não tem onde você escapar. Andando com meu gurizinho pequeno, dei de cara com um fazendeiro. Eu procuro desviar, eu não dou bobeira, eu faço a minha própria segurança. Evidentemente que eu não ando com 2, 3, 4 companheiros, porque fica chato também, eu vou sozinho. Às vezes a gente faz, tem que fazer as coisas sozinho. E, com meu gurizinho pequenininho, de cara, eu parei no posto de gasolina para abastecer a moto, encontrei um fazendeiro. O fazendeiro chegou, me viu: “E aí, tudo bom?”. “Tudo bem”. Aquilo já me assustou. “Preparado para vazar?”. “Para onde?”. “Das terras dos outros”. Aí eu: “Olha, rapaz, eu não tenho nada para falar com você. Se você quiser resolver essa situação, vai na Justiça”. E aí um monte de coisa, me xingou, me esculhambou, na frente do meu gurizinho. Aquilo... aquilo... eu não falei nada assim, mas eu fui embora para casa. Também não podia fazer, a gente não pode entrar na provocação deles. E, ao chegar em casa, eu falei: “Não vou falar nada pra minha família”. Só que meu filho pequenininho falou. Ele falou pra mãe dele: “Meu pai foi xingado de tudo quanto é coisa na cidade”. Eu sentei. Depois que eu sentei, me passou tanta coisa na cabeça. Falei pra minha esposa que a gente, nesse momento, a gente pensa besteira. Eu falei, pensei besteira, com todo respeito: se eu tivesse sozinho, ou se tivesse alguma coisa, eu tinha estragado a minha vida ali, mas eu não ia aceitar aquela pessoa falar o que falou de mim, falar que eu estou ensinando meu filho a ser mais um baderneiro e estar invadindo terra dos outros. Eu sentei e chorei, e chorei. Então, assim, essa situação de esperar pelo Estado, nós vamos sempre sentir essa impotência. Nós vamos sempre ser humilhados. Então não existe, no nosso entendimento, outra alternativa a não ser se organizar enquanto povo, para que a gente busque nossos direitos. Mesmo que um dia, amanhã, a gente tenha que perder nossa vida. Faz parte do processo. Ninguém fica para semente, mas nós temos que garantir o futuro dos nossos filhos, dos nossos netos.

Essa luta pelas nossas gerações futuras não vai começar daqui a 10, 15 anos. Ela já começou. Cabe a nós, enquanto lideranças, cabe a nós a responsabilidade de dar continuidade àquilo que nossos antepassados já fizeram, para que nossos direitos, nossos territórios venham a estar de posse do nosso povo. Essa é a minha pequena fala.



PAULO KARÁÍ GUARANI

Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Meu nome é Paulo Karáí Guarani, da aldeia Tenondé Porã, em São Paulo. Estou representando aqui a Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), já que nosso coordenador Tenondé [*coordenador geral*], Marcos Tupã, não pôde estar presente por motivo de luta pelos direitos, ainda mais nessa atual conjuntura, que depende dos esforços de todos os povos indígenas do território brasileiro na luta contra esse retrocesso nos direitos que estamos passando, principalmente na educação, na saúde e no território. É uma responsabilidade estar falando no lugar do meu coordenador, porque a gente sabe o quanto essas pessoas foram referência para o nosso povo, não só pros Guarani, mas pra um contexto geral dos povos indígenas. A Comissão Guarani é base da articulação dos povos indígenas, por isso eu venho falar pela APIB Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que é uma responsabilidade também. Não vou falar que sou da APIB, porque tem várias organizações indígenas que compõem a APIB, por exemplo o Conselho Terena, a COIAB e a APOINME, que também não puderam estar presentes por causa dessas mobilizações, mas a gente deixa aqui nosso sentimento e nosso apoio aos nossos guerreiros que estão nas bases resistindo contra esse governo. Então, vou me limitar a falar mais da relação do CTI com os Guarani, nessa luta pela conquista dos territórios indígenas, que hoje vai fazendo 40 anos dessa luta histórica.

Essa luta começou na ditadura. Eu sou meio suspeito pra falar porque eu nasci ouvindo falar do CTI, eu cresci vendo as pessoas do CTI, principalmente a Maria Inês Ladeira, que carinhosamente nosso povo chama de *xejaryi*, que é uma anciã nossa, que a gente reverencia e que a gente respeita muito. Era difícil, numa ditadura, a gente pensar que teriam pessoas que poderiam pensar nos povos indígenas.

Naquele momento em que todo mundo queria salvar sua pele, e ter pessoas que ainda pensassem nos povos indígenas naquela época. Então, o CTI foi um espelho, um caminho pra gente seguir, porque ali também que começou a luta dos Guarani pelo direito à demarcação das terras. O CTI nos ensinou que também éramos sujeitos de direitos, que tínhamos o direito aos territórios tradicionais nossos. Nesses 40 anos de luta, a gente já perdeu vários *xeramõi*, que são os mais velhos, que começaram essa luta com o CTI. Muitos ainda estão presentes aqui nos nossos territórios, mas agora estão descansando, porque eles já conseguiram o que queriam e agora estão deixando, passando o bastão para a gente continuar essa luta. Foi um momento, a partir de 1970, que a luta pelo território começou e a gente foi seguindo, passando pela Constituição, como o parente aqui bem lembrou dos dois artigos que a gente tem. Como fala a minha liderança lá do Sul, o Kretã: a gente dá a vida por esses dois artigos que temos.

A partir disso teve um avanço, não tão significativo, mas um avanço que nos possibilitou esperança naquele momento, porque se garantia a demarcação das Terras Indígenas, se garantia as políticas públicas voltadas para os povos indígenas. Muita coisa foi feita, mas não foi suficiente para atender as demandas dos povos indígenas no Brasil. Se passaram vários presidentes, acho que chegando até o governo de esquerda, passando pela direita, não totalmente pela direita, o centro-direita que teve um pouquinho de avanço nas demarcações, mas principalmente a gente ficou frustrado no governo que a gente achava que ia impulsionar a demarcação das Terras Indígenas. A gente imaginava que no governo de esquerda a gente teria o êxito de conseguir a demarcação de todos os territórios indígenas, que no momento, até então, estavam em conflito. E não foi isso que aconteceu.

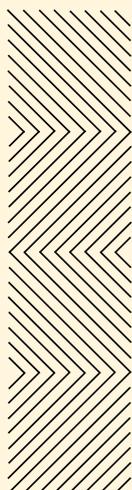
É uma preocupação grande para a gente, os povos indígenas, ouvir relatos das pessoas que estão vivendo na pele a violência sofrida nos territórios indígenas: ser ameaçado de morte pelos fazendeiros, principalmente do Mato Grosso do Sul; a invasão de madeireiros e garimpeiros, tentando e muitas vezes matando até os povos isolados e de recente contato, principalmente na Amazônia. É uma preocupação, hoje, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, tentar buscar garantir o direito desses povos. Estamos em um momento crítico na conjuntura política, de retrocessos. A gente já vinha acompanhando esse governo, antes da eleição a gente já sabia o que ele tinha em

mente, então foi eleito também nesse sentido de agredir os direitos dos povos indígenas, não agredir somente no direito constitucional, mas agredir fisicamente também. A gente já vinha acompanhando esse governo que foi eleito, como eu digo, no tapetão, porque nosso principal candidato foi impossibilitado de se candidatar. Ele foi eleito no tapetão. É uma situação desesperadora, porque a gente não acredita mais no Estado brasileiro, a gente não acredita mais na Justiça, a gente não acredita mais no MPF, que muitas vezes a gente vai bater à porta no MPF, e o MPF fala que está acompanhando, está acompanhando... até que ponto eles estão acompanhando? Então a gente já não acredita.

O que resta para a gente, como para o CTI e outras organizações indigenistas que estão aqui presentes no Brasil, que estão presentes hoje neste momento, é a gente apelar pra denúncias internacionais. É fundamental que a gente possa fazer essas denúncias internacionais, mostrar pro mundo o que virou o Brasil hoje nesse cenário atual. Resaltar a nossa grande guerreira Soninha [*Sônia Guajajara*], que tem feito esse papel de levar as questões indígenas a nível internacional, com apoio das organizações indigenistas.

Acho que minha fala não vai se prolongar. Só agradeço também ao CTI pelo convite, e dar os parabéns também, que essa luta possa continuar por mais anos e anos e a gente possa ter, no futuro, êxito em nossas lutas.

Eu estava analisando aqui, e o CTI meio que nasceu na ditadura e está fazendo 40 anos hoje numa nova perspectiva de ditadura. Então está sendo um ciclo. Para nós, Guarani, a gente usa esse ciclo como idas e vindas, um dia está pior, mas um dia vai melhorar. Por exemplo, a gente usa muito a questão do Sol, o Sol que faz o círculo, principalmente nossas danças que são um círculo, nossas casas que são um círculo, nosso tempo Guarani é um círculo de ano novo e ano velho. Sempre é um ciclo, sempre a gente vai passar por tempos ruins, mas sempre, futuramente, vai vir o tempo bom. Que a gente possa também ter êxito nas nossas lutas, nas nossas vidas. E que essa luta continue por mais tempo. É por aí a minha fala.



ALUÍSIO AZANHA

Sintetizando um pouco as falas até aqui: Paulo Guimarães nos trouxe toda sua experiência e trajetória, relatando de que forma as disputas que estavam colocadas já na pré-Constituinte, até hoje têm suas ressonâncias, e quais são os movimentos táticos que têm que ser feitos agora à luz desse processo histórico, complementado pelo professor João Pacheco, à partir da análise do papel do antropólogo e das organizações nessa história de luta. Obviamente, a história de luta vem desde 1500, mas a proposta desse seminário foi fazer análise do período que corresponde à perspectiva dos 40 anos do Centro de Trabalho Indigenista. A Auxiliadora [*Maria Auxiliadora Leão*] trouxe essa dimensão importante dos direitos territoriais para além da demarcação em si – ou seja, a demarcação das terras indígenas não como um fim em si mesmo, mas cuja finalidade última é a posse plena dos povos indígenas – abordando problemas como invasão de Terras Indígenas, terras homologadas e não-desintrusadas, arrendamentos como cerceamentos da plenitude do direito à posse. Não adianta ter Terras Indígenas homologadas e registradas se não atinge o objetivo último que é a posse plena. E essa é uma estratégia do atual governo de cercear e enfraquecer a plenitude do artigo 231.

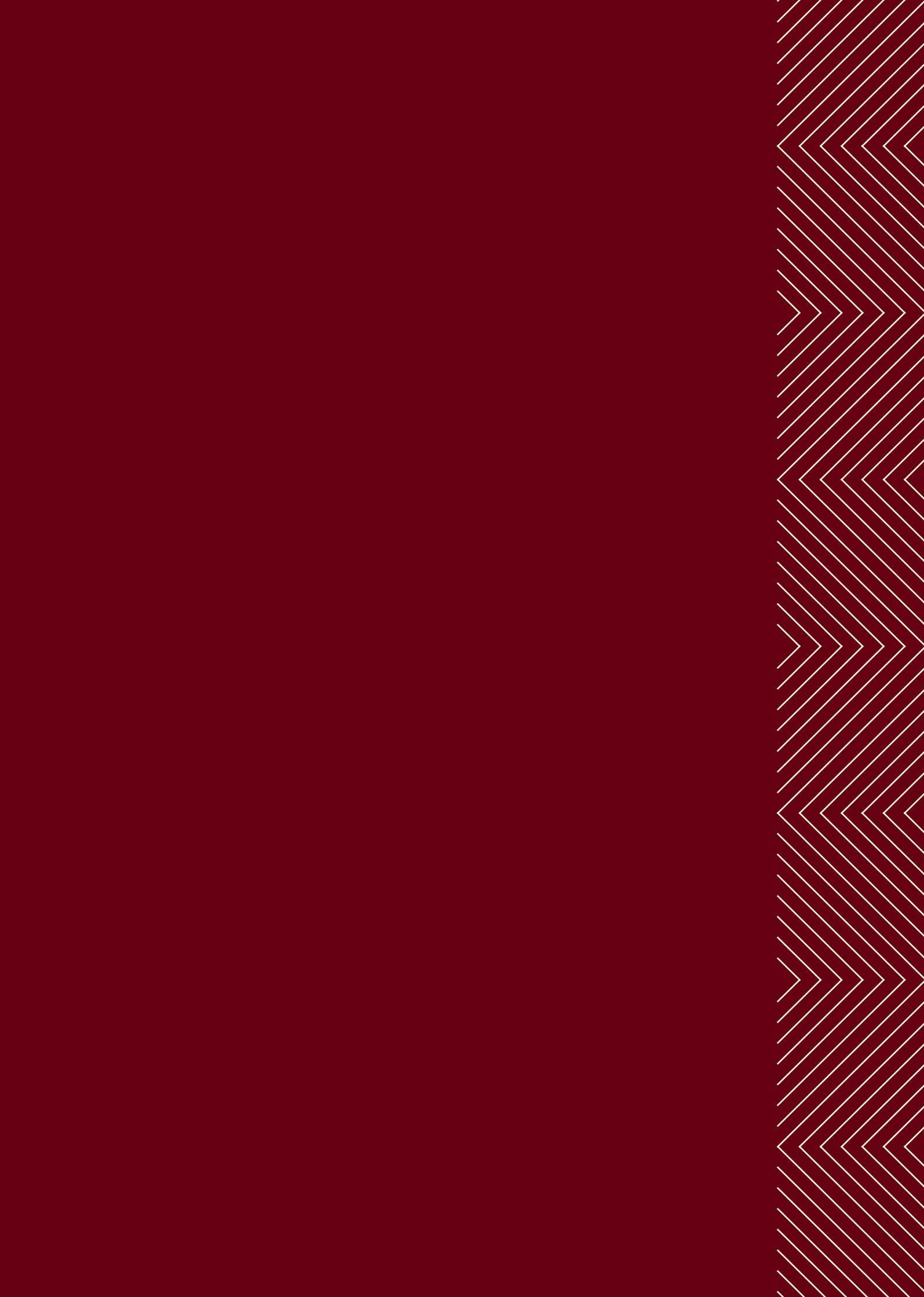
O professor Jonas Gavião, tentando abrir os corações e mentes. Sabemos que estamos em uma transmissão ao vivo, então tenho certeza que alguns que nos assistem e que não são apoiadores dos povos indígenas, ouviram suas sábias palavras e abriram um pouco sua mente e seu coração.

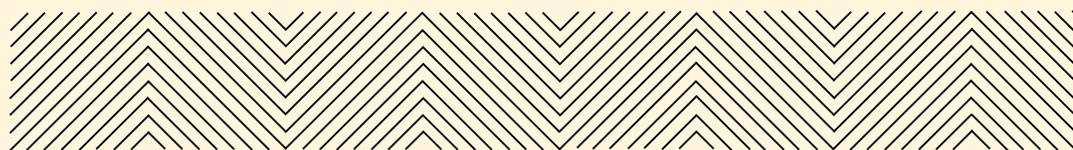
O professor Jonas Gavião, tentando abrir os corações e mentes. Sabemos que estamos em uma transmissão ao vivo, então tenho certeza que alguns que nos assistem e que não são apoiadores dos povos indígenas, ouviram suas sábias palavras e abriram um pouco sua mente e seu coração.

Fala do nosso companheiro Lindomar Terena, o desabafo de um guerreiro, deixando claro que os povos indígenas e seus parceiros estão sempre lutando por direitos e lutando por um país diverso. E o Paulinho Guarani, sempre também à frente de todas as mobilizações dos povos indígenas, com a Comissão Guarani Yvyrupa.

A importância das organizações dos povos indígenas foi salientada aqui tanto pelo Lindomar Terena quanto pelo Paulinho Guarani. Essa própria guinada do Estado, que a Auxiliadora chamou a atenção, para fora da Amazônia Legal, é fruto da atuação da APOINME, da própria atuação da Comissão Guarani Yvyrupa, do Conselho Aty Guasu, do Conselho Terena, que exigiram essa guinada do governo brasileiro para além da Amazônia Legal. E os povos indígenas da Amazônia lutando também por essa plenitude da gestão, da demarcação dos seus territórios.

Dizer também que o CTI, como foi colocado pelo Gilberto na mesa de abertura, tenta sempre ser uma anti-instituição, então que não queria estar comemorando os 40 anos. Importante a gente sempre lembrar que uma associação, como é o CTI, é uma união das pessoas com uma finalidade. No caso do CTI as pessoas são comprometidas com o conhecimento etnográfico e possuem a confiança dos povos com quais trabalham, e a finalidade é essa: promover, apoiar, contribuir para a autonomia e para a autodeterminação dos povos. Então, parabéns ao CTI, e esperamos que não tenhamos mais outros 40 anos, que consigamos ter contribuído com a autonomia e a autodeterminação dos povos indígenas e que essa instituição e as pessoas que nela trabalham possam estar contribuindo de outras formas com os povos indígenas, porque as alianças sempre existirão e serão necessárias.





mesa 2

gestão territorial e sustentabilidade

Dia: 29.03

horário: 14h às 16h

local: Sala 14 da FFLCH/USP

Terri Aquino | CPI-AC

Levi Marques | UFGD

Dominique Gallois | USP/IEPÉ

Adriana Ramos | ISA

Hiparidi Xavante | Warã-MOPIC

Paulo Marubo | Univaja

Debatedor: Jaime Siqueira | CTI



JAIME SIQUEIRA

Antropólogo, coordenador executivo do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), professor da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (Uemasul).

Esse tema que nós vamos tratar agora é um tema fundamental, muito relacionado com o tema anterior, do Território, uma vez que a gente não pode discutir gestão ambiental, territorial e sustentabilidade sem tratar da questão da terra. Então, sem terra não há gestão. Esse tema tem um vínculo muito grande com a mesa anterior. É um tema importante. A gente sabe que diversas experiências importantes vêm sendo desenvolvidas no Brasil inteiro, não só na Amazônia, mas em todo o Brasil, de gestão ambiental e territorial. Temos uma política nacional que foi assinada em 2012, que trata desse tema, que é a PNGATI [*Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas*].

A PNGATI hoje está praticamente engavetada, sem nenhum tipo de iniciativa por parte deste governo para sua implementação, para botar ela pra jogo, o que coloca muitas dificuldades. Hoje em dia quem coordena o Comitê Gestor dessa política é o Ministério do Meio Ambiente, que está sob a batuta do ministro [*Ricardo*] Salles. E o ministro Salles já tem manifestado em várias oportunidades qual é a visão que ele tem em relação às Terras Indígenas e demonstrado claramente essa perspectiva de transformar as terras públicas em mercadoria, tanto é que o exemplo que ele mais cita em todos os fóruns é o exemplo Paresí, como exemplo emblemático a ser replicado para todas as Terras Indígenas¹⁹. A gente sabe que o exemplo Paresí é um exemplo bastante complexo, difícil e que, evidentemente, não se aplica como exemplo para todas as outras terras indígenas no Brasil. Então acho que a visão desse ministro demonstra bem qual é o tipo de política que esse governo está pensando para as Terras Indígenas. Os palestrantes vão trabalhar melhor essas questões e outras tantas.

¹⁹ [N. E.] Duas semanas antes da realização deste seminário, os ministros recém-empossados nas cadeiras da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Meio Ambiente — Tereza Cristina e Ricardo Salles — visitaram a Terra Indígena Utiariti (MT).



LEVI MARQUES PEREIRA

Antropólogo, professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Agradeço aos colegas do CTI pela oportunidade de participar desse momento de celebração dos 40 anos da existência de uma entidade indigenista engajada na prestação de relevantes serviços aos povos indígenas no Brasil, contribuindo a partir do trabalho indigenista para a garantia de direitos e autonomia crescente dos povos entre os quais atua.

O tema da mesa é gestão territorial e sustentabilidade. É um tema bastante complexo e felizmente temos uma assistência altamente qualificada para pensar o tema. A ideia é juntar alguns elementos para pensar uma discussão ao final da apresentação. Me ocorreu a ideia de que para pensar em gestão territorial e sustentabilidade em Terras Indígenas, a primeira coisa a levar em consideração é a diversidade de situações dessas terras. A gente tem desde terras com área minúscula, de poucos hectares, mas também terras de milhões de hectares. Terras com particularidades nas condições demográficas, ecologia do local, tudo é muito diversificado, então não dá para falar do tema de forma muito abstrata, a não ser que seja em linhas muito gerais. Nessas diferentes situações das Terras Indígenas, temos diversas formas de assentamentos, das comunidades se territorializarem nesses espaços, e também tem uma diversidade demográfica muito grande, tudo isso deve ser levado em conta. E a Funai, em termos administrativos, trata todos os locais, os espaços onde os índios vivem, como Terra Indígena. É uma categoria administrativa, mas essa categoria administrativa já foi outra, já existiram outras no passado, como aldeia, reserva, posto indígena, e a Funai hoje unificou tudo isso na categoria de Terra Indígena, pois esta categoria aponta para a definição que está na Constituição.

No Mato Grosso do Sul seria muito importante, quando se pensa essa questão de gestão territorial e sustentabilidade, distinguir as áreas de reservas – demarcadas pelo SPI nas três primeiras décadas do século XX – das Terras Indígenas demarcadas a partir de meados da década de 1980, onde se tem situações distintas, pois são terras demarcadas a partir da demanda específica de uma comunidade que se mobilizou e conseguiu que sua demanda fosse recepcionada pela Funai.

E, nessas distintas formas de assentamentos incluídas na categoria geral de Terra Indígena, encontramos situações mais próximas ou mais distantes da definição constitucional de Terra Indígena. Inclusive existem Terras Indígenas demarcadas já no balizamento legal pós-Constituição de 1988 que não se remetem à ideia de território: terras indígenas minúsculas, no caso dos Guarani no Mato Grosso do Sul, com cerca de 500 hectares, insuficientes para a reprodução física e cultural, como assegura a legislação. De maneira nenhuma isso corresponderia à forma clássica de assentamento dos Kaiowá e os Guarani, ou seja o *tekoha* – porque o *tekoha* teria muito mais hectares, seria mais amplo.

Essa diversidade também se dá ou pode se dar dentro de um mesmo povo. No caso dos Guarani se identificam várias situações de assentamento, várias modalidades organizacionais. No caso dos Mbyá, dos Guarani da região sul e sudeste, não se encontram, por exemplo, aldeias com população tão grande quanto nas reservas no Mato Grosso do Sul, onde podem passar de 10 mil em uma terra de 3 mil e poucos hectares, no caso da reserva de Dourados, ou até em área menor, como no caso da reserva de Amambai. Então são situações muito diferentes, levando também a formas organizacionais muito distintas. E aí, no caso do Mato Grosso do Sul, temos uma situação aparentemente recorrente em outros lugares. O Gilberto Azanha escreveu em um artigo sobre os Terena: “o Terena vive na reserva mas não vive da reserva”. Para os Guarani seria a mesma coisa. Então essa questão de viver na reserva implica na necessidade de utilizar determinadas modalidades de gestão possíveis de se realizarem nesse espaço, sempre em disputa, dado o superpovoamento. E não viver da reserva implica também na submissão a uma condição de territorialidade precária, em periferias de cidades ou retomadas. Para os Guarani, viver na reserva ou fora dela impõe-se sempre se deparar com o problema de como fazer a gestão de espaços incompatíveis com as condições necessárias para a reprodução física e cultural.

A literatura recente aponta as dificuldades geradas por essa situação para as comunidades kaiowá e guarani no Mato Grosso do Sul. Por exemplo, os trabalhos do [Antonio] Brand (a dissertação de mestrado [1993], a tese de doutorado [1997] e vários artigos), onde ele desenvolve a noção de confinamento, como uma condição de territorialidade imposta pelo Estado a esses povos, causando muitos prejuízos à sua reprodução social. Paralelo a isso, sempre se identifica o esforço das

comunidades submetidas a essa condição, é claro, de tentarem fazer valer as suas formas organizacionais, suas práticas rituais, e esse é um movimento que eu tenho chamado, meio brincando com a palavra, de “tekoharização” da reserva. *Tekoha* como o lugar onde o Guaraní vive e pratica seu modo próprio de ser e, no caso desse lugar ser uma reserva, ele tenta “tekoharizar” essa reserva de alguma forma, indianizar essa reserva e as práticas sociais aí desenvolvidas. De qualquer forma, essas situações apontam para cerceamento da autonomia. Não tem como discutir gestão territorial e sustentabilidade sem pensar em território, claro, e sem pensar em autonomia, que é uma palavra que dá muito pano pra manga, dá para discutir muita coisa em torno disso.

No caso do reservamento dos Guaraní no Mato Grosso do Sul, ou seja, a tentativa de reservamento dos Guaraní nas oito reservas antigas, demarcadas entre 1915 e 1928, como já foi apontado em algumas falas da manhã, a ideia de reservamento estava vinculada também à estratégia de assimilação, partindo da convicção da transitoriedade da condição de indígena, pois em pouco tempo eles se convenceriam das vantagens de abandonar tal condição e adotar a condição de trabalhadores nacionais. E então seriam integrados e a área reservada poderia até ter outro destino. Mas o reservamento não se efetivou da maneira como foi planejado, a reserva passou a conviver com tensões e conflitos crescentes e, paralelo a isso, teve e tem a ação indigenista e do movimento indígena levando ao questionamento dessa situação de reservamento. Boa parte das famílias indígenas originárias das terras expropriadas também recusou o reservamento, buscando outras formas de existência, em áreas de refúgio ou assumindo a condição de peões de fazenda. Na década de 1990, com a sociedade brasileira já vivendo a democracia política, muitas famílias expropriadas de seus territórios iniciam um processo de “desconfinamento”, retomando parte de seus territórios tradicionais.

A Constituição de 1988 e a legislação complementar subsequente, estabeleceram marcos legais, delineando os passos, as balizas para a demarcação das terras indígenas. Nesse momento, também se coloca a necessidade de repensar a sustentabilidade das reservas e a revisão do modelo organizacional até então nelas imposto (chefia de posto, capitania, polícia indígena etc.). A Funai e outros órgãos de governo são tensionados a mudarem suas práticas. Entretanto, órgãos como Funai

e Ministério Público não se mobilizaram para fazer uma discussão ampla com as comunidades, explicitando a obrigatoriedade de revisão do arranjo organizacional implantado nas reservas, baseado no capitão, no chefe de posto e na polícia indígena. Tal modelo se tornara inviável, ou mesmo ilegal. Todo esse modelo de gestão apontava para uma política de assimilação praticada até então, mas ela deveria deixar de ser praticada para seguir as determinações da nova Constituição.

Então mudaram as referências legais do Estado, mas os índios não foram informados, nem participaram efetivamente da discussão e nem foram informados. Não se abriu um processo de discussão, para pensar como ficaria a gestão desses espaços e das formas dos indígenas se organizarem nas reservas ou terras indígenas, a partir dos princípios estabelecidos pela nova Constituição. No caso dos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul, isso gerou muitos problemas, alguns capitães (caciques) acabaram presos, porque eles seguiram praticando, fazendo a gestão da reserva nos mesmos moldes, e acabaram sendo criminalizados por isso. Nesse movimento, a Funai também se distanciou das reservas, onde ela antes mantinha o posto, o escritório do funcionário do órgão indigenista. O posto indígena ficava dentro da reserva, na maioria dos casos o chefe morava numa casa ao lado do posto, então ele administrava a reserva como se fosse uma fazenda, como se a terra pertencesse ao SPI e, depois, à Funai. Então, quando isso muda, não tem discussão, e até hoje nunca teve, e as lideranças começam a experimentar outras formas organizacionais, novas relações com agências do Estado e da sociedade civil.

Nesse momento também ocorre a municipalização dos serviços, a Funai vai se esvaziando das atribuições que tinha na saúde, na educação, e isso vai sendo passado para as prefeituras. A mudança abre para as lideranças indígenas a possibilidade de uma série de construções de conexões políticas, de relações com prefeito, com vereador, em nível local, com o governo do estado. Então isso muda muito a situação, porque antes se tinha a Funai como referência de administração do espaço e aí passa a ter uma série de outros atores agindo, desenvolvendo políticas públicas nas reservas e terras indígenas. Quer dizer, antes tinha um modelo organizacional implantado pelo próprio Estado, mas ele se tornou inconstitucional. Entretanto, na mudança não houve discussão e não teve assessoramento, diálogo com os índios, no sentido de pensar e montar outro sistema de gestão. O uso da terra também tem

implicações porque o próprio SPI, no caso das reservas no Mato Grosso do Sul, implantou o sistema de loteamento da reserva. Tem até um documento do SPI onde se registra o objetivo do loteamento, orientado para “incutir nos índios a noção de propriedade privada, particular”. O próprio posto fazia a documentação da transferência e da venda dos lotes, internos, de um índio para outro. Isso também nunca foi revisto, e isso tem gerado a concentração da terra, mesmo a terra sendo muito pequena, ocorre a concentração de terra na mão de poucos, no caso de Dourados na posse de poucos indígenas, plantadores de soja.



Aldeia do povo Marubo - Terra Indígena Vale do Javari/AM. (Liriann Chrisley Silva/Acervo CTI, 2019)

Com a introdução da prática do arrendamento, alguns indígenas conseguiram adquirir domínio da agricultura mecanizada e começaram a comprar ou arrendar os lotes dos outros. A prática começou na reserva de Dourados e se estende por outras terras indígenas dos Kaiowá e Guarani, inclusive nas terras recentemente demarcadas. Isto tem gerado a concentração da terra na posse dos indígenas agricultores, produtores de soja, no estilo do agronegócio praticado no Mato Grosso do Sul. Agora, a predação do patrimônio indígena, legalmente comunitário, não é mais praticada pelo SPI ou Funai; é feita por um pequeno grupo de indígenas. A dilapidação do patrimônio indígena é uma longa história no indigenismo oficial brasileiro. Nas reservas kaiowá e guarani no Mato Grosso do Sul, ela passou

pela exploração da erva-mate dentro da própria reserva, seguida pela venda da madeira, criação de gado do posto e as roças do posto. Tem também o caso clássico do arrendamento kadiwéu, com cerca de 150 mil hectares arrendados desde a época do SPI. Nas últimas décadas os arrendatários passaram a questionar a posse e a propriedade, entrando na Justiça reivindicando a propriedade – pararam de pagar o arrendamento, claro.

E, recentemente, as terras indígenas demarcadas já dentro do paradigma novo da legislação pós-Constituição, passaram a ser arrendadas, às vezes antes do processo administrativo ser concluído. Então, a Terra Indígena de Panambizinho, que fica a 12 km de distância da cidade de Dourados, foi demarcada em 2006, e está completamente arrendada para os Terena de Dourados, impondo aos Kaiowá da comunidade o recolhimento em pequenos pedacinhos, cantos. Teoricamente arrendaram a terra e vivem do arrendamento, digo teoricamente porque, na prática, dependem dos programas de assistência social. Tem outras Terras arrendadas para criação de gado. Sete Cerros, Jaguapiré também têm arrendamento, é uma situação muito complicada. Até recentemente essa situação era meio camuflada, todo mundo fazia de conta que não tinha, que não via, mas agora com essa sinalização do governo federal no sentido de tirar essas práticas da ilegalidade, elas adquirem cada vez mais visibilidade e movimento de expansão.

Não sei o que dizem os juristas, os advogados, mas já pesa a acusação de que os laudos antropológicos são falsos e o arrendamento parece complicar essa situação. O relatório de identificação afirma que a terra é necessária, aliás imprescindível, para reprodução física e cultural do grupo, segundo seus usos, costumes e tradições, todos aqueles elementos legais explicitados pelo antropólogo na conclusão do relatório, se comprometendo com a atendimento das exigências legais. E, quando essas terras em poucos anos recebem uma destinação totalmente diferente, no caso do arrendamento, parece gerar um problema até para quem fez o relatório, daí a tese do laudo fraudulento pode ganhar uma certa densidade. São questões, todas, de enfrentamento de modelos de gestão, que eu gostaria de colocar para depois a gente retomar no debate. Como sempre elas apontam para a omissão do Estado, mesmo nos casos de atendimento dos direitos territoriais a demarcação não foi acompanhada de um plano de gestão apropriado, deixando de assegurar a reprodução física e cultural das comunidades.



DOMINIQUE TILKIN GALLOIS

Antropóloga, professora da Universidade de São Paulo (USP), membra do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé).

Muitas pessoas não sabem que eu sou membro do CTI até agora. Então, parabéns pelos 40 anos e vida longa ao Centro e às outras ONGs indigenistas. Porque não tem por que pensar que tenhamos de interromper nosso trabalho nas ONGs. Estou muito feliz com essa legião de pessoas convidadas a se manifestar nesse evento, que seguem há muito tempo o esforço de conduzir, a favor ou contra a maré, um indigenismo de qualidade, atento às demandas das comunidades. Um trabalho muito pouco conhecido. Houve uma fala nesse sentido, de manhã, e eu acho que o problema de comunicação do que a gente faz em área é um problema extremamente grave. Quero agradecer ao Jaime, que foi meu primeiro orientando, aqui no Departamento de Antropologia da USP.

Falar de gestão territorial e de sustentabilidade em 15 minutos não é viável, eu não saberia como fazer isso. É um assunto ao qual eu dediquei muitos anos da minha vida, tanto na prática quanto em reflexões, e eu vou apontar três questões para ponderação. Eu acho que é mais seguro esboçar aqui essas questões, que devem ser reavaliadas continuamente, e debater com as novas gerações indigenistas, e especialmente com alunos que, às vezes, por conta do curso de ciências sociais, em que têm antropologia, sociologia e ciência política, tendem a um viés dessa formação em política, onde o Estado domina a cena. Gostaria de mostrar que gestão territorial é uma questão do local, ali no miúdo das relações, e que o Estado está longe. Pelo menos nas áreas indígenas onde eu trabalho na Amazônia, a pressão do Estado tem sido, até agora, leve. Porém, quando interveio, fez estragos duradouros.

Uma das questões que escolhi discutir aqui diz respeito às transformações conceituais e às diferenças nos modos de atuação indigenista. Nos primórdios de minha experiência com intervenções indigenistas, no início dos anos 90, não se usavam as mesmas palavras, hoje consagradas pela política pública PNGATI, que estabelece os procedimentos para a construção de PGTAs, Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. Eu não consigo não passar por isso, porque, quando comecei a intervir enquanto indigenista, e

não apenas pesquisar enquanto antropóloga, foi no âmbito do CTI, a partir de 1992. Claro, eu trabalhava no Cedi antes, com a Fany Pantaleoni Ricardo e com Beto Ricardo, mas entrei no CTI para poder desenvolver ações em campo. Nós não usávamos a palavra gestão, usávamos um termo muito mais poderoso, no meu entender, que é “controle territorial”. Hoje, se fala de gestão territorial e ambiental, uma formulação mais diplomática. Controle supõe uma ação muito mais impactante do que gestão; é menos diplomática, mas eu acho que sem ter ajudado os Wajãpi a entender o que seria o controle que eles poderiam fazer sobre sua terra, a diplomacia, que foi possível depois, em outro momento, não seria possível. Quando eu comecei a circular pela terra Wajãpi, eu andava de uma aldeia para a outra com as famílias e encontrava garimpeiro no meio do caminho. Primeiro os Wajãpi se aterrorizavam e se escondiam atrás de mim. Um ano depois, eles começaram a interromper os caras. Um ano depois eles pegavam a mochila, o jamanxim e tiravam o ouro. E depois começaram a expulsar os garimpeiros. Isso é controle territorial, de fato, exercido de fato, nos caminhos da terra indígena.

A Funai nunca conseguiu acompanhar esse movimento de controle das invasões. Na época eram 12 aldeias, hoje são 92. As aldeias proliferaram não apenas em decorrência do crescimento demográfico, mas porque a dispersão atende a um modelo próprio de controle territorial. Famílias circulando entre várias aldeias conseguem controlar a entrada de invasores nos limites. Querem fazer diplomacia? Aprenderam a fazer, mas indigenizando, como se gosta de dizer na academia, os argumentos. Eles começaram a aprender a manejar o vocabulário ambientalista, mas com um sotaque próprio. E um dos exemplos que eu gosto mencionar é que, quando os Wajãpi se viram envolvidos pelo Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, ficaram muito felizes. Não porque era uma proteção ambiental, porque as antas da Terra Indígena iriam engordar no parque e depois, como eles explicavam ao pessoal do ICMBio [*Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade*], as antas entravam de volta na TI, onde eles podiam matá-las e comê-las. Os ambientalistas do Parque tiveram muita dificuldade para entender esse argumento, mas finalmente perceberam que, justamente por conta de sua preocupação com a circulação da caça, os Wajãpi são os maiores aliados do Parque. Aprenderam a fazer uma outra diplomacia com os conhecimentos e as práticas indígenas. Então, no tempo em que falávamos de controle, ocorriam enfrentamentos

mais radicais, mas se tratava também de disseminar internamente aos grupos locais e às aldeias formas de organização para o controle dos limites. Ou seja, não havia a possibilidade do controle sem uma construção de uma nova forma de organização, que passou pela criação de um Conselho de Aldeias, depois, por outras associações, mas tudo isso vem junto, faz parte do controle territorial.

Os discursos sobre gestão ambiental continuam sendo hoje algo incompreendido e estranho para os Wajãpi, porque “ambiente” é um termo absolutamente inadequado – além de intraduzível em seus conceitos. Quando espelhado às práticas e conhecimentos indígenas, que não separam território de ambiente, gente de não-gente, levando em conta não apenas humanos, mas múltiplos moradores das florestas, a noção de ambiente se desintegra. Mas a gente pode fazer formação, ensinar os jovens o vocabulário do ambientalismo, e isso está em curso. E eles gostam de aprender sobre ambiente. Só que aprender só uma linguagem, para fazer bonito nas reuniões, não serve. O que me parece mais relevante, e que eu tenho seguido no meu trabalho, é tentado ajudar essas comunidades a perceber que os desarranjos ambientais são sempre consequências dos desarranjos e desequilíbrios sociais. E na Terra Wajãpi, como em muitas outras, esse desequilíbrio é resultado da sedentarização em torno dos postos de assistência, com o aumento do número de pequenas aldeias que ficaram na beira da Rodovia Perimetral Norte e que se multiplicaram ali graças ao dinheiro que entrou, com os diversos benefícios distribuídos a quem mora perto ou circula nas cidades, um reflexo de todas as políticas de inclusão que foram levadas a cabo nos últimos governos e que solapam a possibilidade de uma gestão territorial fundada nas práticas tradicionais indígenas. Essas pessoas, eu diria que hoje está passando de um terço da população Wajãpi para perigosamente a metade dela, vivem na beira da estrada, onde vivem mal: não tem mais caça, não tem mais *kooy* – lugares adequados para abrir roça – mas tem o carro do agiota que passa, para trazer dinheiro, compras de alimentos etc. Enfim, tem o carro para ir gastar o dinheiro na cidade, onde o dinheiro some, mas às vezes o dinheiro que volta um pouquinho o agiota pega, pega o cartão e leva. E, bom, quem mora na estrada fica sem nada, não tem o que comer, porque o dinheiro não compra qualidade de vida. Ainda bem, uma boa metade da população Wajãpi (são 1.500 hoje, quando eu os conheci eram 151, não sei se vocês imaginam a transformação), ainda consegue comer bem, sempre se deslocando entre aldeias distantes da estrada. Portanto, aprender sobre

gestão ambiental é aprender que o dinheiro não compra a qualidade de vida. Isso foi um dos focos do meu trabalho por lá.

É importante considerar que a Terra Wajãpi tem uma situação ainda privilegiada. Não é um lugar onde falta área para esse modo de ocupação baseado na mobilidade das aldeias, embora eles sempre comentem que a área demarcada é pequena demais... E que uma ampla faixa de ocupação nas margens da estrada apresenta degradação ambiental evidente. A TI é quase toda envolta e protegida pelo Parque, garantindo qualidade de vida não só aos Wajãpi, mas à caça que pode circular nas florestas densas da região.

Voltando às experiências mais recentes na TI Wajãpi, em que aprendem a gerir recursos monetários das políticas de inclusão e benefícios, também aprenderam a experimentar modos de recuperar áreas degradadas. A partir desse movimento, tentarei abordar problemáticas da sustentabilidade. Bom, a experiência é que os Wajãpi têm hoje parte de sua terra degradada por força deles mesmos. Não foi madeireiro que degradou, foram eles que se sedentarizaram, im-



Povo Gavião Pykobjê (Pyhcop Catiji), durante atividade de produção de mudas, na Terra Indígena Governador/MA (Amadeus dos Santos/Acervo CTI, 2019)

impactando caça, peixe, *kooy* (terra agriculturável, terra boa para fazer uma roça). Quando tomaram consciência da gravidade do processo, se interessaram em saber como poderiam controlar esse processo. Uma das experiências inovadoras, muito interessante e ainda em construção, resultou de uma parceria entre pesquisadores da USP, o Iepé e os Wajãpi. Um experimento que denominamos “aceleração de recuperação das capoeiras”.

Os Wajãpi perceberam que, nas aldeias mais estragadas da beira da estrada, se não plantar a majestosa *kumaka*, sumaumeira, nas aldeias mais estragadas da beira da estrada, não vai ter nunca mais.

Nos cursos de formação dos Agentes Socioambientais – chamados “ASAs” – trocaram entre eles muitos conhecimentos, descobriram que sabem explicar detalhadamente como se propagam as sementes, e aí perceberam que sementes de certas árvores, como *kumaka*, não irão cair na área do posto Aramirã e aldeias próximas, e por isso se animaram a tentar o experimento. Trata-se de selecionar sementes, criar mudas de árvores de grande porte, e depois plantar essas mudas em áreas que se encontram em um determinado estágio de capoeira, identificado como *Ysawypa*, que remete a um lugar onde a gente vê longe, porque as árvores já estão bem crescidas e que não tem mais cipoal. Escolheram esse tipo de áreas de capoeira para o experimento de recuperação, para que as mudas plantadas ajudem o lugar a alcançar mais rápido o estágio de uma capoeira recuperada; essas áreas são chamadas de *ojimõ ka’a é’e pa* (literalmente “se transformou completamente em *ka’a*). *Ka’a* é um conceito difícil de traduzir, porque não é simplesmente “floresta”, uma vez que esse termo para nós só remete à vegetação, enquanto para os Wajãpi *ka’a* é um lugar de moradia não só de árvores e plantas, mas de outras gentes não humanas. Ou seja, *ka’a* é onde há múltiplos habitantes, menos os humanos que não moram “na mata”. Os humanos são os que capturam e roubam um lugar no *ka’a* para fazer sua roça, que se transformará em aldeia, *taa*. *Ka’a*, enfim, é o lugar dos outros.

Portanto, recuperar capoeiras em estágio de quase *ka’a*, significa recuperar um espaço territorial para os outros, e assim poder viver com outros plenamente recuperados, antas gordas, plantas que dão frutas para outros bichos etc. Assim, podemos confirmar que *ka’a* é um amplo espaço resultante de valiosas experiências de manejo, antigo ou recente, ou seja, resultado do conhecimento refinado desses povos indígenas.

Continuo tentando me aproximar da noção de sustentabilidade. Apresento a imagem desse objeto Zo’é porque tenho dificuldade de fazer uma explicação desse conceito. Para mim, esse artefato evidencia a sustentabilidade dos conhecimentos e dos modos de vida indígenas. É um utensílio que os homens carregam em volta do pescoço, com a faca para trás e o isqueiro na frente, e que substitui um objeto que era usado até dez anos atrás, quando eles não tinham muito acesso às coisas dos brancos. Era uma plaqueta de madeira dura para afiar, e um dente de cotia, amarrados num cordel, exatamente como fazem agora. Essa é a imagem da sustentabilidade: saberes que se

transformam de forma criativa, se apropriando de novos elementos, mas mantendo o essencial: o utensílio é usado por gente que caça, que anda na floresta. Senão, simplesmente, o objeto não existiria mais. Teríamos os antigos de madeira e dente nas coleções dos museus e pronto. Mas não, no caso dos Zo'é, artefatos são atualizados constantemente, em acordo com a continuidade das práticas de uso do território. Os materiais novos, de metal, dizem os Zo'é, permitem afiar flechas rapidamente, permitem carnear melhor. E, obviamente, os Zo'é querem os melhores objetos, por isso eles escolhem e fazem seus artefatos para que sejam eficientes. O dente de cotia corta menos que aquela faquinha; acender o fogo com pauzinho é menos eficaz que com o isqueiro.

Para continuar mantendo sua qualidade de vida, precisam de apetrechos dos brancos, e aí eu quero fazer referência ao artigo do Gilberto, que tenho recomendado em todos meus cursos de "Antropologia e Desenvolvimento". A questão é: sustentabilidade depende da capacidade de uma população em assegurar as suas necessidades, que inclui o abastecimento em bens dos brancos, de maneira equilibrada. Sustentabilidade não é viver como os antigos, não é eliminar os bens dos brancos. Tanto é que precisa controlar, como entram e são distribuídos esses bens, colocando-os à disposição do modo de vida indígena, para que eles possam, com essas atualizações, consolidar as práticas e os conhecimentos que fazem com que existam florestas em suas terras.

Ka'a, para os Wajãpi, não é uma coleção de árvores, é um lugar conhecido, que não é da gente. Quando uma pessoa nova chega no posto e diz "Ai, índios, vocês moram na floresta!", eles ficam "Não, a gente não mora na floresta, a gente mora na aldeia!". Na verdade, investir em aldeias é também evidenciar que é preciso continuar andando, circulando, procurando lugares bons para viver. Quem hesitaria hoje em perceber que se vive melhor como um Zo'é caminhando dias a fio, só para ir pescar, porque a mulher dele está desejando comer o peixe que mora naquele igarapé específico? Até mais que os Wajãpi, porque eles são apenas 315 indivíduos e se distribuem entre mais de 40 aldeias. E finalizo essa parte para dizer que o modelo, o modo Tupi de mobilidade territorial, é uma coisa impressionante, acho que é inclusive possível comparar com a estruturação dos *tekoha* Kaiowá.

Por todos esses motivos, penso que temos o dever de erigir em inovação, a serviço do país, os modos de vida indígena, os conhecimentos deles na floresta, que eles souberam não somente manter em pé, como eles sabem gerir de modo tradicional inovador, graças ao aporte de objetos e de experiências novas. Eles sabem filtrar o que vem da gente para tornar sustentável seu modo de vida. Diz-se que a tecnologia é o futuro da gestão territorial e ambiental. Usar drones para fazer fiscalização dos lugares remotos. Será? Me lembro dos chefes Wajãpi, que ficaram tão felizes de empreender o trabalho gigantesco de eles mesmos fazerem a demarcação física de sua terra, porque eles podiam andar muito pelas matas com seus netos, lhes ensinar coisas importantes para nela viver.

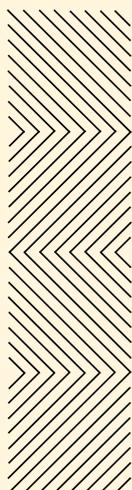
Se mandar o drone, legal, mas os netos não vão reconhecer, aprender, viver na floresta. É no caminhar que se pode identificar e ensinar com ínfimos detalhes a diversidade e os perigos de *ka'a*, perscrutar sinais da vegetação, do solo, da fauna, para decidir onde se pode morar, onde os filhos poderão voltar e onde eles não poderão voltar. São vivências importantes. Não tem tecnologia remota que substitua o caminhar na floresta. E é isso que está em perigo hoje, no meu entender.

E, para terminar, eu assisti ontem a fala de Gilberto Azanha que dizia que o CTI ou qualquer ONG, não poderia durar, mas durou. Eu tenho uma suspeita de por que as ONGs continuam atuando, mesmo que inovando, no indigenismo. Todos já conversamos muito a esse respeito, lembrando que as ONGs e seus projetos foram criados para serem projetos piloto, ou projetos demonstrativos PDA [*Projetos Demonstrativos Tipo A, apoiados pelo PPG7 – Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil nos anos 1990/2000*]. Projetos que deveriam ser experimentos, cujos procedimentos, quando bem sucedidos, deveriam ser apropriados pela política pública e aí, as ONGs deixariam de ser indispensáveis, a não ser para investir em novos experimentos e projetos pilotos. Os pilotos e suas metodologias foram apropriados pelas políticas públicas? Muito, mas muito episodicamente, e de forma quase sempre incompleta. Na verdade, os órgãos públicos ainda carecem de formação básica para poder atuar nas terras indígenas. Continuo querendo ver alguém da Secretaria de Educação do Amapá entrar em uma aldeia e compreender de fato as demandas indígenas; geralmente não conseguem dar ouvidos, porque não conseguem entender o que os índios demandam. Então, o que vai acontecer nos Zo'é, onde a equipe da ONG Iepé responsável pelas atividades de letramento tem

fluência na língua e andou por todas as aldeias, acumulando conhecimentos que nos permitem atuar respeitando as relações entre grupos familiares, orientar discussões sobre temas novos – como sustentabilidade, inclusive – além de preparar materiais didáticos adequados etc.?

“Projetos das ONGs não têm metas, não tem controle”, dizia o ministro do Meio Ambiente. Claro que têm metas: manter a floresta em pé, a partir da proteção e valorização dos modos de vida indígenas nessas florestas. O que significa que a meta é reconhecer e fazer reconhecer as práticas sustentáveis indígenas, protegendo-as do apelo imediatista de modelos de desenvolvimento insustentáveis, de curto prazo, dos projetos voltados a lucros capitalistas. Mas como se pode “verificar” isso? Será que os povos indígenas não estão afirmando o tempo todo que o que eles querem é um desenvolvimento atendendo suas demandas, respeitoso de seus padrões, ritmos e experiências históricas? Olhar para onde se conseguiu atender essas demandas, e garantir a continuidade desses modos de habitar, de se alimentar etc. Práticas de vida que não são voltadas ao lucro, mas que estão imensamente abertas à inovação, a experiências que venham consolidar esses modos de viver.

Portanto, as ONGs, com seus antropólogos formados nas Universidades, interessados em conhecer profundamente os povos com quem trabalham, continuam indispensáveis, Gilberto. Não é para acabar. Enfim, pessoalmente entendo que precisamos seguir, precisamos ainda trabalhar muito para demonstrar que essas comunidades sabem muito bem como devem controlar suas terras. Mesmo que alguns povos na região Amazônica, que são chamados (mas não são, cronologicamente) de “recente contato”, precisem de pessoas que tenham capacidade de mediar, no sentido de traduzir, de um lado a outro, para que haja entendimento. Não tem como evitar isso. Enquanto funcionários das secretarias de Estado não forem capazes de ficar mais que, sou generosa, três dias em uma aldeia. Em geral eles ficam algumas horas. Na terra Zo'é, onde só se chega de avião, tem de ficar um pouco mais – mas eles olham o relógio, eles não se dão conta que estão perdendo a oportunidade de renovar seus conhecimentos, aprendendo com as práticas, os saberes e o modo de vida desses povos. O problema é que todo mundo acha que já sabe o que é “o índio”. Aí que está o paradigma da sustentabilidade. Da gente não ter conseguido comunicar e repassar aos órgãos governamentais as nossas experiências piloto. A culpa é nossa, provavelmente.



ADRIANA RAMOS

Comunicadora social, assessora do Instituto Socioambiental (ISA).

Quero destacar o tema da política, que é onde tenho algum conhecimento, em especial falar da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas. Eu acredito que seja uma das políticas, talvez a política efetivamente construída de forma mais participativa no campo do indigenismo no Brasil, uma política que de fato teve um processo de participação, de construção de longo prazo, pautada pela ideia de autonomia, e que reflete aquilo que acreditamos que deveria ser a autonomia dos povos indígenas na gestão do território. Mas que, não só agora, nesse momento, como Jaime Siqueira já mencionou, é uma política que não tem orçamento, que o Estado não está pronto para implementar, e que desde a sua composição, ela já foi assim. Uma política que vem dependendo da cooperação internacional desde o seu início, desde o GATI [*Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena*], programa governamental conhecido como GEF [*Global Environment Facility, do Fundo Mundial para o Meio Ambiente*] indígena, até os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, os projetos apoiados pelo Fundo Clima, e todos os demais que são desenvolvidos com apoio da cooperação privada, por meio de fundações privadas internacionais.

Essa característica, por um lado, demonstra a incapacidade do Estado de incorporar efetivamente a política, uma política que tem um grau de amplitude que poderia dar conta de uma série de demandas que o Estado tem que atender nos territórios indígenas, mas, por outro lado, demonstra também a possibilidade de uma certa liberdade da apropriação dessa política no desenvolvimento dos Planos de Gestão, das formas de fazer, pelos próprios povos indígenas. Só que ela acaba sendo muito restrita, então vemos que a maioria das experiências de implementação são fundamentalmente na Amazônia, onde a cooperação internacional tem mais investimento, alguma coisa no Cerrado e na região de Caatinga, principalmente pelo Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, e muito pouco em outras regiões. Por um lado, esse processo da cooperação foi, digamos assim, privilegiado, ele foi possível um pouco por essa apropriação do vocabulário ambientalista, porque o Brasil deixou de ser beneficiário de muitos outros tipos de cooperação internacional nos últimos

anos, e é só na temática ambiental que ele se mantém um país sendo um dos maiores receptores de cooperação internacional no mundo.

O processo de incorporação, por exemplo, da PNGATI como um eixo de prioridade do Fundo Amazônia não foi um processo simples, foi um processo de convencimento. Jaime, então coordenador da Coordenação Geral de Gestão Ambiental da Funai, participou de várias reuniões, lideradas principalmente pela representação da COIAB no Comitê Orientador do Fundo Amazônia, com apoio da representação da sociedade civil, que na época eu tive a oportunidade de participar. Foi um processo muito longo, de várias reuniões, de discussão com a equipe do BNDES [*Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*], com a participação do governo, para fazer com que eles compreendessem essa relação direta entre projetos que a gente queria que tivessem uma amplitude de poder atender um conjunto de demandas bastante diverso, e não só aqueles indicadores objetivos ambientais que o Fundo Amazônia estava, digamos assim, começando a desenhar como suas prioridades. Então, como qualquer política, a efetividade da PNGATI vai depender obviamente da capacidade de apropriação e de manter a demanda aquecida para que ela seja pautada, seja no âmbito do governo federal, seja no âmbito da própria cooperação.

Hoje eu acho que a PNGATI ganha uma importância fundamental, porque é a política que tem o maior potencial de contraposição a essas propostas que estão sendo feitas pelo governo, que são propostas que vêm no sentido de descaracterizar o usufruto indígena exclusivo dos territórios, para então poder retornar ao questionamento dos próprios fundamentos do artigo 231. A forma de trazer a discussão, tanto da mineração quanto do arrendamento, para a agenda política vem muito nesse sentido. A gente não vai mais entrar no questionamento de quem é índio e quem não é, não vamos mais entrar no questionamento do não à terra, mas vamos estabelecer uma dinâmica pela qual você estimula uma lógica de apropriação do território que não é tradicional, que não é de usufruto exclusivo, que não é do uso autônomo do território, para depois poder dizer: “Olha, tá vendo, se você pode abrir mão do território para fazer mineração, se você pode abrir mão do seu território para outros utilizarem, então significa que todo o fundamento do uso tradicional e da ocupação tradicional do território está em questão”.

Eu acho que é um grande desafio para todos nós porque, do ponto de vista da política e do que está acontecendo no país hoje, e para nenhum indigenista isso é novidade – eu, pelo menos, comecei a trabalhar acompanhando o Congresso nesta pauta há 25 anos e o Bolsonaro já era uma das lideranças da bancada anti-indígena naquela época. Ele sempre teve esse discurso. Se tem uma agenda que eu acredito que seja uma agenda pessoal dele, é essa, aquela em que ele repete as mesmas coisas há 25 anos, então embora muitas coisas pareçam também cortina de fumaça nessa lógica perversa desse governo, a motivação pessoal do presidente nisso é muito forte, então precisamos ficar muito atentos, porque isso é uma ação que depende do Congresso, mas ao mesmo tempo ela vai ser construída pelo Executivo em diferentes frentes.

O enfrentamento disso vai depender muito da nossa capacidade de fortalecer as iniciativas de gestão autônoma dos territórios, dar visibilidade a elas, e isolar os casos que são, digamos, excepcionais do desejo e da intenção, ou do enfrentamento da realidade com aquela possibilidade de abrir o território à utilização de outros, para que isso não seja tomado como regra. Acho que tem um desafio grande de fazer exatamente essa discussão daquilo que é o interesse maior das coletividades e dos povos como um todo, e diferentemente daqueles que são casos pontuais em que essas iniciativas vêm acontecendo, com a capacidade de trabalhar as diferenças entre essas situações, para também não permitir que isso acabe agravando o processo de estímulo ao preconceito, de exclusão, porque tende a ser um pouco isso. Se você também vai valorizar o que é o uso tradicional, você acaba também fortalecendo um esforço que pode ser de criminalização daqueles que estão agindo diferentemente. Então é uma situação bastante sensível.

Hoje, no cenário que temos no Congresso Nacional, é muito difícil prever, mas o que a gente avalia é que o governo não tem facilidade de compor uma maioria constitucional, uma maioria no Congresso para mudança constitucional. A necessidade de ter dois terços para fazer uma alteração da Constituição é uma dificuldade muito grande para esse governo. Já o é para as pautas prioritárias e é mais ainda para pautas na qual você pode fazer uma disputa ali no dia a dia porque, como a discussão sobre direitos territoriais mostrou bem: se na época da construção da Constituição a gente contou com algumas personalidades que não eram necessariamente alinhadas à

causa indígena como apoio, hoje a gente vê muito isso. Esse bloco de centro que a gente vê no Congresso hoje, ele é muito diverso, muito mais diverso do que era antes, do ponto de vista do perfil dos parlamentares. A bancada ruralista reduziu, o que não significa dizer que ela não vai ter poder, mas ela reduziu inclusive qualitativamente. Boa parte das lideranças históricas da bancada ruralista perderam a eleição, não se reelegeram. Então, a gente tem um espaço maior de conquista de diferentes pessoas.

Tem um trabalho grande para fazer dentro do Congresso, para garantir que não seja possível mudar a Constituição e que, portanto, pelo menos a questão do arrendamento não ganhe legalidade. Quando a gente fala da mineração, já é uma situação diferente, a mineração é um projeto de lei simples, é uma maioria simples, é muito mais fácil, mas eu também acredito que não é uma coisa que a gente não possa disputar. Até porque, apesar de toda a oposição que o movimento indígena e indigenista interpôs ao Congresso nesse processo de discussão até agora, não foi só por isso que não foi aprovado o projeto de lei de mineração. Existe uma briga entre os setores da mineração que nunca permitiu que essa discussão avançasse também.



Laudicéia Guarani durante o barramento de uma nova *opy*, a casa de rezas guarani, na aldeia *Tenonde Porã*. (Vinicius Toro/Acervo CTI, 2014)

A PNGATI ganha uma relevância nessa perspectiva de que ela é um guarda-chuva amplo de possibilidades, onde permite-se dar visibilidade para as diferentes formas de apropriação do território já existentes e, portanto, colocar em xeque a ideia de uma hegemonização dos territórios, seja para o agronegócio, seja para a mineração. Acho que depende de um trabalho muito forte que tem que continuar fazendo no dia a dia e tem que continuar fazendo em campo, levantando esses projetos, apoiando essas iniciativas, fortalecendo e dando visibilidade a isso. Para que se possa garantir – aprendendo dessa resiliência e muito como o João Pacheco falou na discussão sobre direitos territoriais – que vamos passar por esse período, que temos que trabalhar para que ele seja o mais curto possível, e pensar então na reconstrução das bases das políticas que queremos ver, garantindo pelo menos que a base constitucional não se altere.



HIPARIDI DZUTSI WA TOP'TIRO XAVANTE

Geógrafo, Associação Xavante Warã e Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC).

Eu vou tentar traduzir como é essa questão da gestão, como a Dominique Gallois colocou, e como nós vemos. Então, eu vou me focar no meu povo, A'uwe Xavante. Nós temos oito territórios – ao contrário do que muitos afirmam, que são nove territórios. Isso é uma fragmentação que nós vivemos por causa da linguagem que a Funai tem usado. A Funai reforçou muito essa fragmentação. Eu vim como uma Associação, Xavante Warã. Warã é uma palavra que meu povo usa, que é o centro da aldeia, de onde vêm as decisões, as comunicações e outras coisas. Ao contrário de muitos, que nomeiam a associação sempre da origem, de seu avô, a gente nomeou uma coisa mais proposital para trabalhar abertamente com o povo A'uwe. Também estou aqui, como o Jaime [Siqueira] colocou, como Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado. Nós lidamos com seis regiões.

Quero falar da gestão. E o que seria a gestão para nós? No meio dessa confusão toda nessa geração? Para os mais velhos, a formação se faz assim: a aldeia seria o centro, onde os homens vão cedo e à noite e se discute onde vai acontecer casamento, caça, ritual, essas coisas. As casas seriam onde a gente mora, onde a gente vive; tem o quintal,

atrás das casas. Atrás do quintal (tem outro nome, na nossa língua) seria onde se faz nossas necessidades e onde se namora também. [Essa divisão] é sempre redonda assim, que a gente chama Morô. Na quarta faixa seria onde acontece a caça, a coleta, entre outras coisas. A última faixa seria a aldeia dos mortos, de onde começa a vida de novo, começa a viver de novo. Por isso que meu povo, quando perdemos alguém, raspamos o cabelo. Significa renascer. Isso nós chamaríamos de sustentabilidade. Onde a gente fura a orelha, como eu estou usando, seria uma forma de sustentabilidade, é diferente na forma como se entende e é traduzido.

²⁰ [N. E.] Terra Indígena Sangradouro/Volta Grande.

²¹ [N. E.] Terra Indígena São Marcos.

Nós temos três tipos de “colonização”. Eu sou da Terra Indígena Sangradouro²⁰, eu estudei no colégio Salesiano. Eu aprendi tarde a escrever e a ler, porque, na colonização, meu avô fugiu para Sangradouro, onde eu nasci, para evitar esse contato com a sociedade a que vocês pertencem. Então, são 65 anos de contato, para nossa região. O rapaz que está aqui é de São Marcos²¹, vão fazer 62 anos esse ano, em julho. Nossos territórios são fragmentados, são oito. Os dados da saúde falam em 25 ou 30 mil Xavante, mas a gente acredita que [existem] entre 18 a 20 mil Xavante hoje. Então, nós temos colonização na parte de Areões-Pimentel – mais para baixo, para quem tem um mapa. São colonizados pelos indigenistas, onde Pimentel Barbosa foi morto. Parabubure, São Marcos e Sangradouro, somos colonizados pelos Salesianos. Marãiwatsédé, que foi demarcada há pouco tempo, influenciada pelos salesianos. Terra Indígena Marechal Rondon-Culuene foi colonizada pelo Instituto Summer [*Summer Institute of Linguistics*], então a escrita diferencia muito, a fala diferencia muito, a interpretação das coisas também, muda bastante coisa.

Mudando um pouco de assunto... Eu não conhecia o CTI, não conhecia Gilberto [Azanha]. Eu, depois de um ato que nós fizemos na USP aqui, uma noite, eu fui voltando para casa e aí eu encontrei o Aluísio [Azanha], de cabelo comprido, magrinho... e ele parou, já era umas onze e meia, meia-noite, e falou: “Que que aconteceu?” Aí eu falei: “Meu carro quebrou.” E ele: “Então eu puxo o carro para você”. Eu lembro até hoje. Ninguém parou, mas ele parou. Então eu tive amizade com ele e assim que eu me aproximei do CTI.

Hoje, dentre os oito territórios, a Associação Xavante Warã vem trabalhando com sete territórios – o projeto que a gente chamou Gestão

Territorial Xavante. A gente está procurando ainda uma resposta até onde a gente vai na sustentabilidade e, se isso vai. O projeto Marãñã Bödödi é um caminho pela mata para interligação entre os territórios. Nós acreditamos que esses diferentes pensamentos que tem no meio da gente são uma fragmentação não só territorial, mas uma fragmentação espiritual e de comunicação entre nós. Há uma articulação que não acontece entre nós por causa disso. Se você olhar cada território, o território onde eu moro tem 110 mil hectares, e nós somos 3 mil e poucos indivíduos. Se a gente juntar tudo vai dar mais de 1 milhão, acho que 1 milhão e 600 [*mil hectares*], alguma coisa assim.

Como eu disse, eu estudei no Salesiano, e a minha terra, meu território, é influenciado pelos salesianos, e os outros não. Então, eu estudei e tentei vir [*para a cidade*] para entender melhor como que vocês interpretam a gente, e acreditava que se voltasse ia melhorar a situação, principalmente na questão do território. Foi o contrário, ficou mais complicado. A ideia nossa, enquanto organização, é esse projeto Marãñã Bödödi. Começamos a discutir em 2006, poucas pessoas começaram a sonhar com esse negócio, alguns chamam de utopia, porque vai ser difícil – tem municípios no meio, tem agronegócio no meio, plantação, e está acontecendo agora a rodovia, está voltando o projeto Água Limpa [*barragem no rio das Mortes*], tem outros empreendimentos no meio da gente. Mesmo assim, a gente vem sustentando que vai ser possível interligar, não desapropriar os municípios, mas pelo menos que deixe o rio das Mortes, que é o nosso elo, que deixe a mata ciliar do jeito que está. A cabeceira do rio das Mortes está fora do nosso território, e todos nós sabemos que a maior parte das Terras Indígenas estão fora da cabeceira, as cabeceiras dos rios estão fora dos nossos territórios. Então para fazer aquilo que a gente quer fazer é complicado.

O que seria gestão, também? Muitas vezes o Hapyhi [*Hapyhi Krahô*] me disse. Os nossos falavam isso e eu não dava muita atenção, porque, como a Dominique colocou aqui, tinham 12 aldeias e agora tem 44 aldeias Wajãpi. Se você somar as aldeias dos oito territórios, vai dar mais de 500 aldeias. Hapihy uma vez disse assim para mim: “O que você acha, Hiparidi?” Porque, para mim, uma aldeia pequena que não faz ritual, não é uma aldeia. Para o nosso conceito A’uwe, a aldeia pequena que não faz ritual não tem gestão territorial. Um único território de Sangradouro, a minha terra, faz o ritual em

uma aldeia. Os outros territórios fazem seus rituais em três aldeias grandes. A gente tenta manter esse processo para poder facilitar o diálogo e encontro que nós temos quando a gente tem um ritual.

O que a gente tem chamado de gestão, por exemplo, é difícil traduzir. Quando se pergunta assim: “Mas o que seria a gestão territorial para vocês, no ponto de vista de vocês?” Primeira coisa é manter a língua e manter os rituais. Isso seria gestão. Você faz essa gestão para você se manter vivo enquanto povo. Se você não tiver mais rituais, não está fazendo mais gestão – muitas aldeias pequenas, por exemplo, só vivem da escola ou a escola ocupa [*demais*] o tempo. Não está usando mais o território, o território está parado. O projeto Marãã Bödödi tenta discutir essa questão toda, para tentar provocar cada vez mais. Quanto tempo nossas crianças gastam hoje para ir para a escola, por exemplo? É muito tempo. Essa é a realidade no país todo, no país indígena. É complicada [*a questão*] das escolas. Quanto você mais aprende a falar português, aprende a escrever, a escrever projetos, você está deixando de usar o território, você está usando mais essa coisa do papel. Como a Dominique [*Gallois*] colocou, não consegue mais falar em 15 minutos se não tiver anotação, entendeu? A memória, que é importante para o ser humano, desaparece. A academia está acabando com isso, [*cada dia*] mais usa anotação.

Então, assim, realmente é difícil falar o que é gestão. O que a gente chama de gestão, por exemplo, é a sustentabilidade como vocês deveriam chamar. A gente tem pedido muitas vezes para Funai que a gente tivesse uma ação coordenada. O que é ação coordenada? É que a gente tivesse um controle da ação que entra em nossos territórios. A gente procura fortalecer as organizações. Meu povo não sabe viver com a organização. Para nós, [*a opção de trabalho*] é ser professor (tem muitos professores), trabalhar na saúde. Como todos os povos indígenas no Brasil, é isso que acontece com a gente: saúde, educação, prefeitura, nós estamos indo muito para fora. E nosso projeto está falando o contrário. Se a gente controlar os projetos que entram nos nossos territórios, acho que a gente consegue fazer o que a gente chama de gestão territorial ou sustentabilidade, que é aquilo que a gente quer.



PAULO MARUBO

União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja).

Era para eu estar falando na minha língua, mas como ninguém entende, os outros povos também não entendem, eu vou me expressar um pouco em português. Eu ia falar um pouco da gestão territorial. Eu não sei o que significa exatamente gestão territorial, esse nome bonito. Para mim, é um nome bonito em português. Muitas vezes o branco, o próprio governo, não pratica, não põe isso em prática, só destrói. Então, parentes (eu costumo chamar “parente” nas nossas reuniões e mobilizações), eu queria falar um pouco do que o Hiparidi falou. Uma visão dos povos indígenas.

Para nós, na verdade, cada povo indígena faz a gestão do seu território do seu jeito. Por exemplo, nosso povo do Vale do Javari, hoje se considera *manãnawa*, na minha língua. Nós somos *manãnawa*. Por quê? Porque, para o povo indígena, o branco é aquele ser humano que vive e vivia na beira do rio, na beira dos lagos, na beira dos mares. Então aquilo, para eles, era um povo que vivia na beira do rio. Hoje, nós fazemos parte desse povo que vive na beira do rio, dos lagos, se alimentando de peixe. Os índios, os indígenas, eles não se aproximavam muito dos lagos que existem, dos grandes lagos que tem [por aí]. A gente se considera como *manãnawa*. O *manãnawa* também, para eles, é aquele que manuseia a tecnologia, que se alimenta de algo industrializado que não existe no mundo do índio, que o índio não se alimenta. O branco também é aquele que fabrica o motor que o índio não consegue fazer – ele sabe que aquilo ali existe, como meu parente aqui falou, mas eles conseguem descrever a partir dos espíritos; eles sabem que aquilo ali existe, mas que também faz mal para a nação deles. E o branco faz um som mecanizado, que também é poluição sonora; no mato não existe isso. Para mim, esses meios são os que, quando se trata de gestão territorial, os índios da maneira deles cuidavam. Ninguém fazia muito barulho lá no mato, você não escutava o tiro de espingarda, o caminhão. Hoje nós temos a pista de pouso dentro da nossa aldeia, nós temos o motor (rabeta) no nosso porto, temos casa de repouso diferente da dos nossos anciões. A gente usa essa camisa aqui, que para eles faz mal. Tudo que a gente está manuseando, vestindo, consumindo, faz mal, e a gente está sofrendo as consequências. Há vários tipos de doenças que eles não conseguem curar.

O branco fala que os índios são problemáticos, que só trazem problema. Na verdade, quem leva problema para o índio são os próprios brancos. E os índios estão lá no seu território, fazendo gestão da maneira deles, cuidando do seu território, sem precisar de dinheiro para comprar seu alimento e para ter sustento para sua família. Essa é a maneira deles viverem, de sustentar, de monitorar o seu território. E, quando nós percebemos, nós já éramos *manãnawa*. *Manãnawa* é aquilo que eu falei, tudo isso que a gente vê aqui, que vocês fazem porque vocês são os *nawa* [não indígena]. Olha só, eu já estou escrevendo, eu já faço parte da sociedade de vocês. Eu estou com a camisa aqui, eu já faço parte da sociedade de vocês. O relógio, que nem meu povo usa, entendeu? O que eu quero dizer com isso é que a gente percebeu que existem as consequências que a gente sofre. A gente já participa das eleições também. A gente só tem contato no momento da eleição, da campanha, a gente é lembrado apenas nesses momentos.

A gestão: a gente cuida do nosso território da nossa maneira. E agora, enquanto *manãnawa* que somos, a gente está se organizando. A gente criou uma organização justamente para defender nosso território. Estamos nos organizando para confrontar, defender, brigar, lutar pelo nosso direito, para garantir nosso território. Não somente para nós



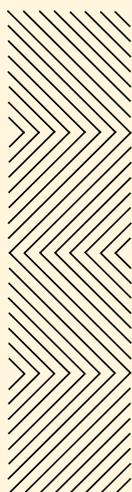
Medição dos filhotes de bichos de casco durante oficina de manejo de quelônios junto ao povo Marubo - Terra Indígena Vale do Javari/AM.
(Liriann Chrisley Silva / Acervo CTI, 2019)

que temos contato, mas também para aqueles que estão no mato, que não têm contato, que não sabem se defender politicamente. Eu vejo vocês aqui, os parceiros, os indigenistas, mas eu gostaria de falar isso pro governo. Eu sei que vocês são iguais a nós, vocês defendem o meio ambiente, de modo geral. Defendem o povo indígena. Agora, aquele que não gosta de índio é para quem eu gostaria de falar. Como diz o meu próprio parente de recente contato: “Manda o Bolsonaro vir aqui com nós que eu quero negociar com ele”. O que ele quer dizer com isso? Ele quer cacetar com o cacete dele.

A gente está se organizando graças aos parceiros, às ONGs, às instituições não-governamentais, porque se não fossem essas ONGs, talvez a gente não conseguiria garantir o nosso direito na Constituição Federal, que é tão falada, a de 1988. Então a gente só conseguiu através desses parceiros. Hoje, eu pelo menos, particularmente, tenho o maior respeito por essas organizações não-governamentais, porque se não fossem vocês, talvez a gente não existisse mais. Nós estamos muito preocupados com o nosso território. Por exemplo, lá no Vale do Javari, uma área tão grande, quase 9 milhões de hectares, e a gente não tem recurso para garantir, para sustentar, para proteger, para fazer a fiscalização. Ainda mais que é uma área de vulnerabilidade, uma área de fronteira. São três fronteiras lá: Peru, Colômbia e Brasil. A gente não sabe o que fazer. E existe lá o maior número de índios isolados do mundo, segundo o estudo do governo. Então a gente está buscando apoio, estamos contando com vocês para conseguir garantir, proteger e fazer a gestão do nosso território, e que o Estado reconheça esse nosso trabalho, essa nossa preocupação, essa nossa iniciativa de fazer gestão, os próprios indígenas fazendo esse tipo de gestão no território.

Agora, sustentabilidade, pro meu povo, é diferente. Aquilo que eles produzem eles não conseguem comercializar, ou seja, não é permitido comercializar. O que a gente quer, nesse momento, é garantir o nosso território. Já que foi demarcado e homologado, a gente pede ao governo que está aí para não reduzir, porque ali também existem os índios que não têm contato. Eu não sei se eu ofendi alguém, mas desculpa. Essa é a forma de eu falar. E aqui, eu estou enquanto representante falando em nome daqueles que não têm contato. Repito novamente, eles não sabem se defender, eles não conhecem esse mundo que a gente está levando. Eles não sabem se o Bolsonaro existe e se ele é anti-indígena, não sabem. Então a gente está aqui, agradeço

o convite do CTI, CTI sempre foi parceiro, assim também como as outras organizações indigenistas que deram essa força para os povos indígenas fazerem movimento e se manifestar, com intuito de fortalecer essa nossa política do movimento indígena.



TERRI VALLE DE AQUINO

Antropólogo, Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre).

Não sei nem o que falar para vocês, mas vou pedir para a rainha da floresta iluminar o meu pensamento, para ver se eu digo algumas palavras nesses poucos minutos. Por onde eu poderia começar a não ser pelo aniversariante de hoje, não é? De hoje, ou desse tempo. Há 40 anos atrás, quando estava nascendo o CTI e outras organizações pró-índio, se estava discutindo uma questão importantíssima para a sociedade brasileira que era a questão da emancipação dos índios, a perda de direitos. Tinham as Pró-Índio como a de São Paulo, que foi uma das primeiras, Comissão Pró-Índio do Rio de Janeiro, que nem existe mais, a do Maranhão também, que não existe mais. As Anais [Seções da Associação Nacional de Ação Indigenista] estavam surgindo nessa época, o Cimi também estava muito atuante – começou pelo menos a mostrar sua cara mais intensamente em 79, final da década de 1970.

Enfim, é essa a questão que, há 40 anos atrás, no nascimento do CTI e dessas outras ONGs, estava sendo colocada para o povo brasileiro. A ditadura queria emancipar os índios, tirar os direitos dos índios, e sobretudo seu direito territorial, que é o fundamental, o básico. O CTI estava surgindo nessa época, e eu me lembro de ter sido convidado pela Comissão Pró-Índio do Rio de Janeiro para um ato público na ABI [Associação Brasileira de Imprensa], contra o decreto de emancipação da ditadura militar. Foi interessante. Alguém falou um negócio de comunicação, não deu nem muita gente no ato público da ABI. Mas antes de começar, um pouquinho antes de começar o ato público da ABI, veio aquela conversa louca “olha, vamos esvaziar o auditório da Associação Brasileira de Imprensa, da ABI do centro do Rio de Janeiro, porque uma bomba vai explodir dentro desse auditório”. E aí saiu todo mundo. Eu estava com duas lideranças indígenas. Aliás, até por uma orientação espiritual que eu tenho, para onde eu vou eu gosto de estar com os índios junto. E eu vim aqui com um índio acreano e eu

gostaria de colocar ele na mesa também para ele falar algumas coisas, depois eu vou dizer por quê. Mas enfim, uma semana depois, a Comissão Pró-Índio pôde realizar o ato público que não estava podendo, que não pôde realizar aquele dia. Olha gente, o auditório da ABI não cabia mais gente, todos os jornais do Rio de Janeiro, todos os alternativos do Rio de Janeiro foram para esse ato público, ouvir os índios falarem, porque eu falei muito pouco. Eu digo “olha, gente, eu só quero retribuir, eu só estou aqui fazendo uma retribuição”.

O pouquinho que eu sei sobre seu parentesco, suas histórias mitológicas, eles que me ensinaram e agora eu estou trazendo eles para a minha sociedade também, para eles falarem deles mesmos, sabe. Retribuindo também essa grande ajuda que eles me deram para eu me formar em mestrado na UnB [*Universidade de Brasília*]. E a gente começa a trabalhar com os índios e sempre alguém chega e diz: “Puxa, você está usando meu pai, você colou no meu pai, onde meu pai vai, você vai atrás. Ajuda ele! Concretamente. A financiar. Os bancos brasileiros, o governo brasileiro está financiando a abertura de seringais nativos, está custeando a safra da borracha, tá financiando seringais de cultivo na Amazônia. O meu pai é dono de um seringalzinho, pequenininho, mas é um seringal. Por que você não ajuda ele a se financiar também, para que ele possa gerir seu seringal?”.

Essa ideia de gestão ambiental os índios vêm fazendo há muito tempo lá no Acre. Sobre seus territórios imemoriais tradicionais do tempo das malocas, se constitui uma outra territorialidade, que é a do seringal, que também tinha sua maneira de gerir os recursos. A estrada de seringa era uma coisa sagrada, não se podia botar roçado dentro das estradas de seringa. Cortar a madeira tinha que ser com técnica, na entrecasca, não poderia ferir o caule daquela maneira, senão aquilo ali não era sustentável. No ano seguinte, você ia cortar na outra safra e aquilo virava um nó, eram veias, então tinha que entender da ecologia da árvore para poder cortar seringa. Essa gestão ambiental já era feita no tempo dos patrões e os índios. Até para morar na floresta eles tinham que pagar aluguel do uso dessas estradas de seringa. O “aluguel ambiental” para viver na floresta. Eles tinham que pagar uma renda e essa renda não era só para explorar os índios e os brancos seringueiros que vieram do nordeste. Era também para dizer que eles não eram donos do lugar, eles tinham que pagar assim como eu pago um aluguel de uma casa.

Quando surgiu essa coisa de etnomapeamento, de indicativos de Plano de Gestão, eu fiquei pensando, e eu achava que aquilo fazia parte da formação agroflorestal indígena. Os trabalho com os Agentes Agroflorestais Indígenas começou bem antes, acho que em 1996, no Acre. E veio de dois projetos que a Comissão Pró-Índio do Acre trabalhava: educação e saúde. A interface desses dois projetos foi que criou isso. Foi uma pessoa muito sensível que trabalhava na CPI-Acre que fez isso, o Renato Gavazzi. Ele é um artista, ele que bolou essa ideia de juntar dois projetos, saúde e educação, para criar uma coisa ambiental também. Tem uma grade de formação curricular para o Agente Agroflorestal Indígena, e a parte de saúde era de soberania e segurança alimentar. Não que os índios passassem fome. O Gilberto [Azanha] foi lá no Acre conhecer esse trabalho lá, ele percebeu como o povo come bem. Era mais na parte das vitaminas. Tem muita proteína, carboidrato, isso os índios têm muito, mas a coisa da vitamina não. Tem aquelas frutas da floresta, mas é temporário e têm que ser divididas com as caças, não é só para os humanos.

Eu achava que não pode ter gestão ambiental sem território. E eu ficava pensando que não se pode pensar gestão ambiental sem os Agentes Agroflorestais Indígenas, que é uma categoria profissional. Quando eu voltei do Rio de Janeiro e vim aqui para São Paulo, eu conheci o pessoal do CTI por acaso, o Gilberto Azanha veio falar comigo: “Pô, você está com dois índios aqui, e tal. Nós acabamos de criar o Centro de Trabalho Indigenista”. Ele foi criado em março de 1979, e eu vim em abril, e já estava fazendo uma carteira de projetos para mandar para a Alemanha, para a Copa do Mundo da Alemanha. E ele disse: “Você não quer participar também? Não quer ficar aqui em São Paulo, fazer o projeto também? O projeto é muito importante pros índios, para a luta específica deles. Nós criamos uma organização aqui em São Paulo, não para usar o índio como símbolo da luta contra a ditadura ou contra os decretos. Nós queremos ajudar concretamente os índios”. Foi isso que eu ouvi pela primeira vez, há 40 anos atrás. Eles estavam falando sobre isso. E é importante. Eu falei: “Claro, Gilberto. Isso caiu do céu, é isso que eu ando atrás, também não estou a fim dessa luta grande contra a ditadura. Quem sou eu... eu sou pequenininho e eu queria ajudar os Kaxinawá, eles são meus amigos também, como os Krahô são teus amigos e você está fazendo projetos para ajudá-los”. Isso caiu do céu, foi uma coisa muito bonita. Em dois anos, nós tiramos os brancos de dentro da terra com esse projeto do CTI.

Eu falo de demarcação “sociológica”. Tem a demarcação física que é um ato de engenharia, de topografia, você paga uma empresa para fazer isso, mas processo de demarcação de terra, como bem demonstrou a Auxiliadora [Maria Auxiliadora Leão], é um processo. Que começa com a identificação, delimitação, declaração, o ato físico, depois ainda tem o processo de registro nos cartórios municipais onde a terra está inserida, e cadastro no Serviço de Patrimônio da Secretaria da União. Essa experiência de entregar o barracão na mão dos Kaxinawá,



Beatriz Guarani exhibe ramas de *jety*, batata-doce, na roça da aldeia Tape Mirim. (Luiza Calagian/Acervo CTI, 2019)

pagar as dívidas deles com os patrões anteriores para eles ficarem libertos, porque era um cativo da dívida, mostrou que a luta pela terra passou também pela luta pela libertação da borracha. Isso era uma novidade. Fomos descobrir que antes de demarcar terra pros índios, no Acre, era preciso libertar a borracha para os índios e acho que esse projeto do CTI ajudou na libertação da borracha e aí a terra veio por acréscimo.

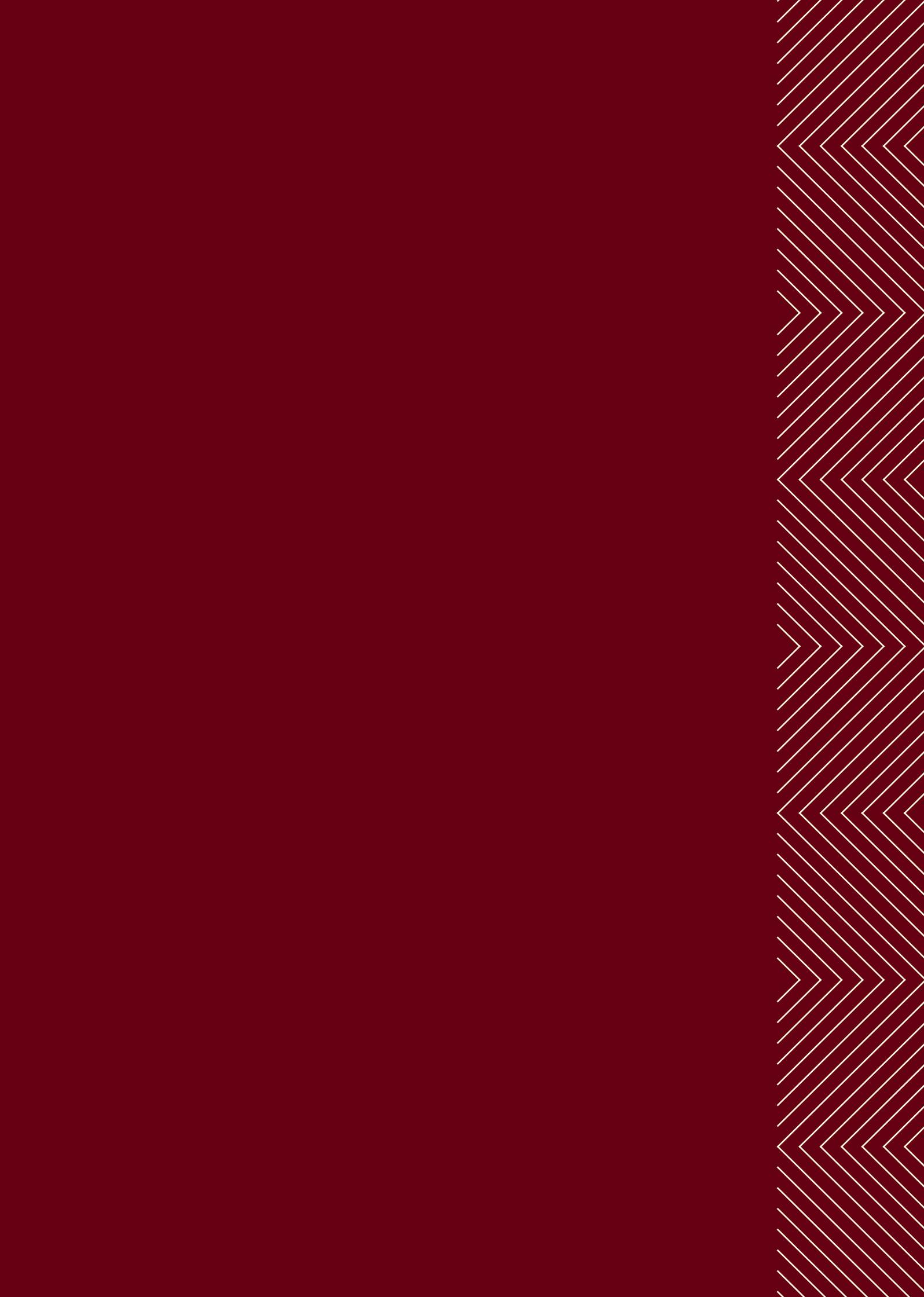
Quando eu fui discutir pela primeira vez com os Kaxinawá qual era o território deles, o que eles queriam com o território, propus fazer um mapa mental. E eles me disseram: “É simples, queremos todos os seringais que estão

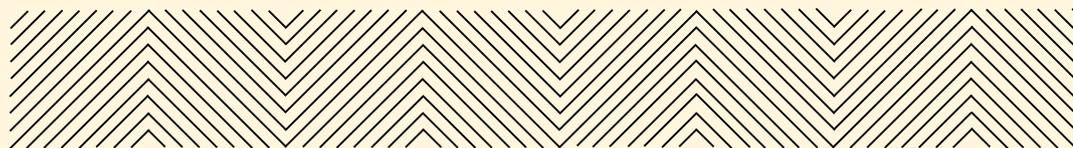
dentro do Rio Jordão, nós queremos os seringais que estão no Rio Humaitá”. O seringal era a ideia de território. Aquele que massacrava, que escravizou, aquele que tomou o território, e aquele que iluminou a conquista da terra, o que era terra indígena Kaxinawá. E para vários povos indígenas era o seringal.

Eu quero agradecer ao CTI por eu ter encontrado vocês. Vocês caíram do céu ou eu caí do céu por causa de vocês, não sei quem foi. Foi o João Pacheco e o Anthony Seeger [que me convidaram] para ir ao Rio de Janeiro. Eu disse: “Eu vou, mas eu vou ter que levar as lideranças indígenas com quem eu trabalho, porque essa é a orientação espiritual

que eu recebi da floresta, tomando ayahuasca com os índios”. Eu tive uma experiência espiritual muito forte, e conversei com esses grandes espíritos da floresta assim como eu estou conversando aqui com vocês. Eles são muito legais também, não eram autoritários nem nada, eram bastante democráticos nas minhas discussões com eles, porque eu questionava muito. Eles sempre falaram: “Você vai, mas sempre, onde você for, você leve os índios, porque aí está o segredo. Não faça sozinho, nada”. Por isso que, aceitando esse conselho dos espíritos da floresta, foi bem em 1979 que eu tive essa experiência. A ilusão é quando você toma ayahuasca e vê um monte de coisa, caleidoscópio. A miração é quando aquilo acontece na sua vida. E encontrar o CTI foi parte da minha miração, que dizia que havia pessoas que iriam ajudar concretamente os índios, e me dizia que eu não podia perder as oportunidades, quando elas aparecem, “se agarra nelas”. Antes de conhecê-los eu já tinha ouvido falar de vocês, embora sem saber quem eram, nem nome tinha. Mas vi que eu ia encontrar essas pessoas que iam ajudar concretamente o povo Kaxinawá a se libertar, libertando da borracha, libertando seu território.

A compreensão é de que, na Amazônia, quem domina o território é quem domina a esfera da comercialização. Quem está com a mercadoria é quem manda e diz como vai ser gerido o território. Isso tinha que estar na mão dos índios, como eu vi na minha miração. E vi também que eu ia encontrar pessoas que iam me ajudar com dinheiro, projetos, para que os índios tivessem mercadoria para eles se libertarem. Estão vendo a complexidade das coisas?





mesa 3

indigenismo: da ditadura militar ao cenário atual, perspectivas do futuro

Dia: 29.03

horário: 16h30 às 18h30

local: Sala 14 da FFLCH/USP

Angela Kaxuyana | APIB

Carlos Marés | UFPR

José Augusto Laranjeiras Sampaio | Anáí-BA

Gilberto Vieira dos Santos | Cimi

Paulo Santilli | UNESP

Paulo Karaí | APIB

Ivar Busatto | Opan

Debatedor: Gilberto Azanha | CTI



ANGELA KAXUYANA

Bacharel em administração, com pós-graduação em gestão ambiental, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

Primeiro, é um desafio estar só eu de mulher entre homens para falar de um tema muito difícil. É uma responsabilidade enquanto mulher indígena, que sofreu as atrocidades da ditadura. Quero saudar as lideranças indígenas que me antecederam nesta mesa, que realmente trouxeram uma realidade do que somos enquanto povos. A nossa fala não está desconectada. Queria falar em especial sobre a fala do Jonas Gavião, sobre quando ele disse que não devemos falar “etnia”, porque eu não sou etnia, eu sou povo. É uma coisa que ele trouxe. Outra coisa que chamou a atenção é que sempre somos taxados de preguiçosos. Eu fico pensando que, na verdade, os *karaiwa* (não indígenas), costumam repassar aquilo que ele não consegue para os outros. O *karaiwa* tem preguiça de aceitar, de respeitar a nossa diversidade, por isso que chama de tribo ou de índio, porque tem preguiça de chamar de Xavante, tem preguiça de chamar de Kahyana, tem preguiça de nos entender enquanto diversidade. Então, os preguiçosos são os *karaiwa* e não os povos indígenas. Eu sou Kahyana e Katxuyana, porque eu sou de uma região de povos que se reconhecem enquanto “yana” e os “yana” nunca pertencem só a um povo, somos de vários povos, de misturas. Sou do extremo-norte do estado do Pará, na fronteira do Brasil com o Suriname, bem aqui pertinho. Sou membro da Coordenação Executiva da COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), que é base da APIB, a qual o Paulinho Karaí mais cedo citou.

Eu fui convidada pelo CTI, quem eu queria parabenizar pelos 40 anos, e dizer que a primeira vez que eu escutei falar de CTI eu era criança, ainda. Morava no Parque do Tumucumaque. Quando falavam da Dominique Gallois a gente achava que era a dupla, Dominique e CTI. E a gente ficava com raiva dessa dupla que nunca chegava na nossa aldeia, só ia lá para os Wajãpi. Rolavam as fofocas pelo rádio: “A Dominique e o CTI foram na aldeia Wajãpi”. Ah, por que que eles nunca vêm aqui, esse tal de CTI a gente nunca viu. E uma vez a Dominique foi lá na Missão Tiryó e eu me lembro um pouco. Ficávamos curiosos de conhecer o tal CTI, não sabia se era homem ou mulher. Quando eu finalmente conheci o CTI, depois de 30 anos praticamente, foi lá na

aldeia Kaxpakuro. E não foi nada fácil nos conhecermos, não é, Priscila? Foi quando a Priscila foi lá falar do projeto de proteção aos povos isolados e quando a gente se conheceu, foi no sentido de entender o que era de fato o trabalho do CTI.

Hoje eu tenho a oportunidade de acompanhar muitos trabalhos, principalmente na questão de proteção dos povos isolados na minha região e nas outras regiões enquanto COIAB, saber da importância de todo esse trabalho e de toda essa história que todo mundo vem contando desde ontem, na mesa de abertura. Então, é um processo que nos traz para a reflexão da importância não só de um trabalho de uma instituição, do nome de uma instituição, mas das pessoas, do compromisso, do envolvimento e da doação de cada um de vocês. Essa é a importância para a gente enquanto povos indígenas, porque quando a gente passa a aceitar, confiar em uma instituição, é a partir das pessoas. A gente aprende a acreditar naquelas pessoas que estão indo nas nossas aldeias falar pela instituição. Parabêniso por esse trabalho de 40 anos, que trouxe também transformações grandes em pouco tempo. Apesar de parecer muito, considero pouco tempo para várias transformações.

Entrando na temática, como eu falei, é um tema muito difícil. Principalmente para mim, por duas razões: primeiro, eu sou relativamente jovem; e também por ser a segunda geração de um povo que sofreu as consequências dessa ditadura. Eu queria primeiro trazer uma reflexão em torno do começo e o fim da ditadura. Quando foi que começou a ditadura e quando foi que terminou? Eu acho que são vários tempos de começo e fim. Para o contexto da Amazônia, para as Terras Indígenas, a ditadura nem acabou em algumas regiões, ela continua lá, escondida, camuflada. Muitas coisas acontecem que não são levadas para fora da aldeia. Para nós, que somos de uma geração mais jovem, quando a gente escuta essa palavra “ditadura”, a gente pensa naquelas cenas que geralmente aconteciam nas cidades, a cavalaria, os militares, o povo apanhando, pimenta. Só que a ditadura foi muito além disso, principalmente quando se fala de povos indígenas. Muita coisa que foi gerada, que foi planejada, pensada na ditadura, para os indígenas ela aconteceu de forma bem escondidinha. Muita coisa que aconteceu naquela época não temos nem o registro.

Por exemplo, na Comissão da Verdade, quando o relatório sobre as atrocidades que os povos indígenas sofreram saiu, não tinha a metade

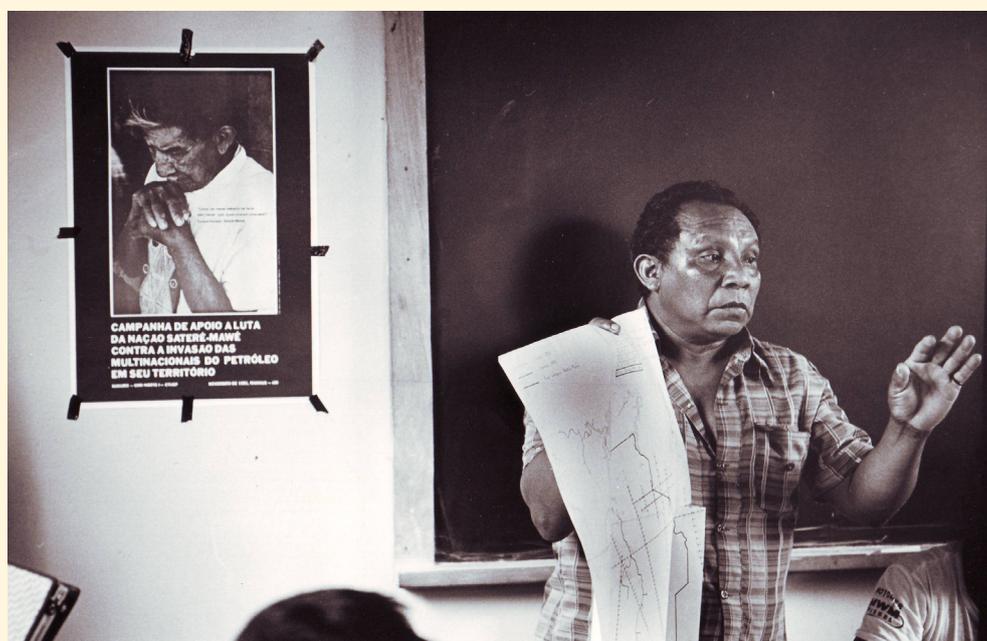
do que aconteceu, porque não se tem registros de fato do que aconteceu e do que continua acontecendo com os povos indígenas. Claro, a gente cita alguns fatos importantes, como o massacre do povo Yanomami, dos Waimiri-Atroari, da questão dos Suruí Aikewara na guerrilha do Araguaia, da transferência dos Panará, mas é muito pouco registro, muito pouca atenção da própria situação dos povos indígenas que tiveram a sua vida, seu território impactado pela ditadura militar. Não se fala, por exemplo, da transferência dos Kaxuyana, dos Kahyana e outros yana da região, que não compõe esse relatório da Comissão da Verdade.

Quando a gente fala da ditadura, a gente associa muito aos acontecimentos nos grandes centros, associa só ao que foi mostrado e minimamente registrado na época, que hoje há registro, mas não se rememora que Belo Monte é um projeto da ditadura. A gente não consegue, às vezes, fazer essa ligação de que a ditadura continua. Ela continua, tanto é que construíram Belo Monte em cima da vida dos povos indígenas. Então é por isso que a gente continua perguntando: quando realmente acabou a ditadura? Acabou para quem? Acabou onde? É necessário trazer essa reflexão, quando a gente fala das outras hidrelétricas – que foram todas projetadas e pensadas na época da ditadura e hoje infelizmente estão aí, sendo colocadas em pauta para que possa ser concretizado o grande sonho dos militares, o grande sonho desse governo aí.

Muitas atrocidades aconteceram, não só no meu estado, mas em vários locais da Amazônia e o povo continua sofrendo essas consequências. Recentemente (tem um mês, dois meses) foi anunciada a visita de três ministros à Terra Indígena Parque do Tumucumaque, é exatamente a continuidade da ditadura militar. Isso acaba nos assustando, porque a gente vê que a ditadura está aí, continuando na nossa cara e a gente não consegue entender, enquanto sociedade, ou não quer ou tem preguiça de entender, a gravidade do retorno desses projetos. No caso da estrada que passaria, ou que tem um projeto que passa dentro da TI Parque do Tumucumaque, que atravessa territórios ocupados por povos de recente contato ou de isolamento voluntário, ou de povos que têm contato há muito tempo mas não falam português, para vir para um debate de fato igualitário nesse processo. É uma estrada que liga o estado do Pará até o Suriname.

Dentro desse contexto, eu queria dar um exemplo de um dos cenários que a ditadura trouxe, enquanto impacto direto aos povos indígenas.

Teve a transferência dos Panará, o próprio Parque Indígena do Xingu é uma parte da ditadura, porque muita gente esconde, acha que foi tudo bonitinho igual o filme mostrou – que os irmãos Villas-Bôas foram lá, juntaram todo mundo. Não é. Na vida real, lá nas aldeias, não foi assim. Muita gente morreu, muita gente foi obrigada a viver na aldeia do seu inimigo, a abrir mão do que é ser um povo para poder conviver com os outros. E, nessa mesma época, meu povo foi transferido. Chama-se Kahyana ou Katxuyana porque tem um rio chamado Kahu, na língua, que vocês conhecem como Trombetas. Em 1968, meu povo foi arrancado daquele território, arrancado pelo próprio Estado. Quando pensamos o que foi realmente a ditadura, não foi só a presença dos militares, a ditadura chegou nas aldeias muitas vezes vestida como a própria Funai. Chegou também vestida pelos missionários, pelos próprios agentes de Estado. A ditadura não foi só aquilo feito pelos militares com a cavalaria, vestido de militar. Nessa época, mandaram seus representantes até lá, disfarçados de amigos, para dentro da aldeia. Meu povo foi transferido pela Força Aérea Brasileira e pelos missionários franciscanos, do território tradicional Katxuyana-Kahyana para o Parque Indígena do Tumucumaque.



Raimundo Ferreira da Silva, do povo Sateré- Mawé, explicando para os Sateré-Mawé o mapa de trabalho da Elf-Aquitaine. Na parede se vê o cartaz da campanha contra as invasões da Elf-Aquitaine. (Sonia Lorenz/Acervo CTI, 1982)

Diz a história registrada, que a gente sabe que é tudo mentira, que houve epidemia. E para salvar os índios (o velho salvamento dos índios) tiraram eles de seu território. Em 1968, meu povo foi retirado de avião

militar e o avião pousou lá no local e pegou todo mundo. O povo nem sabia o que estava acontecendo, eles pegaram as crianças, os velhos – que sempre falam que foi o dia mais triste da vida deles porque eles nem sabiam o que estava acontecendo – e foram só enfiando eles todos dentro do avião militar. Vocês imaginem... só de olhar o avião militar já dá medo, imagina colocar todos os parentes lá dentro. Coincidência ou não, alguns anos depois chegam os grandes empreendimentos na região: o projeto da hidrelétrica de Cachoeira Porteira e as grandes mineradoras da região do Trombetas que até hoje permanecem – alguns projetos, em função do próprio movimento indígena e não só, mas também dos quilombolas e das populações tradicionais, ficaram adormecidos até este governo vir.

Um dos primeiros anúncios que este governo trouxe foi exatamente a reativação destes projetos, nessa região, nesse território. De 1968 até o final dos anos 1990, meu povo permaneceu na TI Parque do Tumucumaque, convivendo com outros povos, sendo obrigados a não falar sua língua, sendo obrigados a aderir à cultura do outro, viver como o outro, se comportar como o outro e falar a língua do outro. Imagina o quanto foi dolorido, principalmente para os mais velhos. Muitos morreram de depressão. Hoje a gente pensa que morreram de depressão porque foi do nada, de um dia para o outro amanheceram mortos.

A região do Trombetas é uma região de floresta densa e, para quem conhece, o Tumucumaque é savana, não tem floresta. Então eles acharam muito estranho, acharam que tinham chegado em uma terra que havia sido castigada pelos espíritos, que não tinha nenhuma floresta. Do que que eles iriam viver, se não tinha nenhuma árvore? Hoje a gente sabe que é savana, mas naquela época os parentes não sabiam, porque nunca tinham visto. A minha bisavó foi uma das pessoas que morreu de depressão, meus avós foram transferidos, a minha mãe também foi. Por isso que eu falo, eu sou a primeira geração após a transferência, que nasceu já no Parque do Tumucumaque. E, durante 35 anos, a maior vontade dos povos era voltar para o seu território. Aí, todo mundo pergunta: “Por que vocês demoraram tanto para voltar? 30, 40 anos depois? Por que que vocês não voltaram?”. E eu fiz essa pergunta para o meu avô: por que que a gente demorou tanto para voltar? E ele falou: “Porque a gente veio por um caminho que a gente não sabe, a gente veio por cima e a gente não viu, a gente não marcou quais eram as árvores, porque não tinha árvore, como é que a gente

ia voltar, se a gente veio por cima? Se a gente tivesse vindo por terra, a gente tinha voltado, porque a gente tinha gravado e marcado, e nós não teríamos ficado 40 anos na terra dos outros”.

Uma das questões que os mais velhos sempre falavam é: “Vocês, enquanto jovens que agora conhecem como voltar por cima, têm o compromisso de voltar e retomar nosso território”. E o que nós fizemos, e o que eu tenho tido compromisso, na região, é de lutar pela demarcação da Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana. E trazer esse compromisso de realmente voltar para um território que é nosso. No final dos anos 1990, uma parte do povo voltou e reabriu as antigas aldeias. Como muitas aldeias foram abandonadas de um dia para o outro, foram encontradas só cobertas. É incrível, quando algumas aldeias foram reabertas começou a nascer as mandiocas, começou a nascer tudo. O povo reencontrou as aldeias da forma que eles deixaram. Isso foi muito importante para uma religação nossa, enquanto pessoas mais jovens, com os mais velhos que deixaram aquela aldeia e as suas casas contra a sua vontade. E nunca tiveram a oportunidade, de fato, de voltar e poder viver no território que é seu. Tiveram que viver durante 40, 50 anos de sua vida falando a língua dos outros, vivendo como os outros, sendo motivo de conflitos internos.

As pessoas geralmente costumam nos transformar em algo único, nos transformar como iguais. Mesmo que sejamos povos pertencentes do mesmo tronco linguístico, nós não somos iguais, nós somos diferentes. Temos políticas, formas de viver diferentes. Na época, não se teve esse olhar. Ninguém queria olhar isso na verdade, queriam saber de se livrar dos índios lá da região para levar para outro lugar, para liberar para as mineradoras e para as grandes hidrelétricas. É uma parte da violência da própria ditadura. Isso foi em 1968, realizado pelos militares e pelos missionários. Por isso que eu digo que a ditadura chegou na Amazônia muito disfarçada de agentes que diziam nos proteger e nos salvar. Mesmo que doa escutar isso (com certeza tem o povo da Funai aqui), a própria Funai também contribuiu para isso. A Funai participou da ditadura massacrando os povos indígenas. Os próprios funcionários eram as pontes para que a ditadura chegasse nos nossos territórios. Então, é necessário a gente trazer essa situação. Para que continuar escondendo e omitindo fatos que aconteceram? Nós temos o compromisso de trazer isso a público. Nós não podemos continuar compactuando com toda essa

violência que os povos indígenas sofreram e continuam sofrendo. Como eu disse, a gente tem até dúvida se a ditadura militar terminou... terminou para quem? Onde é que terminou?

Meu povo, no final dos anos 1990, retornou para o território. Para quem acompanha todo esse processo de conquista de terras indígenas, foi a última Terra Indígena assinada pelo Ministro do governo passado, foi talvez uns 15 dias antes dele sair. Ainda é um processo muito doloroso garantir que esse território seja garantido em termos jurídicos, porque é um território indígena que já foi reconhecido. Em 2008 foi criado um GT, em 2015 foi assinado o relatório, e agora no final da gestão do Ministro da Justiça da gestão passada, foi assinada a posse dessa Terra Indígena. Mas como os parentes disseram: não foi porque ele quis, não, foi porque a gente insistiu e o Luiz ficou desafiando ele lá em Genebra. Perguntou se ele não iria assinar nenhuma Terra Indígena, aí ele disse que já tinha se pronunciado sobre isso, que só iria fazer depois do Parecer 001 da AGU. Nesta ocasião, a gente pôde se reunir com ele, e ele queria que a gente provasse que aquela Terra Indígena não se encaixava dentro do marco temporal e do parecer. Conseguimos fazer isso graças ao apoio dos parceiros, dos antropólogos e, claro, do próprio movimento indígena.

Todo mundo pergunta quanto tempo durou a demarcação, o processo de demarcação Kaxyuana-Tunayana. Bom, nos registros está dizendo que começou em 2003, que foi quando a gente oficialmente entrou com o pedido dentro da Funai. Eu costumo dizer que esse processo de resistência, de luta pela TI, começou no dia 23 de fevereiro de 1968. Foi quando meu povo resistiu e uma parte ficou dentro do território, permaneceu em uma parte do território. Outra parte migrou para o sul, que hoje a gente acredita que são os isolados, e outra parte infelizmente foi levada à força, que foi essa parte que ficou no Parque do Tumucumaque. O processo da luta é, na verdade, desde aí.

Essa história é muito longa, tem várias questões que mexem muito com a gente, realmente traz um sentimento que envolve a emoção da gente, envolve morte de pessoas que não são distantes, são pessoas parte de você, meus avós, meus bisavós. Realmente dói muito falar, mas é necessário falar. Claro que tem casos muito piores, que todo mundo conhece.



JOSÉ AUGUSTO LARANJEIRAS SAMPAIO

Antropólogo, professor na Universidade do Estado da Bahia (UEBA), sócio-fundador da Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai).

Agradeço a oportunidade de estar aqui com vocês, comemorando e revisitando esses quarenta anos, que são para mim um reencontro com a minha própria biografia. Vou falar um pouco dessa história, desses 40 anos, a partir de como eu os vivi, de como eu os vi a partir de um lugar e de um ponto de vista relativamente específico, que é o do contexto indígena e indigenista do Nordeste do Brasil.

Eu sou de uma entidade que também faz quarenta anos este ano, a Anai na Bahia. Como no caso de outras entidades que surgiram nesse período, o nosso foco era uma tentativa de reação organizada à proposta da ditadura e dos militares da época de impor uma legislação de emancipação de indígenas. Do ponto de vista de quem estava no Nordeste, os povos indígenas do Nordeste eram percebidos como os primeiros a ser emancipados. Dentro do modelo assimilacionista, integracionista, o sucesso da emancipação, da integração, demonstrando que de fato os índios poderiam deixar de ser índios, ia começar pelo Nordeste, onde supostamente os índios estavam mais perto de fazer essa “passagem” – passagem nesse sentido de serem emancipados. E isso, por incrível que pareça, era corroborado de algum modo pela própria literatura antropológica vigente à época.

Eu era estudante de antropologia e isso estava muito presente. Em 1979, não fazia nem dez anos que Darcy Ribeiro tinha publicado, tardiamente, a sua maior obra sobre os povos indígenas, chamada *Os índios e a civilização*, que é um livrão de quase quatrocentas páginas, das quais ele dedica umas dez, ou menos que isso, à gente do Nordeste, que ele descreve como “magotes de índios desajustados, vivendo seus últimos dias como vaqueiros nas fazendas que ocuparam seus antigos territórios”. Então, os próprios antropólogos achavam que os índios do Nordeste estavam em vias de extinção. Quando foi criado o primeiro programa especificamente de antropologia no Brasil, o programa de antropologia do Museu Nacional, a segunda dissertação que foi defendida lá, em 1972 se não me engano, de um sujeito chamado Paulo Marcos de Amorim, da Paraíba, orientando do Roberto Cardoso

de Oliveira, era uma dissertação, supostamente de conteúdo teórico marxista, sobre os Potiguara da Paraíba, chamada “Índios camponeses”. Nela, ele dizia que os Potiguara, índios camponeses, estavam também em vias de extinção, porque já estavam engajados como trabalhadores braçais nas fazendas de cana-de-açúcar e, portanto, tinham perdido o seu “modo de produção”. Já eram camponeses, e logo não se lembrariam que eram índios. Esse era o contexto da época: a ditadura olhando para os índios do Nordeste como sendo os primeiros a passarem à emancipação; e a antropologia da época corroborando essa ideia de que o processo histórico de extinção dos índios do Nordeste era inexorável. Mas, ainda assim, a gente tentou olhar para esses povos indígenas de um outro modo.

Eu me lembro de um dos meus primeiros encontros com indígenas: eu estava no pátio da faculdade quando minha professora na época, Maria Rosário [*Maria Rosário Gonçalves de Carvalho*], me apresentou um senhor, típico sertanejo do Nordeste, chamado Ângelo; ele era o cacique dos Pankararé. Enquanto esperávamos Rosário terminar de dar uma aula, eu fui incumbido de ficar conversando com o Senhor Ângelo; e o Senhor Ângelo me contou que viveu a vida inteira em São Paulo; veio para cá adolescente ainda, trabalhou na construção civil, depois trabalhou como empregado de lanchonetes, juntou um dinheirinho, chegou a ter a sua própria lanchonete. Até hoje os filhos dele, que estão em São Paulo ainda, continuam tendo lanchonetes na região da Luz, do Bom Retiro. Mas ele conseguiu juntar um dinheiro e voltou para o Brejo do Burgo²², que é o povoado onde ele nasceu. Ele disse que voltou para lá para “levantar a aldeia”. Ele saiu de lá quase menino, estava com mais de 60 anos e tinha voltado há alguns anos para “levantar a aldeia”. E o que é que era “levantar a aldeia”? Era organizar a comunidade, voltar a fazer os rituais, voltar a fazer os praiá, reconstruir o poró, que é a casa ritual; voltar a lutar pela terra. Ele estava ali em Salvador buscando um apoio, porque ele queria que a Funai os reconhecesse como índios; ele queria proteção, porque estava sendo ameaçado de morte pelos posseiros de sua terra.

²² Município de Glória, Bahia. A Terra Indígena Brejo do Burgo foi homologada em 2001.

Eu só vi o Senhor Ângelo essa única vez, na faculdade. No final de 1979, que foi o ano em que conheci Ângelo, a gente criou a Anaí, em dezembro. Na manhã seguinte ao Natal de 1979, 26 de dezembro, o Senhor Ângelo foi assassinado no Brejo do Burgo, o que já se poderia prever. Poucas semanas depois, no começo de janeiro de 1980, lá no Paraná,

foi assassinado um outro cacique Ângelo, o Ângelo Kretã. A gente tinha acabado de fundar a Anaí; eu estava em casa e recebi um telefonema de uma pessoa que eu não conhecia, que era a Mari Alegrete, dizendo assim: “Vocês tiveram o caso do assassinato do cacique, aqui também acabou de acontecer outro assassinato”. Aí que eu fui saber que existia uma outra Anaí no Paraná e que a gente ia, de algum modo, trabalhar em rede. Foram descobertas muito impactantes na minha vida de jovem estudante de antropologia, na época com 23 anos.

Tem um outro sujeito que eu conheci também em 1979, um outro cacique, chamado Lázaro, dos Kiriri, que foi procurar a gente justamente porque ele queria algum apoio para fazer a autodemarcação do seu território. A partir desse encontro, Gilberto [Gilberto Azanha], que surgiu o projeto do Omar da Rocha Júnior com os Kiriri. Nesse início de 1980, já com o apoio do CTI, com o projeto do Omar, com as roças comunitárias, os Kiriri também começaram a fazer autodemarcação, com o apoio do CTI. Os Kiriri e os Potiguara da Paraíba, que também tinham um projeto aberto pelo CTI, dirigido pelo Tiuré [José Humberto Costa do Nascimento, Tiuré Potiguara].

Então, quer dizer, esses índios que estavam fadados a serem extintos, segundo Darcy Ribeiro e outros tantos; esses índios que para a ditadura seriam os primeiros a ser emancipados; estavam voltando de São Paulo para “levantar aldeia” e estavam fazendo autodemarcação! Os primeiros a fazer autodemarcação. Isso provocou, na nossa incipiente e iniciante experiência como indigenistas, e também como antropólogos, uma grande reviravolta. A gente viu que estava diante de um contexto indígena regional que ia muito radicalmente na contramão desses projetos de assimilação, de integração; e também ia na contramão do que a própria academia pensava sobre esses índios. E a gente se viu no lugar histórico, do qual muito me orgulho, de reinventar um indigenismo com os povos do Nordeste; e reinventar uma antropologia dos povos do Nordeste. Não vou falar dessa reinvenção da Antropologia – o João Pacheco estava aqui de manhã, e ele poderia nadar de braçada nesse tema da reinvenção da antropologia dos povos do Nordeste – mas eu vou repetir alguns números aqui.

Em 1979, quando a gente começou, no que a gente chama hoje de “nordeste-leste”, na região da APOINME – que são dez estados, da região de Minas Gerais até o Piauí – havia, nesse território vasto,

reconhecidos oficialmente, quinze povos indígenas. Seria capaz de nomear todos eles: em Minas os Xakriabá, recém-reconhecidos, os Maxakali, os Krenak; na Bahia tinha os Pataxó, recém-reconhecidos, os Kiriri, Kaimbé, Tuxá; em Alagoas, Xukuru-Kariri e Kariri-Xocó apenas; cinco povos em Pernambuco: Fulni-ô, Xucuru, Kambiwá recém-reconhecidos também, Pankararu, Atikum; e Potiguara na Paraíba. Quinze povos, acabava por aí. Vamos pular quarenta anos, para hoje, e essa região tem mais de oitenta povos. Só na Bahia são vinte e tantos! Em 1979, eram quinze territórios, um para cada povo; nenhum deles demarcado. As autodemarcações dos Kiriri e dos Potiguara foram as primeiras iniciativas que vieram a gerar Terras demarcadas. Você tinha a terra Fulni-ô, dividida em lotes, mas não era demarcação de Terra Indígena. Hoje, são mais de duzentos territórios – alguns muito pequenos, é verdade – mas são mais de duzentos territórios entre pleiteados, reivindicados, ocupados, em vias de regularização; muito poucos demarcados. E a população que, há quarenta anos, era de quinze mil índios, hoje é de mais de 250 mil. O Nordeste tem hoje pelo menos 25% dos índios do Brasil, se não mais do que isso; acho que beira os 30%. Então, quer dizer, essa história dos índios do Nordeste nos últimos 40 anos eu acho que é o exemplo mais cabal do fracasso de qualquer perspectiva – que agora volta à moda com a direita – de assimilação, incorporação.

Um dado muito importante que a gente descobriu, ou pelo menos atestou mais fortemente mais recentemente, é que as Terras Indígenas no Nordeste, seja na Caatinga ou na Mata Atlântica, também são exemplos de conservação e possivelmente também de sustentabilidade. Maria Auxiliadora falou mais cedo que no Nordeste, Sul, Sudeste e Mato Grosso do Sul é onde está o grande passivo de regularização de Terras Indígenas no Brasil, e é verdade. Só que, enquanto no Mato Grosso do Sul e no Sul esse passivo tem a ver com a redução a reservas, feita já na época do SPI, no processo de confinamento de que o Marés [Carlos Frederico Marés] fala na obra dele; no Nordeste isso é muito mais radical. Não houve um confinamento, houve uma “extinção” dos índios! Os índios chegaram a ser totalmente “extintos” por decreto; e suas terras também. Quando começou o século XX, não havia no Nordeste nenhum povo indígena reconhecido, tratado como tal. O SPI voltou a reconhecê-los a partir de 1926, com os Fulni-ô. No caso do Nordeste, a luta pela terra começou da estaca zero; não começou das pequenas reservas de confinamento, começou do zero. E quase todas as terras

que estão demarcadas e desintrusadas (ou extrusadas) no Nordeste, hoje, estão nessa situação há no máximo vinte anos. Mesmo nas terras que estão de volta na mão dos índios há mais tempo – Xocó em Sergipe, Kiriri na Bahia, uma parte da terra Potiguara – os índios têm essas Terras de novo há muito pouco tempo: vinte, vinte e poucos anos. Só dos anos 1990 para cá isso aconteceu. Quando a gente foi fazer, agora, os primeiros Planos de Gestão, PGTA, de algumas dessas terras do Nordeste e Minas Gerais, como a dos Xacriabá, é impressionante: em vinte, vinte e cinco anos, essas terras estão em grande parte muito recuperadas. Inclusive na Caatinga, que é um bioma de difícil recuperação. Você vai ver a foto aérea da terra Xocó, que é minúscula, de 3600 hectares: a recuperação é impressionante! É uma terra pequenininha, mas dá para ver que ela está com uma Caatinga bastante recuperada. Isto mostra também que, mesmo em Terras muito reduzidas, o diferencial de sustentabilidade, de conservação ou recuperação da biodiversidade não acontece só na Amazônia ou no Cerrado. Também nessas minúsculas áreas da Mata Atlântica ou da Caatinga, quando as terras voltam para os índios, elas se recuperam em boa medida. A gente mostrou isso fazendo alguns PGTA entre 2014 e 2016. Infelizmente foram poucos os que fizemos, mas demonstramos isso.

Saindo do Nordeste para um contexto mais geral, a gente tem dito, ouvido, que, depois de quarenta anos, estamos de volta à ditadura; de volta a um contexto parecido com o que a gente tinha há quarenta anos atrás. Se falou aqui dos ciclos de eterno retorno a que a gente está sempre voltando, que fazem parte das nossas cosmologias, indígenas e não-indígenas. Mas, claro, nunca se volta a um mesmo ponto. Eu estava aqui pensando no que há de diferente, hoje, e no que a gente pode aprender desses quarenta anos de experiência, nesse retorno a um período autoritário, com várias coisas semelhantes, o discurso integracionista, enfim. Mas eu penso que existem algumas diferenças importantes: a diferença principal, que todo mundo pode reconhecer perfeitamente, é a própria emergência de um movimento indígena no Brasil. A gente, na década de 1980, tinha um movimento indígena bastante embrionário. A gente tinha tido o grande exemplo da figura do Mário Juruna, mas era um fato isolado. Na constituinte de 1988, a gente teve aquele papel impressionante do Ailton Krenak, mas também foi um desempenho isolado. Não tinha um movimento indígena ou, se tinha, era um movimento embrionário. Nós, antropólogos, tínhamos uma discussão sobre qual

seria o nosso papel. Eu lembro que eu fui à Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em 1980, no Rio de Janeiro, e teve uma mesa redonda com Eduardo Viveiros de Castro, Ruth Cardoso e Peter Fry discutindo o papel dos antropólogos como “porta-vozes” dos seus “objetos de pesquisa”, inclusive dos índios (olha que discussão mais antiga!). Eu lembro que o Alfredo Wagner levantou da plateia e falou assim: “Porta-vozes coisa nenhuma! Tem é que dar voz para os índios!”. Em 1980 a gente discutia isso, ou seja, se a gente seria porta-voz dos índios; se não seria porta-voz dos índios... Esse tempo passou. Hoje, se o Ministro da Saúde anuncia sua intenção de fechar a Sesai, a gente tem uma reação indígena imediata; é impressionante! Nesta semana, os índios, do Rio Grande do Sul ao Acre, fecharam a ponte do Rio Uruguai, a ponte Ayrton Senna do Paraná para o Mato Grosso do Sul; no Maranhão fecharam a BR-316, fecharam a BR-222 lá de Fortaleza a Caucaia (no Ceará). No Acre fecharam a 364; em Santa Catarina, os Guarani fecharam a 101. É diferente! Hoje temos um movimento indígena muito mais organizado do que jamais sonháramos, há quarenta anos, que ele pudesse ser.

Gilberto [Azanha] ontem falou assim: “Ah, quando a gente fundou o CTI, o CTI tinha prazo de validade. Era só para a gente dar uma força para os índios construírem sua autonomia e a gente saía de cena”. Bom, já construíram, não é? Mas a gente não saiu de cena. Eu queria defender uma proposta de que a gente não saia de cena, porque, se o motivo fosse aquele, já não precisava mais ter indigenismo. Eu lembro também que a Regina [Müller] falou ontem nas “brechas”; que, mesmo nos governos autoritários, a gente podia trabalhar nas brechas. Falou nas famosas brechas do General Ismarth [Ismarth Araújo de Oliveira, presidente da Funai entre 1974-1979]. Mas, o que é que você tinha então? Você tinha um governo autoritário que tinha um aparato indigenista. Os militares da ditadura queriam ter um espaço indigenista no Estado; queriam ocupar a Amazônia com um certo indigenismo. Acho engraçado... Estava ouvindo Angela [Angela Kaxuyana] falar do território do Tumucumaque. O Parque do Tumucumaque foi criado por um decreto de Costa e Silva, em 1967, e está lá até hoje. Mas ele fez isso por quê? Por um projeto, por uma geopolítica militar de ocupar a Amazônia via territórios protegidos como terras da União, com as Forças Armadas controlando, porque lá tinha uma Base da Aeronáutica; ainda tem. Como também tinha no Xingu uma Base da Aeronáutica. Os militares tinham um projeto indigenista de Estado. De ocupar com

aparato indigenista, via Exército, via Missões; como tinha e ainda tem no Tumucumaque. Esse projeto decretou áreas indígenas de milhões de hectares, o que hoje é impensável. Hoje, o projeto indigenista de Estado é de não ter indigenismo de Estado. O projeto é terceirizar o indigenismo para o agronegócio; terceirizar as Terras para o agronegócio. Ou para o agronegócio, ou para as missões fundamentalistas evangélicas, da Damares [*Damares Alves, advogada e pastora evangélica, ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro*]. Se a gente tinha, há quarenta anos, um indigenismo de Estado ao qual nós nos opúnhamos, o indigenismo de Estado hoje é justamente não ter indigenismo de Estado. Então, como é que você vai abrir brecha no nada? Você abria brecha onde havia alguma coisa; abrir brecha no nada é difícil! É outra situação, outro contexto. Tem essas diferenças. O projeto autoritário é semelhante, mas não é igual. É semelhante na proposta integracionista, mas a estratégia é totalmente outra. E o movimento indígena é totalmente outro também!

E o que é que nos cabe, a nós, indigenistas? Já que esta mesa e este seminário têm como último item do seu título a questão dos “desafios”... Do meu ponto de vista, que sou um antropólogo, eu nunca pensei muito em construir as parcerias com os índios apenas para “contribuir” com eles... É claro que, como bem foi dito ontem, o que a gente queria era demarcar as terras. Era e ainda é! Demarcar as terras para quê? Para ajudar os índios para que eles possam ter autonomia? Também. Mas, no meu caso, é também pelo meu projeto de país; é por mim e pelos meus. Agora, no verão da Bahia, a gente estava em um debate com a Soninha Guajajara [*coordenadora da APIB*]; debate na beira da praia, juntou umas trezentas pessoas para conversar com ela. E uma das coisas que eu coloquei na discussão foi isso: os governos ditos de esquerda ficaram quatorze anos no poder e não descobriram que a questão indígena é uma questão central no nosso projeto de país! Não descobriram por várias razões, mas a direita, que não é nada burra, tem demonstrado saber disso muito bem.

“Nossa! Por que Bolsonaro vai atacar logo os índios agora?” Porque ele não é bobo! A direita sabe que a questão indígena é crucial em qualquer discussão de projeto de país. Os índios e os seus territórios são fundamentais na discussão de um projeto econômico para o Brasil, para o capital internacional, para a Amazônia; e não só para a Amazônia, para o Nordeste também. A direita descobriu isso. Se eles quiserem

implantar o projeto deles, eles têm que atacar as Terras Indígenas, atacar a Constituição, atacar a ideia de diversidade; e eles sabem disso! E a esquerda não sabe que, para um projeto democrático, ou, como querem alguns, socialista, a questão indígena também é crucial! Em quatorze anos, os governos de esquerda não perceberam isso! Ou perceberam apenas em parte e pelo avesso, por causa de suas alianças com a centro-direita. E não é só isso: nós temos modelos vigentes de esquerda que até acham que a questão indígena é uma questão justa, pertinente, mas que é uma questão lateral, menor. Nós, indigenistas de esquerda, somos muitas vezes vistos por nossos companheiros de esquerda como uns companheiros assim meio engraçados, exóticos, que trabalham com um povo mais exótico ainda, que são os indígenas. A gente tem vários exemplos de gestão que são coisas ridículas em termos de falta de percepção da importância da questão indígena, haja vista, por exemplo, as famosas e já citadas mesas de negociação do Ministro Cardozo. É um dos exemplos mais gritantes dessa falta de percepção.

Acho que a gente tem essa missão ainda pela frente. A gente não pode deixar de fazer indigenismo por isso: por nós. Nós, que somos de esquerda, e que somos indigenistas, independentemente de contribuir com os povos indígenas nas suas lutas, temos a missão de contribuir com nós mesmos, mostrando para os nossos companheiros de esquerda que a temática dos povos indígenas e de suas Terras é crucial para o nosso projeto! Se a gente não convencer nossos companheiros disso, a gente não está fazendo nosso trabalho. Ainda precisamos de muito indigenismo; nem só para fazer nossas alianças com os índios, mas também para fazer alianças com nós mesmos. Qual é o projeto de país que a gente quer? A gente precisa que o povo desse país entenda, aprenda, que isso da chamada questão indígena é crucial para qualquer modelo de país, de desenvolvimento, de socialismo, de diversidade social. Ou a gente faz isso, ou a gente não está fazendo o que devemos. É mais do que simplesmente tratar a temática da comunicação, como foi dito. É um projeto político. E, do meu ponto de vista, é por puro deleite. Eu nunca vi os índios como coitadinhos, mas eu já me vi como coitadinho, eu próprio, porque eu vivo em um país que não é o do meu projeto de país.

Se eu sou indigenista, se eu escolhi ser antropólogo, é para ajudar os índios, é para fazer parcerias com eles; mas é para fazer parceria por mim, pelo meu gosto, pelo meu deleite, para o que eu quero construir

de país para mim e para os meus! Para isso que eu preciso ser indigenista e preciso dessas parcerias com os povos indígenas e quilombolas.

Eu lembro que na Anaí a gente tinha um mapa do Nordeste e eu ficava espetando no mapa um monte de alfinetinhos: verde, Terra Indígena demarcada; amarelo, em processo de demarcação; vermelho, não demarcada; azul, terra adquirida, dominial; branco, terra pretendida, mas não adquirida. Eu adorava colocar esses alfinetinhos. Ainda, quando a gente começou a trabalhar com quilombos – eu fui durante muito tempo coordenador do GT de Quilombos da ABA – eu comecei a também espetar alfinetinhos pretos no mapa. É um gosto, é um prazer, é isso que eu quero: um país cheio de alfinetes coloridos! É por isso que eu luto!



GILBERTO VIEIRA DOS SANTOS

Geógrafo, Conselho Indígena Missionário (Cimi).

Eu acho que um dos grandes aprendizados que nós temos, uma das grandes fontes que nós bebemos junto aos povos indígenas, é a construção coletiva. Desde as festas, mas também daqueles debates que passam semanas, e não chegam em uma conclusão. Muitas vezes, nos primeiros anos, falar e não falar – esse exercício da gente aprender a construir com a paciência que os processos históricos exigem. 40 anos. Acredito que nisso da gente ir aprendendo, certamente hoje muito mais maduros do que no início, está o CTI, com o que o faz, que são as pessoas. Temos que comemorar porque somos pessoas: vocês que estão há 40 anos fazendo esse trabalho e os mais jovens que vieram no processo. Comemorar, porque há possibilidade de conviver com pessoas, indígenas e não indígenas, na construção de um projeto coletivo. É um projeto de sociedade que nós queremos, não é uma garantia apenas de direitos, que é também, mas é a perspectiva de que a gente vá além.

As populações indígenas são vítimas de todas as injustiças. A própria política indigenista, por ser mais “política” que indigenista, está merecendo as mais severas críticas, a ponto de ser considerada carente de qualquer mérito, e um amontoado de contradições.

Os dirigentes políticos brasileiros, no afã do “desenvolvimento”, promovem os interesses econômicos de grupos internacionais e de uma minoria de brasileiros a eles integrada. Só podem fazer, e de fato só fazem, uma política economicista, sobrepondo o produto aos produtores, a renda nacional à capacidade aquisitiva da população, o lucro ao trabalho, a afirmação da grandeza nacional à vida dos brasileiros, e a pretensão de hegemonia sobre a América Latina, ao crescimento harmônico do continente. Já está mais que provado, e disso nossas autoridades não fazem segredo, que foi aceito o caminho do capitalismo integrado e dependente, para o nosso “progresso”. Mais provado ainda, está que o modelo brasileiro visa um desenvolvimento que é só um enriquecimento econômico de uma pequena minoria. Esse crescimento econômico da minoria será/é fruto da concentração planejada da riqueza nacional que, em termos mais simples, é o roubo do resultado do trabalho e do sofrimento da quase totalidade da população, que progressivamente se irá empobrecendo.

Parece um texto extremamente atual. Eu li esse texto e com ele eu quero homenagear não só o Tomás de Aquino Lisboa, Jaúka, nosso eminente fundador do Cimi, mas com ele homenagear todas as pessoas que passaram pelo CTI, por todas as organizações que lutam e seguem lutando junto aos povos indígenas. Esse texto é uma parte do documento *Y-Juca-Pirama – o índio: aquele que deve morrer*, que foi publicado em 1973. Quando eu li isso e coloquei em um texto, eu fiquei pensando como a história parece que não muda. O que há de novo sob o sol?

Eu tenho participado de espaços de reflexão e análise de conjuntura, e em todos os lugares onde eu tenho a possibilidade de ouvir essas análises. Talvez um pouco do que eu gostaria de provocar aqui é justamente que nós, que nesse contexto atual temos nos reunido e debatido, devemos nos situar e pensar o nosso indigenismo e nossa atuação cotidiana junto aos povos indígenas em um contexto mais geral, em que o Brasil se insere no capital internacional, para a gente rever um pouco desse processo. Ou seja, nós estamos falando da empresa, do governo, do fazendeiro, dos pistoleiros que assassinam nossas lideranças, daquela fazenda que planta soja, daquela fazenda que planta cana, explora o gado, retira madeira e minério. Mas para onde vai essa madeira, para onde vai esse minério, para onde vai essa carne, essa soja? Essa perspectiva da macroeconomia é cada vez mais importante. Nós vamos fazer uma leitura simplista ou superficial se a gente não fizer essa conexão com os processos que se abatem sobre a América Latina.

Infelizmente, esse processo não é novo. Nós podemos analisar ou observar o que aconteceu na história recente da América Latina, e que ainda efetivamente acontece em alguns países, com um ataque direto aos processos democráticos. Eu chamo aqui de processos democráticos aqueles que o povo tem definidos para si. É justamente um processo que tem sido um projeto de desenvolvimento muito semelhante àquele que nós lemos naquela década em que o Cimi, a Opan, o CTI, a Anaí, e outras organizações foram criadas para fazer o enfrentamento. Uma perspectiva de desenvolvimento que, talvez, hoje venha com uma raivosidade mais evidente e mais assassina, se a gente pode assim dizer.

Mobilização do povo Guarani Mbya durante ato em São Paulo para demarcação de suas terras.
(Rafael Nakamura/Acervo CTI, 2013)

No ano de 2012, quando foi aprovado o Novo Código Florestal, no Congresso Nacional a gente ouvia, no discurso de alguns ruralistas, uma indicação muito evidente de que, na visão dos ruralistas da CNA, FPA, do ruralismo atuante, algumas questões para eles estavam resolvidas: a questão ambiental, a questão da Reforma Agrária e os sem-terra. Aí é muito evidente na fala, e depois nas ações, na retomada de tramitação da PEC 215, uma chuva de uma centena de projetos de lei, outras PECs, e a retomada do direcionamento desse canhão de ataque para os povos indígenas e seus territórios. E isso não é à toa. Se olharmos para 2008, com a crise do capital e o “estouro da bolha” imobiliária nos EUA, o que vemos é a retomada da acumulação primitiva do capital, que se

redesenha a cada momento, é o aprofundamento daquilo que a gente tem chamado de reprimarização da economia. *Commodity*, em outras palavras. E onde se visa e se busca explorar e ampliar essa exploração? Nos territórios que estão sendo demandados pelos povos indígenas. Os dados que nós do Cimi levantamos são mais de 800 terras. Soma as 533 sem providência, as 299 ou 300 em que há algum procedimento mas se encontram paralisados, a gente tem 800 sem efetividade no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos dos povos indígenas aos seus territórios. Isso não é à toa. É a velha tática de buscar retirar do chamado mercado de terras, ou para o mercado, aquelas terras que estão fora definitivamente – as demarcadas – ou em uma possibilidade de que essas terras não sejam demarcadas para que continuem a ser exploradas.

Isso nos remete para a realidade mais concreta e cotidiana que temos enfrentado. Nós temos visto, de novo, aquilo que historicamente a gente via: os madeireiros entram com seus caminhões, mas eles saem; os garimpeiros entram com uma presença maior dentro dos territórios e ficam às vezes temporadas nos arrendamentos. A novidade, talvez, é que, em um período mais recente, isso está em um processo de aprofundamento. Agora a invasão dos territórios não tem sido feita mais nessa ideia de entrar e sair, e eu vou dar três exemplos: a Terra Indígena Karipuna, em Rondônia; a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, também em Rondônia; e a Terra Indígena Guajajara, no Maranhão. O processo é de loteamento, não é mais da entrada para retirar madeira, mas a efetiva entrada, loteamento e venda de lotes. Embora todas as denúncias que a gente tem feito, em espaços internacionais, na ONU, na OEA, até o momento, nada de providências.

E aí vem a outra novidade: agora, do ponto de vista do Estado, a reação a esses processos de invasão não virá da parte do Estado. Por quê? Primeiro, por um desmonte do órgão indigenista, a Funai. Isso já foi colocado. Não só pela MP 870, mas pelo processo de desarticulação mesmo, “a raposa cuidando do galinheiro”. Me refiro à tentativa de colocar nas mãos do ruralista Nabhan Garcia a demarcação das terras indígenas, como apontava a MP 870. O Estado não vai agir. Isto também está posto pelo desmonte, não só financeiro, mas do ponto de vista dos órgãos que faziam a fiscalização (o Ibama, o ICM-Bio) criando barreiras para que fiquem efetivamente sem possibilidades de ação ou reação. Novidade sinistra e dura, do contexto que nós temos acompanhado mais atualmente.

²³ Bicalho, Poliene S. S. *Protagonismo indígena no Brasil: Movimento, cidadania e direitos (1970-2009)*. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 2010.

O que isso nos aponta, na nossa possibilidade de intervenção nessa realidade? Voltando um pouco na história, um fato que felizmente nós temos de novidade nesse período da história, é que temos um Movimento Indígena que não é mais o mesmo na sua articulação e na possibilidade de reação. Na mobilização pela saúde, no início do ano, nós vimos isso. Há uma disposição do que eu tenho entendido como Movimento Indígena, seja um grupo de Guarani Kaiowá que faz retomada em um território lá no Mato Grosso do Sul, seja um grupo de Pankararu que faz uma retomada pequena: isso na minha leitura é o Movimento Indígena atuando. Há uma estudiosa na UnB que tem utilizado o termo da “identidade supra étnica”²³. Eu acho que é um pouco do que foi sendo gestado nesse processo, desde as primeiras assembleias na década de 1970, onde os indígenas passaram a se conhecer, e se reconhecer e entender que suas realidades eram muito semelhantes (mas não as mesmas). A possibilidade de unidade: o parente. Para mim, essa categoria, é para dizer que chegamos em um ponto que, “embora historicamente tivemos algumas diferenças, estamos em um outro momento, onde a realidade concreta exige que alinhemos nossas forças para fazer o enfrentamento”. Por isso, agora o Movimento Indígena tem uma possibilidade de ação, reação e incidência muito maior do que aquela que teve em alguns momentos históricos. Embora não possamos esquecer do processo de articulação que começou, todo o movimento de retomada que os Guarani e os Kaingang foram fazendo desde Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na década de 1970... a resistência não é de hoje.

Quais são os desafios e possibilidades para nós [*que estamos*] aqui? Não só indigenistas, mas as pessoas que se dispõem a contribuir na luta dos povos indígenas? Há ainda uma dificuldade de leitura. Eu estava na reunião da Via Campesina Brasil e, embora a Via Campesina latina e mundial tenha uma facilidade talvez um pouco maior com a pauta indígena, ainda vejo dificuldades no Brasil. Na reunião do CLOC [*Congresso Latino-americano de Organizações do Campo*] desse ano, que vai acontecer em Cuba, um dos temas que serão discutidos lá é “povos originários”, provocado por indígenas de outros países que não se reconheciam no debate da Via Campesina. Por que estou dizendo isso? É importante que nós, para além das articulações que nós temos feito entre as organizações indigenistas (Cimi, ISA, Iepé), pensar como a gente extrapola isso para outras articulações e outros movimentos que também atuam no campo, enfrentando inclusive o

mesmo agronegócio e a mesma força do latifúndio. Uma articulação para a América Latina. Eu já falava isso nos 50 anos da Opan.

Nós, há algum tempo atrás, tínhamos uma perspectiva e algumas experiências mais concretas do ponto de vista da articulação, mas a gente sabe que isso não é algo simples. Nós, os movimentos, não conseguimos fazer isso. É importante que a gente, dentro das tarefas e possibilidades que nós temos, forcemos, retomemos e ampliemos essas possibilidades de diálogo e de incidência conjunta, porque essa realidade que nós acompanhamos agora aqui no Brasil, ela já estourou em outros países. Já estourou no Equador, na Bolívia – embora com alguma resistência, infelizmente o processo é semelhante –, no Peru, na Colômbia. É importante que a gente procure fazer essa articulação a partir dos enfrentamentos das organizações, das articulações e das resistências que há nesses países. A incidência internacional. É importante que busquemos não só para os organismos, mas para a sociedade internacional.

Na Europa, a gente sabe que tem muita gente nesses países que sequer tem a noção do que tem acontecido aqui no Brasil, e qual é a responsabilidade da sociedade europeia com a violência – só para ficar na sociedade europeia, mas também há outros países, principalmente a China, embora lá a coisa vá ser mais complicada. E há aí um tema que nós temos discutido que são as barreiras humanitárias. A gente tem barreiras sanitárias dentro dessas negociações bilaterais e é uma tecla que a gente tem apertado com uma certa insistência e uma hora isso deve colar um pouco mais. Então, que a gente possa tentar pautar isso, na incidência que cada um e cada uma de nós pode fazer, a partir das nossas organizações, e os indígenas, evidentemente, muito mais que nós.

Nós temos, ainda, sido demandados por formação política. Muitas vezes a gente conhece lideranças que conseguem fazer uma leitura muito ampla, mas acho que esse número pode se ampliar. É uma demanda e a gente não tem atendido na dimensão que poderíamos, e que devemos.

Uma preocupação final é que, com a redução do Estado, ou seja, saúde, educação, proteção territorial, abre-se a possibilidade de que qualquer outra sedução – como essa sedução do arrendamento, como são outras seduções, como a da mineração – de que isso venha para junto, para cima das comunidades e dos povos indígenas com muito mais força, ou seja, a possibilidade de negociar e de barganhar com

uma comunidade que está tendo seu território invadido, sem condições de manter suas escolas e seus postos de saúde. Essa tem que ser uma preocupação central de como nós vamos ajudar as comunidades a se preparar para esses processos, que já são efetivos em muitos lugares, e que tendem se intensificar muito mais.

Por último, enfim, eu gostaria de agradecer meu companheiro Marcelo Zelic, que está ali na frente, por ter nos brindado com a descoberta que foi o Relatório Figueiredo. A Ângela trazia a questão da ditadura e, para além do relatório da Comissão Nacional da Verdade, que nos trouxe essa dimensão e essas informações, ter acesso (e eu ainda não li as sete mil páginas) àquilo, à brutalidade, ao genocídio presente nas mãos do Estado naquelas páginas, é um elemento, uma ferramenta, uma arma até. Nós precisamos aprofundar sua utilização e sua incidência, a partir das informações que estão ali, por isso que eu gostaria de agradecer.



CARLOS FREDERICO MARÉS

Jurista, professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

Eu gostaria de iniciar lembrando que a ditadura foi só mais um episódio na longa e intensa repressão aos povos indígenas no Brasil. O Relatório Figueiredo foi escrito no início da ditadura, ou seja, ele trata da violência antes da ditadura. Todas as atrocidades relatadas no Relatório Figueiredo continuaram, e por isso foi tão bem escondido ou destruído. Talvez algum santo o tenha escondido para preservar a memória ou um diabo o tenha escondido para negar a memória, mas uns mágicos pesquisadores o descobriram, não fosse por eles, nunca o encontraríamos. Estava escondido para não ser destruído e porque queriam destruí-lo? A ditadura não queria que se conhecesse a antiga prática, porque ia praticar a mesma coisa, e ela continuou fazendo exatamente a mesma coisa. Às vezes eu tenho que explicar, inclusive para alguns alunos de mestrado e doutorado, que o Relatório Figueiredo não é um relatório da ditadura, porque às vezes há confusão entre o relatório Figueiredo e a Comissão da Verdade. Não, a Comissão da Verdade, como a Ângela disse, retratou muito pouquinho da realidade indígena sob a ditadura, das atrocidades contra os

indígenas. Apesar de ser muito pouco, tem gente que chega a pensar, eu já ouvi isso em debates que participei, inclusive já fui questionado sobre isso, de que há alguma coisa errada no relatório da Comissão da Verdade sobre os indígenas, não é possível, dizem, que durante toda a ditadura tenham sido contabilizados 800 mortos confirmados, e 8 mil indígenas. Eles dizem que tem alguma coisa errada, porque não pode ser tanto. Mas não foi só oito mil, é muito mais, não tem conta, é quase impossível fazer essa conta, oito mil foram os documentados. Enfim, o que eu queria dizer a partir desses dados é que eu não acredito que estejamos em uma situação muito pior do que já estivemos. Quer dizer, a luta continua do mesmo jeito. Mas é incrível, a ditadura matou dez vezes mais indígenas que não indígenas.

Eu queria lembrar algumas coisas, que são interessantes, da ditadura. No final da ditadura, o movimento indígena já existia. O Capítulo dos Índios na Constituição, que se chama assim, foi construído com os povos indígenas e, diria mais, pelos povos indígenas. Se não fosse o papel dos povos indígenas, não teria aquele capítulo, assim como não teve participação do movimento quilombola, e saiu um texto bem pequenininho para os quilombolas nas Disposições Transitórias. Se fosse hoje, com o movimento quilombola que se tem, teria pelo menos um bom artigo sobre os direitos quilombolas. Então, o movimento indígena já estava ativo e se conseguiu naquele momento algumas coisas para a sociedade brasileira. E, parafraseando o Guga [José Augusto Laranjeiras Sampaio], a questão indígena é uma questão para a sociedade brasileira. Conseguiu-se algumas coisas, entre elas, por exemplo, uma instituição do Estado que fosse autônoma e que estivesse em defesa dos povos indígenas, que nós chamamos de Ministério Público. E, naquele momento, se imaginava que o Judiciário seria uma entidade que garantiria o que estava escrito na Constituição, principalmente o Supremo Tribunal Federal, daí a importância de se ter um Ministério Público atuando aí. Eu acho que, passados os 30 anos da Constituição, nós vemos que essas instituições que foram criadas para esse fim nos frustraram. Agora, esta semana, por exemplo, o Ministério Público denunciou dois Guarani no Paraná porque cortaram três taquaras em uma Reserva Ambiental de Itaipu, que antes era ocupada por eles. O que aconteceu com essa instituição? Ela deixou de ser uma instituição e passou às vontades individuais das pessoas. Tem excelentes procuradores, companheiros procuradores, mas tem, individualmente, outros procuradores que agem contra os povos indígenas. Mas por que tudo isso?

Eu quero lembrar que a direita, principalmente a direita ligada aos interesses da chamada segurança pública, a direita militarizada, tem horror a muitas coisas, mas principalmente tem horror a gente organizada. Tem horror à organização social e tem mais horror ainda à organização social no campo. A ditadura, por exemplo, o golpe militar de 1964, foi dado contra as organizações do campo, contra os indígenas e contra os camponeses. Naquele momento, não se falava muito dos outros povos – os quilombolas estavam muito escondidos, o temor era dos mais visíveis, eles não tinham muita ideia dos outros. A visibilidade da organização dos povos indígenas e a visibilidade da organização dos camponeses incomodava demais. Mas, enquanto os camponeses demoraram um pouco mais para se reorganizar, os indígenas aprofundaram sua organização rapidamente.

Nas análises da ditadura, hoje, parece que a ditadura se estabeleceu na cidade, apareceu que só na cidade aconteceu a tortura, que a censura foi na cidade, mas por qualquer conta que se faça, a repressão no campo é exponencialmente maior. No Paraná, por exemplo, que não é o Estado mais expressivo, houve grande repressão no campo, o campo foi dizimado. A quantidade de camponeses presos e expulsos de suas cidades para outras cidades, e fugidos, é inimaginável no Paraná. E a Comissão da Verdade não conseguiu apurar tudo isso. Camponês, não estou nem falando de indígena. De indígena a coisa fica muito pior. As políticas indigenistas eram na verdade uma política de limpeza étnica para poder explorar o território, como Itaipu. Portanto, eram políticas diretamente direcionadas para limpar territórios de gente e de natureza, porque primeiro nesses territórios seriam retiradas as gentes que resistiriam, e depois a natureza, os bichos e as plantas que não resistiriam. Esse é o processo. E esse é o processo nosso aqui do Sul, do Nordeste e do Centro-Oeste, e em todas as regiões. Esse processo de limpeza da terra continua. Continuou, não parou, não houve um hiato de políticas indigenistas e territoriais diferentes.

Em compensação, o que houve, e isso é que tem que ressaltar, é a extraordinária capacidade da organização do campo da América Latina. Não é nem a brasileira, brasileira também, mas da América Latina. Todos que me antecederam ressaltaram a importância da organização dos povos indígenas no Brasil, é antiga, está aí há pelo menos 40 anos claramente, mas é anterior. E os indígenas têm uma coisa que é terrível para qualquer organização militar de direita: eles

já estão organizados, só o fato de existirem já se apresentam como uma organização. Isso é terrível do ponto de vista das organizações de segurança de direita. Se é assim, ou seja, se o movimento é contra o campo, o que houve foi uma extraordinária organização das populações do campo, a começar pelos indígenas, e eu não consigo deixar de me referir às organizações quilombolas. As organizações quilombolas estavam escondidas, invisíveis, e, em um processo muito curto de 20 e poucos anos, conseguiram estruturar o que hoje é a CONAQ [*Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas*]. A organização quilombola é uma demonstração de que povos que já são organizados em si, facilmente se estruturam organizativamente, e isso é um horror para qualquer intérprete de direita que esteja vendo esse movimento.

Veja a América Latina hoje. O que preocupa o centro do mundo capitalista é a existência desses movimentos, esses “terríveis” movimentos dos povos do campo. E eu acho que para nós, que temos uma perspectiva de esquerda, é claro que o processo de transformação social tem uma reivindicação muito presente, que é parar a destruição da natureza. Esse processo vem do campo. Nós da cidade estamos devendo. Começamos a dever muito para os movimentos sociais, tanto indígenas quanto camponeses e quilombolas e de outros povos tradicionais.

Eu disse que não havia um hiato porque, embora a organização social tenha sido extremamente forte, e conseguido segurar muita coisa, a direita se articulou muito com isso também, com as estruturas sociais. Por isso eu digo, a direita conquistou o Ministério Público, conquistou pagando bem, conquistou poder judiciário, conquistou pagando bem. O poder Judiciário e o Ministério Público são, hoje, instrumentos caros para o Estado, mas servis aos interesses dos dominantes. Basta lembrar a tragédia que eles já conseguiram fazer: em toda essa perspectiva de avanço que nós tivemos no século XXI, os retrocessos impostos pelo Judiciário foram sensacionais. O Marco Temporal é o principal deles, mas não só – aquelas condicionantes todas estabelecidas pelo Supremo, como quem não quer nada, e aceitas pelo poder de Estado e pela administração passivamente. Aceitou-se aquilo como se fosse a grande verdade da Constituição, que não é, é uma distorção evidente da Constituição, é um retrocesso imposto por uma interpretação de uma Constituição que foi construída para o bem dos povos. Portanto, houve retrocesso.

Ainda que os governos assim chamados de esquerda tenham tentado controlar um pouco, até demarcaram algumas terras, houve alguma sensação, pelo menos, de diálogo com o campo. Enquanto isso, o Estado, enquanto presença estatal propriamente dita, de organização de Estado, foi refreando e reduzindo essas conquistas e tentando impedir que se desse o avanço das organizações sociais. Eu acho que a perspectiva de futuro, que não é só no Brasil, é uma perspectiva de futuro ligada à América Latina; o processo de transformação da América Latina está ligado ao campo.

A nossa inserção nesse processo de transformação se dá exatamente no aprofundamento de alianças de movimentos sociais do campo e ligada a mais um movimento social, que apareceu mais recentemente, mas com muita força, que é o movimento social feminino. Acho que as mulheres e os movimentos sociais do campo são a perspectiva de futuro. Portanto, a nós, homens de esquerda, nos resta nos aliar e seguir os povos do campo e as mulheres.

Marcos Tupã, no centro, agachado, na Aldeia Boa Vista, Terra Indígena Guarani do Sertão do Promirim, durante Encontro Geral das Aldeias do litoral do Sul e Sudeste do Brasil - comissão mirim (Maria Inês Ladeira/ Acervo CTI, 1997)





IVAR BUSATTO

Indigenista, Coordenador Geral da Operação Amazônia Nativa (Opan).

Em primeiro lugar, em nome da Operação Amazônia Nativa (Opan), eu gostaria de parabenizar os companheiros e companheiras, todos eles com suas características próprias, mas com um ideal comum – o trabalho e a luta em prol dos povos indígenas do Brasil – que compuseram ao longo dessas quatro décadas o trabalho do Centro de Trabalho Indigenista.

O CTI é extremamente importante na história do indigenismo brasileiro e compartilha com a Opan a mesma luta. São como primos da gente, que também nos ancoram para conseguirmos avançar nesse trabalho. Como nós já comemoramos os 50 anos, somos um pouco mais velhinhos, e eu trago alguns exemplos que deram origem a uma mudança substancial no indigenismo brasileiro.

Se olharmos este século, temos Cândido Mariano da Silva Rondon, que em 1910 fundou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – durou só oito anos nessa composição. Ele entendia, como positivista que era, que para o Estado ter a capacidade de contribuir com essas sociedades, deveria assimilar os indivíduos e não a sociedade, não os povos. Essa é a grande diferença. Ele morreu em 1958, entristecido pelos dramas que o Serviço de Proteção aos Índios causou às populações indígenas.

Nesse processo de devastação física e cultural agravado na metade do século, chegamos a 1970 com a menor população indígena no Brasil, em torno de apenas 250 mil indivíduos que, originalmente, no século XVI, seriam de 4 a 6 milhões.

A virada se dá quando alguns companheiros, olhando o massacre do paralelo 11, dos Cinta-Larga, o desastre do contato e quase desaparecimento dos Tapayuna, pensaram: “Nós temos que fazer alguma coisa...” Quem vivenciou de perto o dia a dia com essas populações sentiu o mesmo: “Temos urgentemente que olhar a possibilidade de um outro comportamento com as sociedades indígenas brasileiras. Essa é a participação efetiva da construção de uma sociedade mais ampla, que interessa ao país”.

E o que eles propuseram? Pela escuta destes povos, se podia perceber a clara posição: “Nós estamos morrendo, nós estamos desaparecendo, nosso povo está acabando”. Diante disso, buscaram rapidamente encontrar uma solução. Esses companheiros, que eram o Thomaz Lisboa, o Egydio Schwade, Antonio Iasi Junior, Vicente Cañas, alguns companheiros do início, os jesuítas, decidiram procurar uma garotada que não tivesse coração preso com a missão, porque se tivesse o coração preso com todo o trabalho da missão seria difícil uma guinada que realmente trouxesse perspectivas novas à sociedade. Foram buscar uma garotada, o pessoal que acabou depois fundando a Operação Anchieta, uma garotada nova, mas desde o início foi preciso preparar as pessoas para que tivessem escuta e a capacidade de observação técnica para perceber a diferença e para ouvir o clamor, a perspectiva daquele sujeito que está sendo ouvido. Nós sempre tivemos isso como base. Nós começamos o trabalho, não sozinhos em meia dúzia de jovens, mas no interior de um grupo de pessoas ligadas ao setor mais progressista da Igreja Católica, que tinham também uma perspectiva diferente. No quadro da ditadura, não era possível meia dúzia de jovens fazer alguma coisa, a menos que estivessem conectados a uma estrutura maior. Então, fomos junto com aqueles que queriam uma mudança, uma intervenção diferenciada, que mudasse os rumos das sociedades, em conjunto, é claro.

A Opan, que nasceu em 1969, também trabalhou na fundação do Cimi em 1972 e foi parceira deste até 1989. O nosso percurso foi de juntar, de contactar, de fazer levantamentos regionais, tanto das populações indígenas em vários lugares desse país, como para encontrar pessoas, professores, sociólogos, amigos, outros indígenas, que estivessem interessados e quisessem participar de um grupo mais amplo, para ter realmente uma participação diferente, que pudesse proporcionar oportunidades de participação dessas sociedades de uma forma diferenciada, e para evitar o desaparecimento, como estava acontecendo.

Logo em 1974, por exemplo, foi organizada a primeira Assembleia de Chefes Indígenas, em Diamantino, no Mato Grosso, com a participação de oito povos no estado. Nosso trabalho era tão somente pegar uma caderneta e anotar *ipsis litteris* as falas daqueles que se colocavam.

É claro que era o início, era um encontro, era uma coisa nova. As primeiras coisas que vieram eram o seguinte: “A nossa cultura é

importante”. As pessoas falavam: “Nossa língua é importante, nossa espiritualidade é importante, nossos rituais são importantes, as nossas roças são importantes, mas na terra nós não temos segurança, como é que a gente faz?”. Tinham problemas sérios de saúde e pouca gente tinha escolaridade; tinha dificuldade de entender qualquer texto. Essas eram as primeiras questões levantadas, não pela gente, mas por esses grupos. Essas Assembleias de Chefes Indígenas começaram a andar país a fora, e fizeram com que, de 1974 a 1980, quando surgem os primeiros movimentos mais organizados dos indígenas, se percebesse uma participação cidadã de muitos elementos. Não ainda dos povos em um conjunto maior, mas muitos elementos indígenas, que foram fundamentais para nos orientar – muitos sábios indígenas, que eram capazes de, a partir de um mito, compreender a realidade vivida, e transformar isso em direcionamentos. Nos diziam o seguinte: “É importante que vocês contribuam para garantir o nosso pedacinho de terra, não precisa tudo, mas aquele que é necessário para a gente viver; nos ajudem a encontrar professores que ajudem a formar professores indígenas, porque as pessoas de fora têm dificuldade de compreender o nosso jeito e é preciso que a gente tenha formação de professores nas nossas próprias comunidades”. E assim por diante.

Com o movimento já com uma certa organização, fomos capazes de ouvir um pouco mais e perceber que uma outra ordem de fatores estava se movimentando também. Só o fato de essas populações existirem já é uma vantagem política enorme, porque eles já têm uma sociedade organizada, espaço territorial concebido e de fato mantido durante séculos. Isso é uma garantia de possibilidades enormes de percurso efetivo para mudança e, por isso, o Ministro [do Interior] Maurício Rangel Reis, em 1978 propunha claramente o projeto de emancipação das populações indígenas já em algum grau de contato maior, mais efetivo e trabalhando a economia local. Dava alguns povos do Nordeste (poucos, porque naquele tempo eram poucos os reconhecidos) e os Terena, como povos na linha de frente de serem emancipados. E a emancipação significava ter documento, deixar de ter tutela do Estado e da Funai, e diziam que poderiam ter terra, comprar carro, comprar suas coisas, ter seu trabalho, carteira assinada. O que se percebeu claramente é que o interesse era que a emancipação das terras indígenas ocorresse de fato, e não a emancipação da sociedade. Ou seja, era simplesmente uma grande armadilha.

Com isso, ocorreu uma onda de debates em vários lugares do país, como no Tuca (Teatro da Pontifícia Universidade Católica, o mesmo teatro que havia sido cercado e invadido pela polícia de Erasmo Dias em setembro de 1977), em São Paulo, já com a participação do Daniel Matenho Cabixi, Domingos Terena, entre outros indígenas.

Havia vários companheiros já falando com clareza o sentimento que estava colocado. Foi aí que a garotada de São Paulo, de Porto Alegre, de Curitiba, da Bahia, de outros lugares, a garotada estudantil, começa a perceber que havia um tema, que existiam os índios. Então muita gente se associou e nesse espaço é que surge o programa Povos Indígenas no Cedi (depois ISA), surgem todas as Anaís, as Comissões Pró-Índio, o Comin (Conselho de Missão entre Povos Indígenas), lá no Sul, ligados aos luteranos. Houve uma mobilização enorme em função da proposta de um decreto de emancipação, porque era um ponto extremamente sensível e, nesse espaço, nesse bojo, é que surgem as entidades.

Eu vou dar um salto histórico, porque me sinto contemplado por outras falas, mas gostaria de deixar claro que há uma diversidade enorme entre um povo e outro, entre um clã e outro, entre os Yanomami, que têm 10 milhões de hectares e estão divididos em 200, 300 aldeias, e os Guarani, que, apesar de serem a maior população indígena do país (em torno de 34 mil indivíduos) é o povo que tem menos terra demarcada. Há diferenças enormes, internas e com relação aos demais. Uma política que valha para todos é muito complexa e há uma necessidade fundamental de que haja pessoas diplomatas, ou pessoas com sensibilidade e capacidade técnica de ouvir as diferentes posições de uns e de outros, para poder estabelecer o diálogo para a construção de possibilidades. Não é para um mandar no outro. Como companheiros, ter a possibilidade de construção de mudança estrutural para a sua sociedade e para sua participação na sociedade maior, na sociedade nacional- isso é extremamente importante.

Outra coisa que eu acho que é preciso dizer: foi citado aqui o exemplo dos Paresí com relação à agricultura. Eu tenho que falar porque, há 44 anos, fui eu que comecei esse processo junto com a equipe da Opan junto com a Missão Anchieta, com recurso do Ministério da Educação e Cultura, como um projeto protótipo educacional do que viria por aí. Claro, eu sou ligado à agricultura, eu conheço agricultura. Naquela época, no início dos anos 70, fomos com 10 indígenas de outros povos

na Secretaria de Estado do Rio Grande do Sul, fazer um curso de formação de utilização de máquinas agrícolas. E com os Paresí, o Daniel Matenho Cabixi coordenou a equipe durante quatro anos, fazendo o processo de plantio, muito antes do Olacyr de Moraes, que foi o rei da soja depois, do grupo Itamaraty. Com isso, eles compreenderam o que era aquilo. Os Paresí têm uma trajetória enorme em relação à economia capitalista da sociedade nacional: eles foram cercados. A fala de um menino aqui (Edilson Poá Katukina) foi espetacular, uma fala que garante uma linha de atuação para quem tem condições de seguir nessa linha, mas tem outras escolhas dos outros povos, em outras circunstâncias, que também devem ser respeitadas. Não há como: cercados, ilhados, por todos os lados, de um latifúndio agressivo, no sentido de que não é mais “agricultura de precisão”, é de decisão, porque é só econômica, porque está ligada ao comércio internacional.

Os Paresí se sentem ilhados e eles dizem: o que é que nós vamos fazer? Eles estão em uma parceria, e eu vou dizer, porque acompanhei de perto: eles não querem a parceria, eles querem a autonomia. Então nessa fumaça toda dos ministros indo lá, nenhuma palavra foi dita para afirmar: “Nós vamos contribuir com a formação da cooperativa que vocês fundaram, para terem a cooperativa de vocês”. Nenhuma palavra foi dita sobre o empréstimo que eles vão ter que fazer, de que forma, para os Paresí tocarem sua lavoura, nenhuma palavra foi dita sobre colocar a Embrapa lá para garantir uma produção de qualidade, diferenciada, na terra deles – que olhe, dentro das possibilidades, o que é possível, e que não siga os padrões por aí que são complexos em termos econômicos inclusive. Nada disso foi feito. Os próprios Paresí dizem que querem, no máximo daqui a 50 anos, usar 5% do território de 1,5 milhão de hectares, 5% em 50 anos. Hoje eles utilizam menos de 2%. Essa é apenas uma das atividades colocadas, não é a que se destaca. Tem o turismo, produção de peixe, produção de mel, agricultura tradicional, outras e outras atividades colocadas e o que aparece é só essa. Estou colocando este exemplo pra mostrar que as populações indígenas do Brasil têm, em cada povo, peculiaridades culturais e desafios que se lhes impõem, frente ao avanço da sociedade nacional; muito particulares. Cito o exemplo dos Paresí porque é um povo que eu convivi durante muito tempo. Então, o que quero dizer para o público que está aqui presente, é que no caso deste povo, os Paresí, esta alternativa serve pra eles. Assim, essa é uma solução e um caminho que eles tomaram, depois de muito

debate interno e muita discussão entre as mais de trinta aldeias que hoje compõem a sociedade Paresí. Para tanto, eles também criaram duas associações, com CNPJ e tudo mais. Aprenderam nesse caminho, no qual também participamos como assessores, a administrar os recursos que vieram deste empreendimento e dos pedágios que instalaram na estrada que corta seu território ao meio. Eles mesmos dizem que isso que está acontecendo serve para eles, mas para outros povos, quem têm outros modelos de agricultura e outras formas de organização social, pode vir a ser um desastre, pode destruir e até implodir a sociedade. Enfim, é uma escolha que eles estão tendo. Mas eles também desejam a implementação de várias outras iniciativas no campo da economia, com a consciência de que a agricultura mecanizada é apenas uma das possíveis alternativas. É preciso notar que todo o entorno do seu território tem esse modelo, e eles aprenderam com isso e vislumbram que esta pode ser, entre outras, uma possibilidade. Não obstante, eles querem muito a devida assistência técnica para uma produção qualificada, como também na gestão dos recursos de forma cooperativa. Dessa maneira, quero ressaltar que, para cada povo, é preciso desenvolver em conjunto com eles, através de muita troca e de muita conversa, cooperação e dedicação, quais os caminhos pra vencer os desafios que lhes são impostos; e para isso é fundamental que haja autonomia e protagonismo em cada povo indígena. Além, é claro, da garantia do direito a suas terras.

Outra coisa fundamental que tenho visto e acompanhado é no campo da educação. Onde é que essas populações vão buscar referências? O dia a dia da garotada é sair, começa brincando de trabalhar, e quando adulto, brinca trabalhando. No dia a dia, os jovens saem do convívio local para ir à escola. Mas que escola é essa e o que é que ela oferece? De um modo geral, e há exceções honrosas no país, mesmo em uma escola que tenha professor indígena, mas a maioria absoluta deixou de ter uma formação continuada. Não há material suficientemente adequado, não há bons planos de aula, não há consultorias que deem assessoria permanente para os professores indígenas. Não há. E mais do que isso, é preciso que esses meninos e meninas que vão para a escola também contribuam e participem efetivamente do dia a dia das famílias. Sem isso, fica nas costas dos professores toda uma responsabilidade da formação das novas gerações. Depois que eles saem da escola, ou ficam cansados ou vão jogar bola, ou hoje em dia quem tem chance tem um celular e coisas assim. As famílias reclamam disso.

É preciso que, no dia a dia, tenham um acompanhante, que em algum tempo previsto do ano haja a participação efetiva do jovem nos trabalhos que aquela família desenvolve, porque ali é que é possível observar que a educação fundamental dessa sociedade não tem um lapso: ela continua sendo oferecida no espaço familiar, da roça, do campo, da lavoura, da construção da casa, do ritual, e assim por diante. Isso é fundamental. E o professor também fica um pouco mais aliviado, porque não se sente obrigado, mesmo que seja indígena, a passar todo o conhecimento do seu povo, porque não dá tempo e não é ele a pessoa mais indicada para muitas situações. Muitos outros sábios não estão na escola. Esse detalhe é extremamente importante.

A política pública no campo da educação é problemática na maioria dos estados e dos municípios. Acho importante contar com um grupo valoroso como o CTI e outros, para que a gente possa realmente oferecer uma contribuição de qualidade para os povos desse país.

Enfim, gostaria de finalizar dizendo que a nossa sociedade e os povos indígenas do Brasil são sociedades que ainda conhecem muito pouco umas das outras. Poucos entre nós, por exemplo, sabem que existem mais de 240 povos falando em torno de 180 línguas diferentes, só no nosso país. Sem conhecer os povos indígenas, fica muito difícil haver respeito ou diálogo. Logicamente houve grandes avanços a partir de meados dos anos 70, e acredito que nós, da Opan, do CTI, além de outras entidades, temos uma grande importância nesse processo. No entanto, alguns desafios permanecem e novos surgem, sobretudo no momento atual da política nesse país. Assim, acredito que, como diria uma canção da minha juventude, é preciso estar atento e forte. E acredito também que devemos fortalecer nossa amizade e as parcerias nas entidades em que trabalhamos, para juntos, com nossas características, continuarmos a luta pela causa indígena.



PAULO SANTILLI

Antropólogo, professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Eu apenas gostaria de notar, das falas nesta mesa, o contraste entre as balizas temporais evocadas no evento que marca os 40 anos do CTI, por um lado, e, por outro, quase que ao mesmo tempo, os 30 anos de um período democrático em nosso país.

Dos 40 anos, retomando a fala inicial do Gilberto, que definiu a atuação de pessoas em um movimento da Universidade para o Estado a partir da pesquisa voltada para o indigenismo, eu me atreveria a dizer que, além de um movimento, o marco que se celebra aqui é o de um movimento que não se cristaliza ou detém, nem na Universidade, nem no Estado, e nem mesmo no percurso análogo entre alguma outra instituição.

E, como já foi salientado, não precisou de nada além de um carimbo: o que se celebra aqui não está cristalizado em nenhuma dessas instituições – embora tenha um lastro na formação universitária, especialmente do antropólogo, currículo, cursos, de graduação e pós-graduação, como também não se cristaliza no Estado em uma instituição –, apesar desta característica brasileira de um órgão indigenista do governo central que tensiona toda essa política. Política indigenista que talvez seja a mais duradoura das políticas de Estado no regime republicano, nas suas diversas formas, também em posições específicas, mas que encontra seu sentido mais amplo na vivência, no convívio compartilhado, no aprendizado crítico ao longo desse período. Política que é feita e pode encontrar um sentido além das mudanças conjunturais ocorridas, que já foram notadas e tão salientadas aqui por todos que me antecederam, ela também vem adquirir o seu sentido no meio das permanências, das persistências, das constâncias, como a Angela [Angela Kaxuyana] começou por ressaltar.

Vivemos em meio a um sistema econômico que opera e se nutre com o desterro dos povos indígenas, com a sua expulsão, reduzindo a diversidade, tanto a diversidade social e cultural, como a biodiversidade, em força de trabalho ociosa de uma população expulsa de seus territórios, assim como toda a diversidade de espécies vivas em mercadoria, mortificada como recursos naturais. Esse é um sistema que secularmente

vem crescendo a essas expensas, convertendo a diversidade social, cultural, a biodiversidade em homogeneidade. São mudanças significativas, não se pode menosprezar a importância de sua conscientização nesse meio tempo, e acho que não é demais ressaltar, mesmo porque elas são notadas e defendidas em uníssono pelas lideranças indígenas; o caso mais evidente é o da defesa da nossa Constituição.

Esta Constituição, como já escreveu extensamente a professora Manuela Carneiro da Cunha, veio inovar não a tradição jurídica no reconhecimento das terras ocupadas pelos índios, não apenas o referencial que se tinha anteriormente à chamada “imemorialidade”, e sim inovar a noção de “tradicionalidade”, de ocupação tradicional. A mudança dos “depósitos humanos”, produzidos no período do SPI, para a discussão de “territórios”, que se instaura a partir da Constituição, é uma mudança no tempo, vinda da concepção e da convivência entre povos diversos e as populações originárias americanas, com os vários segmentos de imigrantes e colonizadores, da convivência da diversidade, das espécies e dos povos indígenas, não apenas nos momentos iniciais, nos primórdios da colonização, mas no presente e no futuro do país. Acho que essa mudança, que foi um marco significativo das últimas décadas, é a que também lança os desafios desse convívio entre povos, culturas, sociedades e espécies diversas no presente e no futuro do país. Essa é a grande dificuldade e o grande desafio que foi lançado lá em 1988.

Passamos por diferentes momentos nesse curto período de convivência democrática. E o que muda no contraste do marco dos 40 anos, quando se falava desse movimento da Universidade para o Estado, quando quatro décadas atrás nos deparávamos com um momento de ocaso, ou de decadência de um regime arbitrário, para o momento atual, em que vemos a entronização de um regime autoritário? Essa diferença também torna importante ressaltar as nuances desse período democrático e o que veio representar essa Constituição. Isso está na palavra de todas as lideranças indígenas, não é o caso de apontar aqui, mas é o que está expresso de forma tão eloquente nas imagens do nosso próprio país. Nas imagens aéreas, nas imagens de satélite, onde vemos a cobertura vegetal mais vicejante exatamente nas Terras Indígenas, até mais do que nas Áreas de Preservação Ambiental. Eu acho que esse é um dos atestados mais eloquentes da riqueza da diversidade de vida que foi possível reconhecer com essa liberdade,

com a autonomia de organização social que a Constituição garante, ainda que apenas formalmente, nos territórios indígenas. Nos leva a não discriminar as formas de relacionamento que se estabelecem tanto dentro como fora.

É da maior importância nuançar – embora possamos reconhecer a permanência e a constância do desterro, da operação desse sistema que converte a diversidade em homogeneidade, na mesmice – essa atuação indigenista, ela também se volta pelas contradições. As contradições de um sistema econômico em crescimento, mas que no seu próprio crescimento (como já apontado por vários autores) se articula com relações e modos de vida que não são capitalistas, e isso gera uma série de contradições. E é em meio a essas contradições que acho que uma constelação de relações e de movimentos nessa direção do convívio entre diversos foi possível. Em tantos casos, mais do que experiências, mais do que relações construídas, reconheceu-se sobretudo legitimidade à política indígena diante de diversas instâncias do plano jurídico-legal, diante de diversas faces do Estado brasileiro. Então não são poucos nem desprezíveis os avanços nessas últimas décadas, e não são só mensuráveis em termos territoriais dessa autonomia, da magnitude da população indígena, como também dos temas que, a partir da terra, dos direitos territoriais, também se multiplicaram, e envolvem hoje tanto a educação diferenciada, como a discussão de epistemologias ou mesmo modos de vida. No caso da saúde, trata-se de cosmologias, fala-se de filosofias e não mais apenas de lendas ou de mitos, como se pretendeu confinar o pensamento ou a existência dos índios também em um passado remoto.

E com esses avanços, que acho que temos que ter presentes, porque são da maior importância, eu estou fazendo eco também da palavra das lideranças indígenas. É que nesses 40 anos acho que um dos grandes legados que comemoramos no CTI não está em uma forma, ou como já foi dito, nem em uma anti-instituição. O legado só pode ser compreendido na inspiração e na centelha, que devemos manter vivas para que acabem desencadeando tantos outros movimentos no mesmo sentido.



GILBERTO AZANHA

Lembrando um pouco do que foi dito ontem, das opções que se tinha para combater não só a ditadura, mas para combater o capitalismo mesmo, que era nosso foco, era a luta armada, ou entrar em um partido clandestino, ou, antes ainda da ditadura, entrar para o partido comunista, a dissidência do partido comunista. Nós optamos por reconhecer que os índios, naquela altura, já eram uma resistência ao capital. E, claro, essa resistência ao capital, se você for ver, tomando a ditadura como um conceito onde você tem três coisas básicas: a repressão, a imposição de regras e a limitação de circulação de informação e de locomoção, do ponto de vista indígena, essa ditadura é muito anterior. Se a gente for datar ela, começa no fim do Império para a República. A instituição do SPI, ligando essa história da ditadura com a fala do [Carlos Frederico] Marés, de que é o campo o objeto do capital mais sensível na formação da acumulação primitiva, então você tem muito claro: o ordenamento territorial em relação aos povos indígenas começa com o SPI. Não é por acaso que se chama Serviço de Proteção aos Índios, em uma ironia total, e Localização de Trabalhadores, não é? A base da discussão sobre o contexto teórico e ideológico do SPI é muito clara. Você tem um país que não tem povo, do ponto de vista da elite; aí você vê os indivíduos dizendo “nós precisamos construir um povo”. Os povos indígenas não estão nessa equação, eles são colocados nessa equação e isso é um ordenamento territorial. A ditadura no campo começa neste sentido.

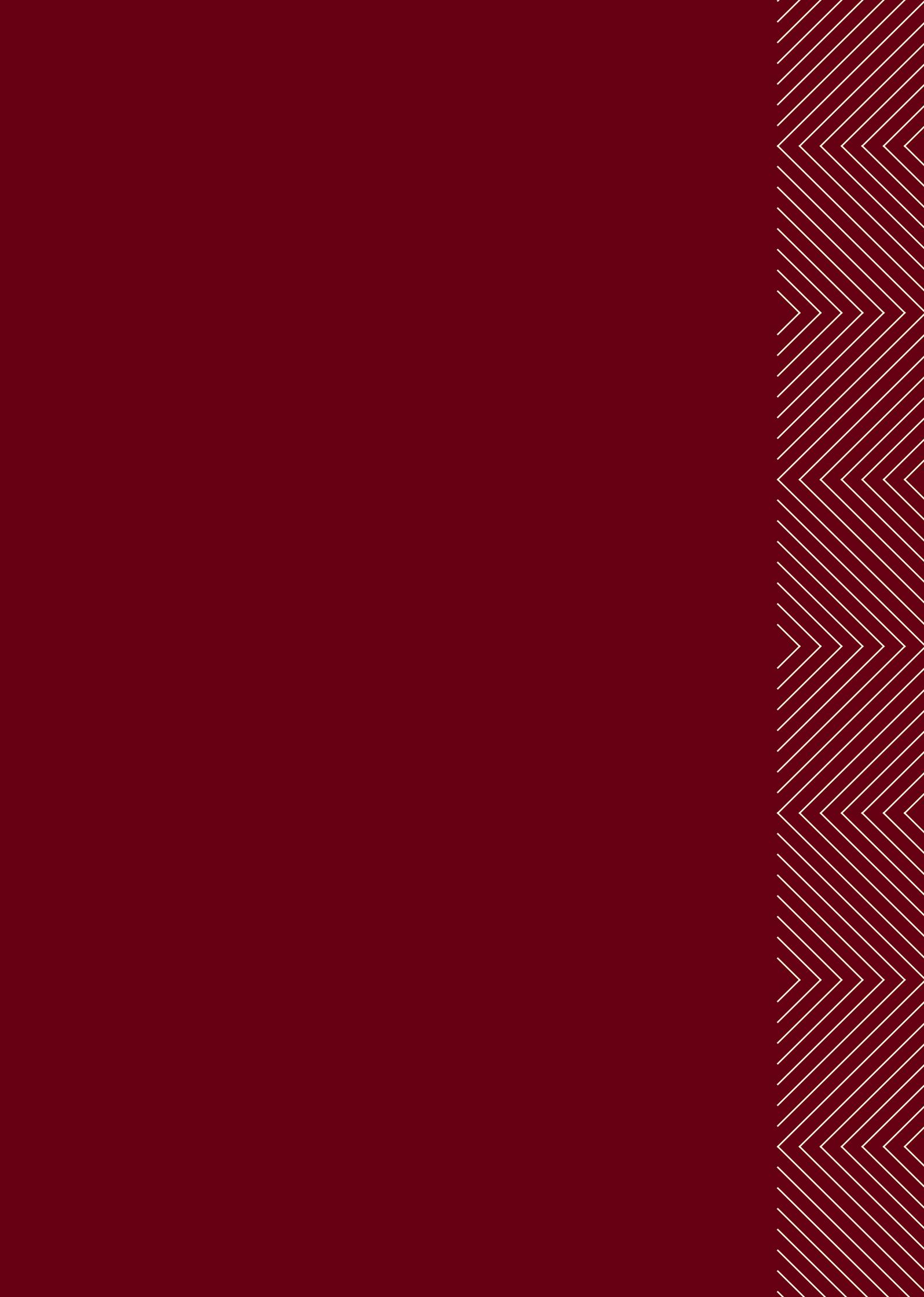
Então, quando a gente pratica um indigenismo antiestatal (essa era a nossa pegada quando nascemos), a gente pratica uma academia não acadêmica, com nosso foco de pesquisa com os índios – isso redundava em relatórios de identificação. O Cimi não pode fazer relatório de identificação, nem deve, isso é uma especialidade para a gente se resguardar. Mas a gente tem claro, como o Guga [José Augusto Laranjeiras Sampaio] diz, que a gente está construindo um projeto de país tendo como foco os povos indígenas. Eles são os primeiros anticapitalistas possíveis, eles são o nosso futuro. Pensando em um projeto de país e de humanidade, a gente só pode se espelhar nesses povos, a gente não tem outra referência. A gente está falando dos povos indígenas no Brasil, mas claro que tem povos indígenas espalhados pelo mundo inteiro. Quem tem um projeto, onde estão os conhecimentos

mais brilhantes, mais fantásticos do que seria o futuro, o presente, a relação com as crianças, são os povos indígenas. É por isso que a gente juntou essa forma de conhecimento ao combate ao capital, que é essa a nossa pegada.

Quando a gente vai lá derrubar o barracão do seringueiro, é essa pegada que a gente tem. Aquela era uma pontinha do capital, atrasada e tal, mas era uma pontinha do capital. A gente diz no CTI que, quando a gente avança com uma demarcação, a gente está “congelando o avanço do capital” naquelas áreas: é isso que a gente faz, sempre fez e vai continuar fazendo. Claro que, no meu ponto de vista e do CTI, esse movimento indígena que nasceu junto com a gente e que cresceu pra caramba, isso que nos dá esperanças de que tudo isso que passou, essa ditadura que está aí faz anos tentando reordenar o campo, não conseguiu o que queria, e não vão ser esses palhaços aí que vão conseguir. Isso eu tenho absoluta certeza. Eles vão mudar as táticas etc., como muita gente levantou aqui, os caras são muito espertos, muito mais do que a famosa esquerda, que já em vez de contribuir com a nossa luta ficou fazendo média com o grande capital, mas isso passou, o nosso enfrentamento agora é outro. Acho que a síntese do que vocês falaram é o nosso futuro. O que coloco quando falo da gente desaparecer enquanto instituição, é porque a gente coloca nosso futuro na mão de vocês.



Comunidade da aldeia *Pyau*, na Terra Indígena Jaraguá, acendem velas durante o *Yy Karaí*, um dos rituais guarani do *Nheemongara'í*.
(Acervo CTI)



siglas

ABA	Associação Brasileira de Antropologia	CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
ABI	Associação Brasileira de Imprensa	COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
AGU	Advocacia Geral da União	Comin	Conselho de Missão entre Povos Indígenas
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil	CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
APOINME	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo	CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
ATL	Acampamento Terra Livre	CPI-Acre	Comissão Pró-Índio do Acre
ASA	Agente Socioambiental	CTI	Centro de Trabalho Indigenista
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	EIA-RIMA	Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental
Bird	Banco Mundial	Eco-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
Cedi	Centro Ecumênico de Documentação e Informação	Fapesp	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
CF	Constituição Federal de 1988	FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
CGTT	Conselho Geral da Tribo Ticuna	FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária
CGY	Comissão Guarani Yvyrupá	Funai	Fundação Nacional do Índio
Cimi	Conselho Indigenista Missionário	GATI	Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena
CLOC	Coordenação Latino-americana de Organizações do Campo	GEF	Global Environmental Facility
CNA	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária	GT	Grupo de Trabalho

Iamá	Instituto de Antropologia e Meio Ambiente	PDA	Projeto Demonstrativo do tipo A
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	PEC	Projeto de Emenda Constitucional
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	PFL	Partido da Frente Liberal (atual Democratas)
Iepé	Instituto de Pesquisa e Formação Indígena	PGTA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
ISA	Instituto Socioambiental	PPG-7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
MOPIC	Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado	PPM	Organização Pão para o Mundo
MPF	Ministério Público Federal	PPTAL	Projeto Integrado de Proteção às Terras Indígenas da Amazônia Legal
MP	Medida Provisória	SBI	Sociedade Brasileira de Indigenismo
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil	SPI	Serviço de Proteção ao Índio
OEA	Organização dos Estados Americano	STF	Supremo Tribunal Federal
OIT	Organização Internacional do Trabalho	TI	Terra Indígena
ONG	Organização Não Governamental	TUCA	Teatro da Universidade Católica de São Paulo
OPAN	Operação Amazônia Nativa	UEBA	Universidade do Estado da Bahia
PBA	Plano Básico Ambiental	UEMASUL	Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
PBA-CI	Plano Básico Ambiental-Componente Indígena	UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
PCdoB	Partido Comunista do Brasil		

UFPR	Universidade Federal do Paraná
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNI	União das Nações Indígenas
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Univaja	União dos Povos Indígenas do Vale do Javari
USP	Universidade de São Paulo

